



...A DE AZEVEDO



...IO DE 1958



MONOGRAFIA
DO
CONCELHO
DE
VILA VERDE



23-100
CORREIA DE AZEVEDO

MONOGRAFIA
DO CONCELHO
DE VILA VERDE

1000
MAIO DE 1958

COMPTON

MONTECARLO
DO COMITADO
DE VILA FERREIRA



Vila Verde — Azões — Monsenhor Manuel José Fernandes Pereira e Mosquera



Vila Verde — Gaspar Fernandes Queirós, Vereador da Câmara Municipal



Vila Verde — Adérito Barreto, Vereador da Câmara Municipal



Vila Verde— Dr. António dos Santos Ferreira, digno Presidente da Câmara Municipal

INTRÓITO

QUANDO falamos de alguém. é justiça que lhe fazemos. advertir o leitor de que não mendigamos favores. nem nos prestamos a elogios pagos. Os homens são sempre para nós, supremos pelas suas virtudes ou culpados pelos seus defeitos. Viemos a Vila Verde para conhecer a sua história e a sua vida presente; e tudo quanto desejamos é ser exactos para com as coisas e justos para com as pessoas.

Falar da acção dos membros aos quais está confiada a administração municipal do concelho, poderia ser de tanta susceptibilidade, como mirar o céu com olhar profano, se o não fizessemos por convicção ou, neste caso, mentíssemos por propósito. Todos são filhos das terras deste concelho às quais andam presos por laços de sangue e de cidadania. Mentir, seria usurpá-los do amor à própria raiz, negando lhes maior virtude sem ser por despeito ou acusando os de menor mérito sem ser por sofisma. As responsabilidades caem sempre sobre os homens do mando; e esses, em Vila Verde, têm sabido, felismente, transformá-las em realizações de que as entidades superiores se devem orgulhar e a população inteira aplaudir.

Dr. António dos Santos Ferreira



Figura integérrima de homem e de Presidente. Há doze anos que serve a Câmara com valor, desde que em Maio de 1946 foi investido no cargo da Vice-presidência.

Admirámo-lo no seu afã profissional e administrativo. Tem tempo para tudo, e em tudo serve com rigor de métodos e humanidade de formas. Não é com muitas palavras que se faz uma grande apologia, e nós desejamos que esta fique bem vincada numa simples máxima: O concelho de Vila Verde precisa mais da grandeza do dr. António dos Santos Ferreira, do que ele precisa das grandezas do concelho.

António José Pinheiro

Vice-Presidente

Adérito Manuel Martins Barreto

Vereador

José Manuel dos Santos

Vereador

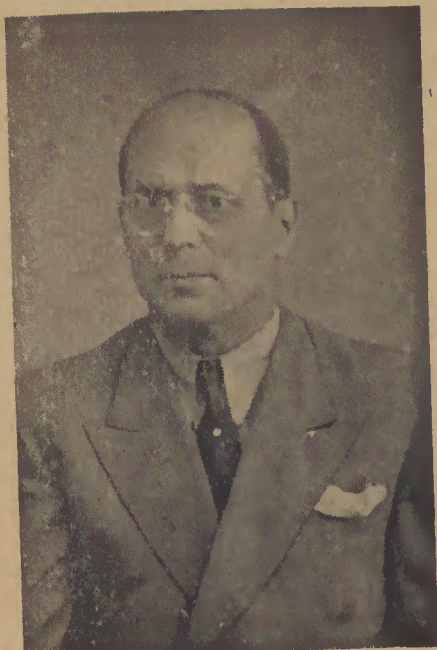
Bento José dos Santos Morais

Vereador

Gaspar Fernandes Queirós

Vereador

Estes são os restantes membros da edilidade que dedicam ao concelho a mesma afeição e lhe emprestam a mesma parte do seu melhor esforço. O nosso apreço, com mais ou menos palavras, também é extensivo a eles. E dissemos apreço, porque a gratidão, essa, é do povo do concelho a quem servem com alma de verdadeiros filhos de Vila Verde.



Vila Verde — Sr. António José Pinheiro,
Vice-Presidente da Câmara Municipal



VILA VERDE é uma Vila de fundação recente. Há pouco mais de um século atrás era ainda uma simples freguesia do extinto concelho de Vila Chã, denominada S. Paio de Vila Verde, até que, por decreto de 24 de Outubro de 1855, foi elevada à categoria de Vila e sede de concelho.

Diz-se que a primeira notícia sobre Vila Verde é dada pelas *Inquirições* de 1258, no título referente ao Julgado de Vila Chã. Ali se diz que a freguesia de S. Paio de Vila Verde era couto por padrões e não fazia foro algum ao rei. Segundo alguns autores, pertenceu aos cavaleiros de Malta, tendo-a doado o Prior do Crato, D. Afonso Pires Farinha, a D. João de Aboim, rico homem do tempo de D. Afonso III. Deve, porém, tal opinião ser resultante de equívoco com Cuide de Vila Verde, hoje do concelho de Ponte da Barca, que foi da referida Ordem, conforme se vê nas *Inquirições*. Desta opinião é Baptista de Lima, chamando a tudo isto uma grande e lamentável confusão, pois na sua opinião Vila Verde nunca pertenceu à Ordem de Malta do grande *couto* das *Terras da Nóbrega*, mas sim Cuide de Vila Verde (Barca).

O *Cadastro de 1627*, referente a Entre-Minho-e-Douro, menciona a freguesia de S. Paio de Vila Verde com 28 moradores ao tratar do Concelho de Vila Chã. E o P.^o Carvalho (1706) diz que esta paróquia tinha 68 fogos e nela se realizava feira nos dias 13 de cada mês.

Como já acima dissemos, por decreto de 24 de Outubro de 1855, foi criado o concelho de Vila Verde, e pelo mesmo decreto, extintos os de Prado, Pico de Regalados, Vila Chã e Penela, dos quais com as suas respectivas freguesias se formou aquele. Com absoluta propriedade se pode afirmar, pois, que o actual concelho de Vila Verde comporta na sua área, pelo menos, quatro extintos concelhos; o de Vila Chã, hoje reduzido a um simples lugar da freguesia de Carreiras (Santiago). X

Ainda por decreto de 14 de Agosto de 1895, foram anexadas a Vila Verde as freguesias de Brufe, Cibões e Gondoriz, quando da extinção do concelho de Terras de Bouro. Pelo mesmo decreto de 13 de Janeiro de 1898, foram as mesmas freguesias desanexadas de Vila Verde, voltando para o seu primitivo concelho de Terras de Bouro, pelo restauro deste.

*

* *

Como acabámos de ver no capítulo anterior, estão representados dentro do território do actual concelho de Vila Verde, os extintos concelhos de *Prado*, *Vila Chã*, *Pico de Regalados* e *Penela*. Vamos, pois, antes de entrar pormenorizadamente na história de cada um, citá-los em forma de intróito.

Prado, vila fundada ou reedificada por D. Afonso III, que que lhe deu foral no ano de 1260. Foi cabeça de um anti-quíssimo concelho, que o decreto de 24 de Outubro de 1855 suprimiu.

Vila Chã, foi vila e sede de um antigo julgado e extinto concelho do mesmo nome. Segundo Franclim, teve foral

antigo dado no mês de Outubro de 1217. Também teve foral novo. Foi este concelho extinto em data e por decreto que já mencionamos.

Pico de Regalados, a vila de Pico de Regalados, (depois simplesmente Regalados) era uma das mais antigas comarcas e concelhos do reino. Hoje encontra-se dividida entre as duas freguesias *S. Cristóvão* e *S. Paio*, ambas designadas ainda oficialmente pelos nomes de *Pico de Regalados*, diferenciadas apenas pelos seus oragos. Também foi extinto este concelho ao tempo já referido.

Penela, é o último dos concelhos aqui a ser citado. Tinha a sua sede em Portela das Cabras.

*

* *

É a seguinte a constituição heráldica das armas, bandeira e selo da Câmara Municipal de Vila Verde, segundo o parecer da Associação dos Arqueólogos Portugueses:

Bandeira—De verde, cordões e borlas de prata e de verde. Lance e haste douradas.

Armas—De prata com uma mó de vermelho, acompanhada por dois choupos de verde arrancados de negro e por duas videiras, também de negro, arrancadas do mesmo e enroscadas nos choupos, terminando em chefe cada uma por um cacho de uvas de púrpura. As videiras são folhadas de verde. Em contrachefe, uma taixa onçada de azul. Coroa mural de quatro torres. Listel branco com os dizeres «Vila Verde» de negro.

Selo—Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes.

Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres : «Câmara Municipal de Vila Verde» de negro.

Claro que, como o leitor não é forçadamente obrigado a conhecer heráldica, vamos dar uma explicação sobre o que representa o brasão de armas de Vila Verde, segundo a significação que lhe deu a Associação dos Arqueólogos Portugueses:

«Como o esmalte verde é o que tem mais representação nas armas, a bandeira é desta cor.

A prata indicada para o campo das armas, é o esmalte que na heráldica significa humildade e riqueza. Os choupos e o folhado das videiras são de verde, esmalte que significa esperança e fé. Os troncos das videiras, o seu arrancado e o arrancado dos choupos são de negro, esmalte que simboliza a terra e significa firmeza e honestidade. As uvas são de púrpura, que heráldicamente significa a opulência. O vermelho da mó significa força, vida e alegria. Os rios e ribeiros são sempre representados por faixas onçadas de azul. Este esmalte simboliza o zelo, a lealdade e a caridade.

E assim ficam bem representadas as riquezas regionais e a índole dos naturais de Vila Verde—diz a Associação dos Arqueólogos.

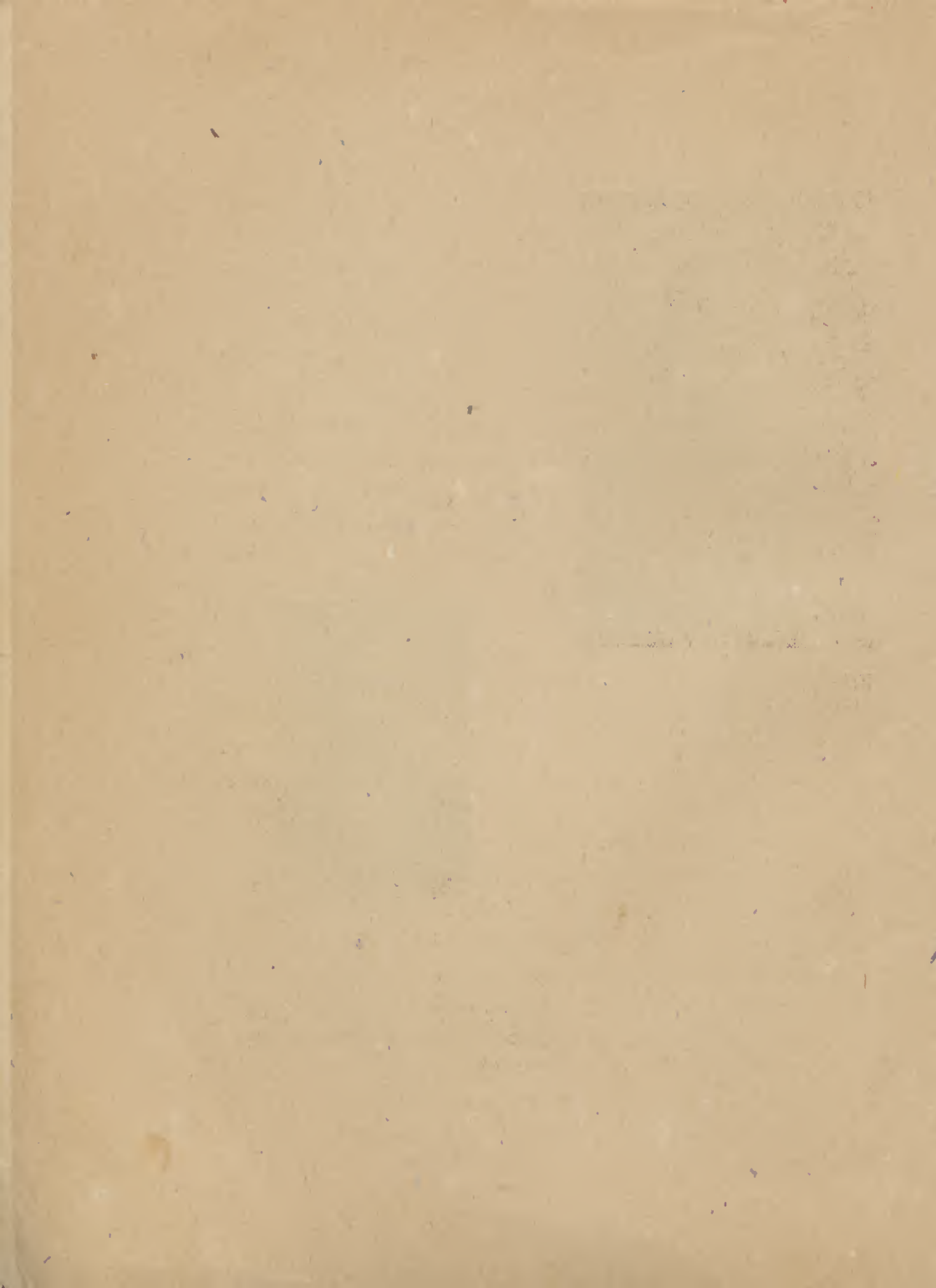
Num officio anterior, porém, enviado pela Câmara de Vila Verde à mesma associação de arqueólogos, manifestava aquela o desejo que nas armas, além do choupo, figurasse uma torre. A esta pretensão, respondeu a Associação dos Arqueólogos, dizendo que segundo um despachó do Ministro do Interior, não se podem incluir nas armas municipais peças que não tenham a sua justificação, e a inclusão desta



Vila Verde — José Manuel dos Santos, Vereador da Câmara Municipal



Vila Verde — Bento José dos Santos Morais, Vereador da Câmara Municipal



torre não se explica muito bem nas armas de Vila Verde. Em Carreiras — continua a Associação dos Arqueólogos — existiu o resto de uma residência particular fortificada que dizem ter pertencido a Mem Rodrigues de Vasconcelos, do tempo do Rei D. Dinis. Nada tem isto com a história de Vila Verde, nem com a história popular da região.

O vinho de enforcado ou as videiras trepando aos choupos, sim. Depois, é esta vila banhada por vários ribeiros e regatos que tornam férteis os seus campos; tem muito gado, lagares de azeite, moinhos de cereais e vários engenhos destinados a diversos fins».

Ora é isto que está representado nas armas de Vila Verde.

«O extenso, populoso e importante concelho de Vila Verde carece, na integridade actual do seu território, de realidade administrativa própria, ou, por outra, pois que administração municipal teve-a sempre, a constituição territorial deste concelho é um facto recente, pois remonta ao século XIX (24 de Outubro de 1855), com a eliminação dos concelhos que ocupavam, no todo ou em parte o dito território. Esses concelhos, afinal, representavam e continuavam as divisões administrativas medievais, em alguns casos pelo menos «terrás», e, em todos eles, julgados já constituídos do século XII para o XIII. Assim o actual concelho de Vila Verde contém a totalidade do julgado de Vila Chã, ao centro, bem como a dos pequenos julgados de Moure e Lalim, seus limitrofes; grande parte do julgado de Regalados, ao nordeste; e o de

Prado, ao sudoeste; e uma parte dos de Penela, ao ocidente, e Nóbrega (Anóbrega), ao norte.

A arqueologia do concelho é muito deficientemente conhecida, o que pode constituir um indício de relativa pouca importância do território neste particular. Mas apesar dessa insignificância arqueológica e mesmo toponímica, duas circunstâncias, em desacordo notável com ela, mostram que o território do concelho foi notavelmente povoado em todas as épocas: em primeiro lugar, sensivelmente equidistante, existem nele as cabeças originárias das circunscrições que deram existência às medievais, antes e após a Nacionalidade em vigor, de Prado (com Vila Chã) e de Regalados, cabeças que originariamente foram castros (embora ao contrário do que em geral sucede, — e isto é muito de ponderar que em tais condições toponímicas - arqueológicas — não se conheça notícia, por mais remota que seja, de propriamente ter-se fundado sobre eles castelos da Reconquista ou anteriores); em segundo lugar e especialmente, a extraordinária profusão toponímica de sentido agrário possessivo, genitivos antroponímicos de origem germânica na quase totalidade.

No primeiro caso, há a considerar a difícil averiguação do local onde teria havido existido a cabeça geral das circunscrições medievais (terras, julgados) de Prado, Vila Chã e Regalados, os únicos casos que nesta região oferecem problemas aos investigadores, pois que os de Penela e Anóbrega, de que o concelho de Vila Verde participa territorialmente, não oferecem já dificuldades (castros, «civitates» castelos, — sucessivamente, a bem dizer — em montes respectivamente sobre as sedes paroquiais de Anais e Sampriz, fora do actual concelho).



Vila Verde — Campo da Feira



Vila Verde — Cadeia Comarcã

O castro ou civitas originária no caso de Prado deve estar no termo que depois formou o julgado de Vila Chã, parece que à custa de Prado; o relativo a Regalados não deve ser senão o a que alude a povoação do Castro (ou Castro de S. João), na actual freguesia de Ponte, antiga S. Vicente de Regalados; e o correspondente a Prado, por Vila Chã, outro não deve ser senão o notável castro de Barbudo, a que os documentos dos séculos XI e XII fazem referências bastantes: por exemplo 1046, Moure é referida a ele, «ad radicem Castro Barvuto... in villa Mauri», e em 1089 é - o a própria Vila Verde, «discurrentibus aquis ad Homine sub alpe Barbuto e jacet ipsa Vila Viride», etc.

No segundo caso, a profusão de villas de existência atestada pela toponímia antroponímica possessiva de origem germânica, pode explicar a insignificância das alusões toponímicas à arqueologia e desta própria: O repovoamento talvez já do século IX, fez-se tão intensamente e a agricultura tão activa que os vestígios da anterior povoação dispersaram-se ou desfizeram-se, as cabeças originárias das circunscrições deixaram de desempenhar o papel de centros administrativos, dada a sua situação e o agreste incómodo do local, com a segurança das fronteiras muito afastadas para o Sul a proporcionar o ensejo ao seu estabelecimento numa povoação ou local baixo, do que são exemplo típico as casas de Prado e Vila Chã, topónimos sem importância histórica de maior e totalmente insignificativos daquela antiguidade inerente às designações das velhas «civitates» (geralmente em briga ou, pelo menos com nomes pré-romanos) e que, por isso e por tais circunstâncias, outro sentido não devem



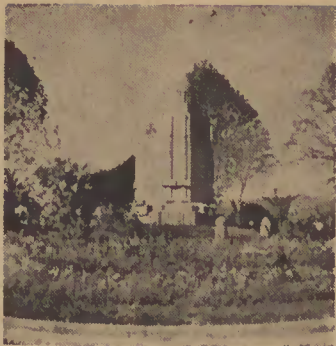
ter relativamente à povoação e concomitante encabeçamento administrativo da região do actual concelho.

Em 1852, a povoação de Vila Verde foi elevada a vila e a sede do concelho. O nome de Vila Verde é o mesmo que o da povoação de Vila Verde, no concelho de Vila Verde, no distrito de Vila Rica, no Estado da Bahia, no Brasil. O nome de Vila Verde é o mesmo que o da povoação de Vila Verde, no concelho de Vila Verde, no distrito de Vila Rica, no Estado da Bahia, no Brasil.

Aqui se começa a ver que as provas documentais relativas a Vila Verde na antiguidade, não escasseiam tanto como à primeira vista se poderia supor. E, embora contrário ao que no início deste trabalho dissemos, a primeira notícia sobre a própria Vila Verde está nos meados do século X e constitui talvez a mais antiga documentação do topónimo Vila Verde ou um dos raríssimos casos em que este topónimo surge antes da Nacionalidade, pois na quase totalidade dos casos revela-se posterior ao século XI. Nessa época, boa parte do território do actual concelho aparece na posse da poderosa e ilustre família da condessa Mumadona, tanto por si própria como pela do marido desta, o conde Hermenegildo Gonçalves, cujo pai, conde Gonçalo Betotes era já muito herdado no século IX desde o Douro, talvez ao Minho, pelo menos. O pai da condessa era o conde Diogo Fernandes, pai também da condessa Leodgúncia, que foi mãe da condessa Flâmula (ou Chamôa).

Tanto esta como a tia, D. Mumadona, aparecem na posse de muitos bens neste território.

Em 955, a condessa Mumadona, no seu testamento em favor do mosteiro de Guimarães, que fundara e fortificara, cede-lhe uma «de suis villis» a saber, a «villa Turisi» (hoje, Turiz), que dá herança do marido — prova de que fôra da estirpe do conde Hermenegildo — ficara ao filho Diogo Men-



Vila Verde — Monumento aos
Mortos da Grande Guerra



Vila Verde — Edifício
dos Correios

des, cedendo-a ele à mãe, por troca. Em 960, sua sobrinha D. Flâmula, achando-se doente «hic in villa Lalini» (isto é em Larim, hoje freguesia de Soutelo), manda-se conduzir ao mosteiro vimaranense, e aqui faz testamento em que cede imensos bens a este cenóbio, desde o «porto de Catavo» (Cávado), pelas margens do «rivulo Homine» (Homem), como a vila Lanini e muito mais vilas, sendo especialmente de notar para o caso de Vila Verde, o «villar Savaraz», cujos limites parcialmente são descritos assim: desde o Homem «per illo fontano de Mandones infesto inter Villa Viride,» etc. chegando por fim ao Cávado. Por esta razão e por outras doações, o inventário dos haveres vimaranenses, cerca de um século depois, insere muitas «vilas» no actual concelho e até metade de Vila Chã, «de Villa Plana medietate» — a Vila Chã que denominava um dos julgados deste território.

Em 1053, levanta-se uma questão entre o mosteiro vimaranense e a dona D. Maior, mulher de Pais Soares, e seus filhos, acerca de um mosteiro existente em Larim, (Arca e Soutelo).

Parece que durante o século XI se nota no território do actual concelho uma espécie de logradouro da alta nobreza portuguesa, na correspondência da estirpe da condessa Mumadona, no século anterior. Os povos haviam trocado já a vida do pastoreio pela da agricultura, e descido dos castros cavados nos montes, tão próprios à sua defesa, aos lugares plaios e ribeirinhos. Assim, em 1062, D. Godinho

Viegas que os genealogistas dão por tronco da estirpe de Azevedo, faz com sua mulher D. Aragunta venda de bens na «villa» Sancto Juliano sub monte Barbuto, ao abade Soeiro do mosteiro de Santo António (de Moure).

Em 1068, a própria condessa D. Gontrode Nunes, filha dos condes de Portugal D. Nuno Alvites e D. Ilduara, doa o que tem de seus pais «in Brito inter Mauri et Barvuto» o que deve provir da estirpe de Mumadona. Em 1071, o conde de Portugal, Nuno Mendes, sobrinho da condessa D. Gontrode e que breve morreria em batalha cerca de Braga, doa, com sua mulher D. Gontina, ao dito mosteiro de Santo António, a sua metade na mesma vila (herdada pois do pai conde Mendo Nunes).

Conhecem-se da segunda metade do século XI numerosas doações a este mosteiro, que era dedicado aos mártires Santo António e Santa Eufémia; e em alguns documentos que lhes respeitam nesta época ocorrem referências a Soeiro Galindes, o prócer indigitado por fundador do mosteiro da Várzea, em Riba Cávado. E assim se apontam diversas doações.

Uma notícia de 1102 de bens do mosteiro, consigna doações feitas por grandes como Nuno Froilaz, em Moure e Louredo, «ad radice de illo castello» (que há-de ser o de Barbudo, origem já suposta, da terra de Vila Chã); condessa D. Ilduara, de Portugal; condessa D. Gontrode, sua filha; conde Nuno Mendes; D. Aragunta; Vermudo Tedoniz.

Este Vermudo Tedoniz, possivelmente é o pai de D. Sancha Vermudes, a quem D. Teresa, em cujo paço se criou, doou uma quinta em Soutelo, que ela depois doou à Sé de Braga em 1130.

De acordo com documentos de 1101 D. Afonso Henriques couta à Sé de Braga o mosteiro de Santo António, que era todo dela, parte por doação de Nuno Soares e parte por dádiva do conde D. Henrique e D. Teresa, partindo o couto com Toriz, Barbudo, Carreiras (esta ainda sem este nome, mas evidente nos limites da Expressão «ad carrariam antiquan»), Francelos que deve ser a actual freguesia de Prado etc.

Pròpriamente respeitante à actual Vila Verde, sede do concelho, há nova notícia pré-nacional, de 1089: a venda que fez à igreja de Santo António uma dama de nome Eldara Eriz, de bens «in villa Pausada», junto a Vila Verde, a julgar da situação «discurrentibus aquis ad Homine sub alpe Barbuto et jacet ipsa Vila Viride Vila Viride (repetido) etc. Sancti Simeonis», os quais ela e seu marido João Brandrigues haviam comprado a D. Soeiro Galitdes e a D. Eilo, sua mulher.

Outro documento que nos princípios da nacionalidade diz respeito à vila actual, sede do concelho, é de 1120, doação que faz D. Maior Mides à Sé bracarense de herdamentos eclesiásticos e laicais herdados por ela de seus pais Mido Vermudes e «domna» Godo Pais, e outros por ela adquiridos—nas villas de Moure e Francelos (Sancta Maria de Prado), além de dois casais «in Sancta Eolalia intus Lalim et Vila Verde subtus mons Barvodo».

Por um documento de 1130, em que D. Afonso Henriques faz doação à Sé bracarense «de terra que dicitur Regalados», pelas divisões com as «terras» de Sanfins, Prado Penela, Anóbrega e Bouro, se vê que o julgado de Vila Chã ainda não devia existir nesse tempo e se separou do de

Prado ou de Regalados—preferivelmente de Prado, que aparece menos extenso no século XIII, a par do de Regalados, muito alongado à margem do Homem.

Pelas notícias dadas de Vila Verde, deve ver-se na actual vila sede do vasto concelho minhoto, uma simples «villa» agrária originariamente, sobre cujos princípios é de suspeitar-se a ancianidade inerente à situação abaixo de um importante castro, que talvez tenha sido acastelado antes da nacionalidade.

O mais relevante da vida documentada nos séculos X a XII no território do actual concelho, concentra-se já aqui à roda do velho castro ou «civitas» originária, o mesmo é dizer-se nas imediações da vila de Vila Verde dos nossos dias.

Na sua fase de «villa» agrária, de população ainda dispersa, Vila Verde está, pelo menos parcialmente, na posse de particulares das altas estirpes já referidas, entre as quais avulta a dos condes de Portugal dos séculos XI e XII; e assim continua através dos primeiros séculos da nacionalidade, somente alterados os detentores da propriedade (ao menos em parte) pelas doações daqueles a instituições como o mosteiro de Santo António, cuja influência, tão perto estava, não podia deixar de exercer através da importância que inegavelmente mostra do século XI para o XII, por pouco duradoura que ela tivesse sido.

O quadro paroquial do século XII para o XIII é tão denso pelo menos como presentemente no território do actual concelho de Vila Verde, revelam as Inquirições de 1220, as

Em 1220, a maior parte do território do actual concelho, embora nada tivesse de comum no administrativo com a «terra» de Bouro, era julgado pelo juiz de Bouro, momentaneamente, por qualquer motivo hoje ignorado. Que, porém, não havia uma única circunscrição para esse juiz revela-o o facto de as freguesias se chamarem quase geralmente «de Regalados», «de Vila Chã» e «de Lalim» sempre que se trata das da «terras» ou julgados destes nomes. Fora da autoridade do juiz de Bouro, aparecem no concelho apenas as freguesias dos julgados da Nóbrega, Prado, Penela e ainda Moure.

É notável a situação da propriedade quanto ao rei ou o Estado, aos proprietários vilãos, e aos privilegiados (fidalgos e «ordens, isto é, mosteiros, igrejas, sés, ordens militares), segundo as Inquirições de 1220. Em primeiro lugar nota-se a ausência de prédios totalmente da coroa (reguengos simples), ou, por consequência, inteira posse particular (de herdeiros-vilãos ou de privilegiados, aqueles fazendo foro à coroa e estes não), em numerosas paróquias: Aboim, Codeceda, Penascals, e Gondomar, na terra da Nóbrega; Pedregais e Duas Igrejas, na «terra» de Penela; etc. Na «terra» de Regalados ficava S. Paio de Vila Chã, (hoje Vila Verde).

A falta de reguengos é em algumas freguesias devido a serem honras ou coutos. É assim aparece S. Paio de Vila Chã, couto, que em 1220 era de D. Gomes Viegas, bem como um sem número de terras coutadas que se tornaria mais fácil enumerar aqui:

Nos outros casos a falta de reguengos deve-se à posse da propriedade por particulares vilãos, eclesiásticos ou nobres, existindo sempre mais ou menos foro à coroa (geral a bem dizer, a fossadeira), sinal de sempre haver mais ou menos propriedade vilã. E assim, temos no século XIII: Aboim («terra» da Nóbrega); nada reguengo. — Esta «terra» fora vista sempre coutada—dizem as Inquirições de 1258.

E em situações análogas se encontram quase todas as paróquias de Vila Verde nesse século, onde se fazem sentir as nobres estirpes dos Aboins da Nóbrega, dos de Barbudou ou Penagate, dos de Gomide, etc.

Vila Chã, toda a freguesia era couto, ou melhor, pertencia ao couto de Penagate, famosa casa fidalga dos primeiros séculos da nacionalidade, dos fundadores do mosteiro de Rendufe, aparentado à estirpe notável nas linhagens medievais dos «de Barvudo».

As Inquirições de 1220 por deposição do próprio abade da freguesia, padre Gomes Martins, «prelatus» da colação «de Sancto Pelagii de Villa Plana», isto é, S. Paio da terra de Vila Chã (e não que Vila Chã seja o nome da freguesia) que na terra faltavam os prédios da coroa (reguengos) porque era couto, então possuído por Gomes Viegas. Havia nesta freguesia de Vila Verde então, além de um casal e de «searas» da própria igreja paroquial, dois casais do mosteiro da Várzea (Barcelos), três da Ordem do Hospital e nada menos de quinze do mosteiro de Rendufe.

Quanto às Inquirições de 1258, dizem que Sancti Pelagii de Vila Verde é couto por padrões e não paga nem um foro ao rei. Também era chamada de Vila Verde a actual freguesia de Loureira, e as inquirições de 1258, por deposição



Vila Verde — Edifício dos Paços
do Concelho



Vila Verde — Quartel dos Bombeiros
Voluntários



do abade dela, padre Martim Silvestre, dizem dela o mesmo: couto por padrões, sem foro.

Deduz-se que na vila pré-nacional de Vila Verde, a que se referem documentos bracarenses do século XI, aparecem duas paróquias, por dois templos na «villa» antigamente erectos, S. Paio e Santa Eulália, dois dos mais remotos e favoritos cultos hespânicos.

E dito isto, temos que Vila Verde, foi couto por padrões, sem desmentido para os que há muito tal afirmavam.

*

* * *

Durante muitos séculos, até ao século XVII, a freguesia de Vila Verde não se distinguiu notavelmente das outras do concelho a que pertencia. Mas nos princípios do século XVIII parece estava já nela a sede do concelho de Vila Chã, com importante feira mensal. Os Governos liberais, com a extinção dos concelhos já referidos, Anóbrega ou Nóbrega, Regalados ou Pico de Regalados, Vila Chã, Penela, Prado, Larim, especialmente em 1855, iniciaram o papel de Vila Verde como sede de um populoso e extenso concelho.

A igreja de S. Paio, de fundação anterior à nacionalidade (e igreja «própria» embora nada conserve da primitiva) era dos Senhores do couto de Vila Verde e Penagate, e assim se compreende a negativa de direitos reais nela pelas Inquirições de 1220 e 1258; e assim passou aos descendentes dos senhores do couto. De um deles, o alcaide de Guimarães no tempo de D. Dinis, Mem Rodrigues de Vasconcelos, senhor do couto de Penagate e de todo o julgado de

Vila Chã, com Vila Verde, descendia o conde de Figueiró, que apresentava esta igreja nos princípios do século XVIII, rendendo ao abade dela, então, 150 mil reis. Depois nos meados do dito século, já a representação aparece nos condes de Vila Nova de Portimão (depois marqueses de Abrantes) rendendo perto de 300 mil reis.

As doações de rendas e direitos de Vila Chã, Penela, Larim, etc. a fidalgos por D. Fernando e outros reis, não interessam à povoação, actual vila de Vila Verde, porque só abrangiam o que a coroa aí havia, no que se não incluía esta vila, por ser couto, de fidalgos e não da coroa.

*

Em 1498, D. João I, rei de Portugal, deu a Vila Verde a categoria de vila e a vila de Vila Verde a categoria de freguesia.

Em certa publicação portuguesa muito de consulta pública, vem escrito o seguinte:

Foi primeiro senhor de Vila Verde, Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade (primeiro ministro é o título que hoje corresponde ao de escrivão da puridade) de D. João I. Seu filho, João Gonçalves de Gomide, II senhor de Vila Verde, foi Alcaide-mor de Leiria, Óbidos e Alenquer. Foi bisneto de Gonçalo Lourenço de Gomide, o grande Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia, desde 1510 até 1515. A casa de Vila Verde foi elevada a condado e passou para os marqueses de Angeja.

Foi couto de Malta, com grandes privilégios, como os dos outros caseiros desta ordem.

Tudo isto começa por estar confuso na própria linha genealógica.



Vila Verde — Igreja paroquial
de S. Paio, antiga Matriz



Vila Verde — Capela de Santo António



Gomide. O mais antigo desta família que se conhece é Nuno Martins de Gomide, natural de Portálegre e contemporâneo de D. Pedro I, cuja mulher não se sabe ao certo quem foi, pois lhe dão diversos nomes, dizendo que se chamou Bartolesa Lourenço, Leonor Tavares e outra de apelido Gorjão. É possível que todas fossem suas mulheres, pois o número não é elevado para aquele tempo. Certo é que seus netos ou (filhos) usaram o patronímico de Gorjão, uns, e Lourenço, outros.

Nuno Martins de Gomide teve uma filha cujo nome se ignora, casada com Gil Esteves Fariseu, senhor da quinta de Bucelas, que lhe foi coutada. Deste casal dizem que era filho, entre outros, Gonçalo Lourenço de Gomide, que já acima citamos como sendo na opinião de alguém o primeiro do apelido Gomide.

*Deu o ser aos Gomides
a quinta do nome seu
dos quais certo descendeu
Afonso de tantas lides
no Oriente venceu*

Este Afonso é o grande Afonso de Albuquerque já referido e bisneto de Gonçalo Lourenço Gomide.

Sinceramente, não compreendemos o dislate de ter havido senhores ou donatários de Vila Verde, mais tarde elevados à categoria de condes, quando afinal a coroa não tinha aqui bens. Os condes que existiram com o título de Vila Verde, veio-lhes de Vila Verde dos Francos e não

daqui. Os Gomides foram senhores do couto de Gomide, isso sim, onde fica a actual freguesia de Gomide, e isto é pelo menos o que sabemos. Era ali que ficava o seu solar.

*

* *

O rio Cávado nasce na serra do Larouco, perto da raia ao N. do concelho de Montalegre, corre em direcção geral OSO., limita pelo S. os concelhos de Terras de Bouro, Amares e Vila Verde, e pelo norte os concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Braga, entra no concelho de Barcelos, passando junto da cidade e desagua no concelho de Espozende, formando um pequeno porto. Tem cerca de 135 km. de curso, dos quais 6 km. são navegáveis, e a sua bacia hidrográfica tem uma área de 1.648,06 km². Os seus principais afluentes são: na margem direita, os rios Cabril, Caldo, Homem e Prado, e na margem esquerda o Rabagão. É atravessado por várias pontes, algumas das quais de interesse architectónico ou histórico, como a de Prozelos, Prado, Barcelos, Barreiros, etc.

A Empresa Hidro Elétrica do Cávado aproveitou este rio para diversas reprêsas.

*

* *

Como vimos, já mais que uma vez se falou aqui do extinto concelho de Vila Chã que se supõe tivesse no século XVIII a sua sede em Vila Verde. Foi, porém, primitivamen-

te cabeça e sede deste julgado, o actual lugar de Vila Chã, da freguesia de Carreiras, nome por que esta mesma freguesia se designaria antigamente. O próprio topónimo Vila Chã, que se tornou principal, por principiar a designar a freguesia ou paróquia, quando a sua igreja de Santiago se formalizou em paroquial, manifesta a existência de uma «villa» agrária, chamada «chã» pela existência de um plaino dominado por um castro.

A paróquia de Santiago de Vila Chã, hoje Carreiras, já se achava instituída do século XII para o XIII, pelo menos, no julgado medieval e «terra» de Vila Chã.

O inventário dos haveres vimaranenses cita «in ripa Catava... de Vila Plana medietate»... e não há dúvida de se tratar deste lugar.

Por sua vez as Inquirições de D. Afonso III falam também no mordomo e juiz de Vila Chã.

A Penagate se devem referir ainda as Inquirições de 1220 como foreira a Vila Chã. O arrolamento paroquial cita a igreja de Santiago de Vila Chã taxada em trinta libras, o que mostra tratar-se de templo pouco dotado. Depois do século XVII passou a dizer-se Santiago de Carreiras.

O antigo concelho de Vila Chã teve foral dado por D. Manuel em Lisboa a 6 de Outubro de 1514; e teve ainda foral antigo dado por D. Afonso III no mês de Outubro de 1217.

Em 1811 Vila Chã era concelho no Minho, com juiz ordinário na comarca de Barcelos; provedoria de Viana e diocese de Braga; donatária a Casa de Bragança.

Este concelho foi extinto, com muitos outros, em 24 de Outubro de 1855.

Segundo o Cadastro de 1/1527, de Entre-Minho-e-Douro o concelho de «Vylla Chã,» era o conde de Vimioso, o qual era terra chã, sem vila nem castelo, somente estava nele (concelho) a torre de Penagate.

Cárvalho diz que Vila Chã teve vários senhores antes de entrar na Casa de Bragança; e faz menção da feira que aos dias 13 de cada mês se realizava em Vila Verde.

Extinto o concelho de Vila Chã, todas as suas freguesias passaram para o de Vila Verde.

*

* *

Outro concelho que vamos frisar aqui, e que não tem freguesia com tal nome dentro do actual concelho, é o de Penela. Este concelho teve foral dado por D. Manuel em Lisboa a 6-X-1514 e foi extinto em 24-X-1855, passando as suas freguesias para o de Vila Verde. Ficava na comarca de Pico de Regalados e era também designado por Penela do Conde de Vimioso, para se distinguir de outro chamado Penela de D. João de Castro.

Este concelho teve a sua sede na *Portela das Cabras*, que antes tinha sido também concelho (ver freguesia *Portela das Cabras*). Inicialmente houve o jugado de Penela, que ia do Neiva ao Lima, entre Ponte do Lima e Ponte da Barca; deste julgado nasceram os dois concelhos de Penela, — de D. João e do Conde.

Pelas indicações supomos que *Portela das Cabras* (também *Portela dos Leitões*?) seria o mesmo, que *Penela*, apenas com mudança de designação, e este ainda mudado em *Portela*



Vila Verde—capitão Abel António Soares Nogueira, Comandante da Legião Portuguesa e Presidente da Caixa de Crédito Agrícola



Vila Verde—Nova sede da Banda de Vila Verde (em construção)



de Penela. Baptista de Lima diz mesmo Penela ou Portela das Cabras. Esta designação de Portela de Penela, seria a última, embora o concelho extinto ficasse conhecido como de Penela.

Assim temos: em 1762 concelho Portela das Cabras, na ouvidoria de Barcelos; em 1821 Portela de Penela, concelho com 11 freguesias; em 1826 citam-se as freguesias, Arcozelo, Escariz (S. Mamede) e Escariz (S. Martinho) Godinhaços, Goães, Marrancos, Portela, Pedregais, Rio Mau e Vilar das Almas; em 1832, Portela de Penela — concelho *Portela de Penela, e das Cabras*.

Por carta de lei de 27 de Setembro de 1837, em alteração ao decreto de 6 de Novembro de 1836 se decretou que a freguesia de Escariz (S. Martinho), incorporada no concelho de Prado, passasse novamente para o de Portela da Penela.

Em 1842 Penela era concelho no mesmo distrito de Braga (aqui surge novamente Penela).

Uma confusão, como vemos, parecendo não obstante que, em tudo isto, andou apenas mudança de nomes, pois por Penela é que ficou conhecido ao tempo da sua extinção.

*

* *

Outro dos antigos concelhos extintos, situado em território do actual concelho de Vila Verde e que não deixou o seu nome à freguesia, é o de Larim.

Larim é actualmente um simples lugar da freguesia de Soutelo, antigamente sede do concelho deste nome na co-

marca de Barcelos e que compreendia as seguintes freguesias: Soutelo, Turiz e S. Julião da Laje (parte). O nome primitivo da povoação, foi Lalim, e neste nome foi dado ainda ao concelho o foral de D. Manuel a 6 de Outubro de 1514.

Este antigo concelho foi de Pedro Soares de Belmir, a quem chamavam de Turiz, por viver na freguesia de Turiz; depois passou para a Casa de Bragança.

Aqui vivia e era senhora desta vila — diz Pinho Leal — a riquíssima D. Flâmula (ou Chama) senhora também de outras muitas vilas e castelos. Era sobrinha da célebre condessa Mumadona, fundadora do mosteiro de Guimarães. Esta senhora era tia, e aquela sobrinha de D. Ramiro II de Leão.

Em 960 estando D. Flâmulo muito doente, prometeu, se escapasse fazer-se religiosa, e se fez logo conduzir a Guimarães onde distribuiu os seus bens de raiz, e se fez freira no convento que sua tia fundara.

Parece que esta povoação vem do tempo dos árabes, que lhe deram o nome. Na Pérsia há a cidade de Larim.

Por carta de lei de 7 de Outubro de 1837, os extintos concelhos de Vila Chã e Larim voltaram à categoria de concelho, formando um só, composto das freguesias de Vila Verde, cabeça do concelho, etc.

Por aqui vemos ter Vila Verde sido sede do extinto concelho de Vila Chã, a partir de 1837.

Junto de Larim, fica o santuário da Sra. do Alívio.

O abade de Miraçaia falando de Larim, diz a certo ponto: Este concelho foi extinto há muito tempo e unido ao de Vila Chã, que por isso tomou a designação de Vila Chã e Larim, e também a de Vila Verde, depois que passou

para Vila Verde (não sabemos quando) a sede do concelho de Vila Chã—muitos anos antes de 1855.

Parece efectivamente que o concelho se chamou de *Vila Chã e Larim* até 1855.

Os restantes concelhos que existiram no actual território do concelho de Vila Verde, são referidos nas suas próprias freguesias.

*

* * *

Pinho Leal falando da Torre de Alvim, afirma (e com ele se segue Almeida) que, em tempos remotos existiu na freguesia de S. Paio de Vila Verde uma casa e torre nobilíssimas, denominadas *Casa e Torre de Alvim*. Ora o primeiro senhor que teve o cognome de Alvim parece ter sido D. Pedro Soares irmão de D. Mendo Soares, 1.º senhor da vila de Melo, na Serra da Estrela. E tomou aquele apelido por haver fixado a sua residência na povoação ainda hoje denominada Alvim, pertencente à freguesia da Costa, junto de Guimarães, antigo berço dos seus ascendentes, que das margens do Vizela se transferiram para ali.

Viveram depois nesta paróquia de S. Paio de Vila Verde em um casal, que dos seus novos habitantes tomou o nome de Alvim, e nele tizeram uma torre que também se denominou Torre de Alvim.

Foi herdeira da principal casa de Alvim a condessa D. Leonor de Alvim, mulher do santo condestável D. Nuno Álvares Pereira, cuja filha única e sucessora, D. Beatriz, casou

com o 1.º duque de Bragança, levando em dote a grande fortuna de seus pais e com ela a referida Casa de Alvim, que desta forma passou para a sereníssima casa de Bragança.

Com o tempo se foram os últimos vestígios desta nobre casa. Sabido que os condes de Barcelos (duques de Bragança também) tinham por aqui muitos bens, nada custa acreditar na existência da casa de Alvim.

Monsenhor Manuel Mosquera num artigo intitulado «O Morgado do Paço e o Conde de Barcelos», conta uma faceta curiosa a respeito dos dois, passada no antigo concelho de Penela. Foi num ano em que em toda a Ribeira da Penela a colheita do vinho foi muito escassa. O conde, como de costume, em certa época do verão viera para ali à caça; mas então, só o morgado do paço tinha vinho. Mandou o conde ali dois criados seus, cada um com seu cabaço. Conduzidos à adega pelo morgado, este lhe mostrou todo o vinho que nesse ano havia colhido metido em dois pipos e, ali, na presença dos criados do conde, o fez derramar pelo chão fora. Fugiram os criados espavoridos, enquanto ele fazia chegar ao conhecimento de todos que, tal fizera, para evitar que o conde lançasse um novo tributo sobre o vinho, com o fim de lhe extorquir o seu, o que abrangeria a Ribeira inteira.

Até 20 de Dezembro de 1875, data da extinção da confraria de Pedregais onde havia um responso perpétuo por alma do morgado, todos os anos um dos irmãos comemorava em voz alta:

«Por alma do morgado do Paço, que livrou esta freguesia de um tributo de vinho»...e os outros respondiam.

Mas voltando ao princípio, parece que em Alvim, Guimarães, nunca existiu a tal casa nobre dos de Alvim, deven-

do tal apelido ter a sua origem num topónimo local, uma «villa» *Albini*, integrada no couto de Vila Verde que deve ter sido da estirpe do couto de Penagate.

+

* *

José Augusto Vieira, fazendo menção da tradição em Vila Verde, aponta os seguintes costumes ainda em uso no ano de 1886, quando da sua passagem por esta vila.

«*O ramo do casamento*, ou palmito, é ainda hoje dado pelo noivo à sua noiva em Vila Verde e não seria de certo bem visto o casamento, em que a desposada não levasse à igreja o ramo que lhe dera o noivo. Além do ramo, este tem ainda de presentear a futura esposa com qualquer prenda de ouro ou roupa de vestir. Em troca a noiva oferece ao noivo a camisa de linho, ordinariamente tecida por ela própria e com labores bordados por sua mão. As que não sabem bordar, encomendam então esse serviço a algumas das suas amigas ou costureiras de nome, mas, Deus sabe a mágoa que lhes vai na alma, de não poderem tecer com as próprias mãos esse linho, que foi talvez, numa das noites de espadelada nas eiras, o princípio do seu romance amoroso.

*Talvez que um dia este linho
Tecido no teu tear
Seja a camisa do noivo
Com que hajas de me dotar.*

Outro dos costumes, é o das *Obradas* (Oblatas) com que o povo se persuade encomendar a Deus as almas dos parentes ou amigos. As *oblatas* fazem-se ao oitavo dia depois do falecimento; como que são correspondentes à nossa missa do saimento. Os parentes e amigos encorporam-se em casa dos doridos e assim vão enfileirados para a igreja, onde o pároco faz uma reza apropriada ao caso. No fim dão todos, ao padre uma esmola, que nunca será de menos de vintém, custo de cada um responso oferecido pela alma do finado: é a *oblata*. O costume da *colação* no dia do enterro existe também em Vila Verde.

Há ainda no concelho de Vila Verde uma outra *oblata*, aproveitável directamente ao padre, mesmo sem o latim do Requim. É a que tem lugar depois de colhido o S. Miguel. O abade manda um carro a casa dos fregueses receber a *obrada* e de cada viúvo ou solteiro recebe uma rasa de milho, ou duas sendo casado

Por cada baptisado ou casamento recebe o padre uma galinha e dois pães, e por ocasião da Páscoa, os ovos ou o pão de ló, o trigo ou dinheiro com que a generosidade dos fregueses agradece a visita da Cruz».

Decairam totalmente estes costumes, excepto o da visita da Cruz. Esse mantem-se por aí fora em toda a parte como em Vila Verde, apenas com leve alteração. É a Páscoa; e oxalá ele se repetisse todos os dias, se em todos os dias também a humanidade pudesse ter o seu foliar ou *obrada*.

*
* *
*

Muito poucos devem até hoje ter aquilatado o valor político dos homens de Vila Verde que, nesse período das efervescências partidárias do liberalismo, fizeram desviar para esta terra a sede dum concelho que se formou à custa da extinção de quatro outros. Esses foram os ignorados heróis de há um século atrás tão esquecidos em nossos dias e, — o que é pior — sem nada que os memore ou lhes tribute aquela centelha de posteridade a que têm direito.

Ainda bem que a nossa passagem por aqui não foi vã neste aspecto. E se é certo que não podemos ir arrancar a esse século de inexorável esquecimento outra coisa que não seja a lembrança dos seus nomes, esses aqui ficam com o preito de gratidão que desejamos ser os primeiros a tributar-lhe como admiração pelo desmedido amor que manifestaram pela terra de Vila Verde.

O decreto que criou o concelho de Vila Verde é de 24 de Outubro de 1855, mas sòmente publicado no Diário do Governo de 19 de Novembro do mesmo ano, com o teor seguinte:

«Tomando em consideração os trabalhos que a comissão encarregada da reforma da divisão territorial do continente do reino e ilhas adjacentes, faz subir à minha presença, na conformidade da Carta de lei de 26 de Junho próximo pretérito: e reconhecendo a urgência, que há de efectuar a sua aplicação, assim na parte em que se suprimem, anexam ou alteram em suas actuais demarcações, diferentes comarcas, julgados, concelhos, círculos de jurados e distritos

de juizes de paz; como na parte em que se criam novas comarcas dentro número permitido na dita Lei, se fixam as épocas das audiências gerais respectivas: Hei por bem, usando a autorização concedida na mesma lei, e nas anteriores a que se ela refere, decretar o seguinte:

Art.º 1.º Fica estabelecida, para os efeitos judiciaes administrativos, a nova divisão das comarcas, julgados e concelhos, como dos círculos de jurados, distritos de paz, e freguesias dos mesmos julgados e concelhos, que, segundo os distritos administrativas a que respeitam, vão designados no adjunto mapa, o qual faz parte integrante deste decreto, e baixa assinado pelos Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Reino, e dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça.

§ único. Nas comarcas novamente criadas devem abrir-se as audiências gerais nas épocas marcadas no referido mapa.

Art.º 2.º São suprimidas as comarcas, julgados, concelhos, e distritos de paz, que vão como tais declarados no mesmo mapa.

Art.º 3.º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Os referidos ministros e Secretários de estado o tenham assim entendido e façam executar.

Paço, em 24 de Outubro de 1855.

==Rei== Rodrigo da Fonseca Magalhães==Frederico Guilherme da Silva Pereira.

Pelo mapa em questão se estabelece, Vila Verde como concelho e comarca; extingue-se a comarca, julgado e concelho de Pico de Regalados; julgado e concelho de Penela,

e julgado e concelho de Vila Chã. E na parte das freguesias esclarece: todas as do julgado de Vila Chã, suprimido; todas as do Pico de Regalados, também suprimido; as de Goães Freiriz e Portela, Godinhaços, Arcozelo e Marrancos, Pedregais, Rio Mau, Duas Igrejas, Azões, Moure e Escariz, do julgado de Penela que se suprime; as de Ateães, Cabanelas e S. Gens, Cervães, Escariz, Lage, Oleiros, Parada de Gatim e Prado, do julgado de Prado, que também se suprime; e a de Covas, desanexada do julgado da Ponte da Barca.

Relativamente à comarca, ficavam-lhe pertencendo os julgados de Amares e Terras de Bouro.

Como acabamos de ver, a criação do concelho de Vila Verde, ficou-se devendo em primeiro lugar, a Rodrigo da Fonseca Magalhães, um dos mais notáveis políticos liberais do seu tempo. Nasceu em Condeixa-a-Nova a 24-VII-1787 e morreu em Lisboa a 11-V-1858. Aos seus méritos de parlamentar, de orador e jornalista deveu o ser nomeado ministro do Reino em 15-VII-1835, no Gabinete presidido pelo marquês de Saldanha. Esse ministério fora organizado a 27 de Maio, sendo nele ministro do Reino João de Sousa, que em 15 de Julho, numa recomposição, passou para a pasta da Justiça, indo então Rodrigo da Fonseca substituí-lo naquela. Em 18 de Novembro, deu-se porém a queda do Ministério, sendo Rodrigo da Fonseca substituído por Mouzinho de Albuquerque. Pouco depois rebentava a revolução democrática de Setembro de 1836. Na constituição de 1839 é novamente ministro do reino, sendo mais tarde levado a pedir a demissão. E com ele já novamente no poder, se dá o celeberrimo golpe de Estado de Costa Cabral.

Quando em 1846 começaram as agitações populares e a

rainha procurou chamar para a governação homens cuja presença pudesse ajudar a serenar a efervescência insurrecional (início da chamada Maria da Fonte), Rodrigo da Fonseca foi convidado pela soberana para tomar conta do poder, mas escusou-se e aconselhou que chamasse o duque de Palmela. Este escolheu Rodrigo da Fonseca para ir pacificar a Beira e sobretudo o distrito de Coimbra. A chamada de Saldanha ao ministério fez rebentar a guerra civil que só veio a terminar em Junho de 1847, pela convenção de Gramido. Em Outubro deste ano foi Rodrigo da Fonseca nomeado par do Reino. Quando três anos mais tarde, em 1851, Saldanha iniciou o movimento chamado da *Regeneração*, Rodrigo da Fonseca foi dos imediatamente indigitados para fazer parte do ministério embora só mais tarde numa das recomposições que o ministério sofreu tivesse entrado para ele com a pasta do Reino. Em 6-V-1856, por motivo da *Regeneração* o ministério demitiu-se e dois anos depois, falecia Rodrigo da Fonseca Magalhães, o ministro do Reino que criou o concelho de Vila Verde.

Assim, a 5 de Dezembro do ano do referido decreto, é realizada a primeira sessão da Câmara de Vila Verde, assinada pela primeira Comissão Municipal, assim constituída: João José de Sousa Gama, José de Araújo Azevedo Vasconcelos, Manuel José de Sousa, Manuel de Jesus Araujo Rocha, João de Oliveira da Silva Bacelar e António Luis Machado. A acta diz o seguinte:

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos cincoenta e cinco, aos cinco dias do mês de Dezembro nos Paços deste concelho de Vila Verde, e na Sala das Sessões da Câmara Municipal, estando presente o

administrador interino do concelho António de Araújo Azevedo Vasconcelos Feio, bem como o presidente e vereadores da Câmara Municipal do extinto concelho de Vila Chã, Manuel José de Sousa, João António Pinheiro, Manuel de Jesus Soares da Costa, Domingos José Lopes de Castro Torres e Manuel José Pereira da Silva; e também o Doutor João José de Sousa Gama, da freguesia de Coucieiro, (e a restante comissão acima referida), pelo mesmo administrador do concelho foi apresentado à referida Câmara Municipal do extinto concelho de Vila Chã um ofício do governador civil do Distrito, expedido pela primeira Repartição sob número cento e dois datado de ontem, dizendo que tendo sido extinto o deste concelho de Vila Chã por decreto de 24 de Outubro último, e anexadas as freguesias de que ele se compunha ao novo concelho de Vila Verde, devia a mesma Câmara ficar nessa inteligência, e, dando-se por dissolvida, fazer entregar à Comissão Municipal do mesmo novo concelho de Vila Verde, todos os livros, documentos, papéis e mais objectos pertencentes ao arquivo do Município; e foi ao mesmo tempo apresentado um alvará do Ex.º Sr. Governador Civil deste Distrito, datado também de ontem pelo qual são nomeados para compor a Comissão Municipal do novo concelho de Vila Verde, os mencionados cidadãos (todos os já referidos mais João de Abreu Gomes do Couto que não compareceu na primeira sessão); em virtude do que a mencionada Câmara se deu por dissolvida, e a indicada Comissão Municipal por instalada, a qual passando desde logo a eleger o seu Presidente e vice-Presidente, nomeou para aquele o Doutor João José de Sousa Gama e para este o vogal José de Araújo Azevedo e Vasconcelos, delibrou

que enquanto não nomeasse o seu Escrivão que está servindo na administração deste concelho. Seguidamente aquela dissolvida Câmara entregou à Comissão Municipal não só este Paço do Concelho, como todos os objectos e utensílios a ele pertencentes, e hão de constar duma relação em que vão ser mencionados, e ordenou ao Escrivão que foi da mesma Câmara fizesse entrega à Comissão Municipal ou à pessoa por ela para esse fim autorizada, de todos os livros, documentos, papéis e mais objectos pertencentes ao arquivo do extinto Município. Para constar se lavrou esta acta que todos vão assinar depois de lhe ser lida por mim, António Fortunato de Faria ex-Escrivão da Câmara do extinto concelho de Vila Chã, e interino de Administração do concelho de Vila Verde».

Assinaram também esta acta os membros da Câmara cessante de Vila Chã. Estava organizado o município.

A segunda sessão (extraordinária) realizou-se dois dias depois, nela ficando assente que as reuniões da nova Comissão se fariam de ora avante às 2.^{as} e 5.^{as} feiras de cada semana.

De início, poder-se-à supor que as razões que decretaram a criação do concelho de Vila Verde, seriam simplesmente de ordem geográfica; mas a verdade é que, para além disso prevaleceram as influências pessoais e políticas das pessoas gradadas e de destaque da terra. Bem explicou esta parte o sr. Dr. Alberto Feio numa conferência realizada nesta vila por ocasião da festa centenária do concelho, da qual cujos documentos, com bastante prejuízo, se devem ter perdido com a sua morte.

E caso curioso, é que há em Vila Verde quem suponha

ter sido influente número um, o Conde do Casal, quando este nada teve com a criação do concelho de Vila Verde; ou antes, se a teve foi indirectamente. E supomos até que o conde do Casal nem mesmo teria vivido na casa do Casal, em Vila Verde, de onde se supõe lhe adviria o título. Todavia, como o seu nome anda preso a um incidente que muito deveria ter concorrido para que Vila Verde fosse elevada a vila e sede do concelho, aqui ficam alguns dados biográficos seus: «Foi primeiro conde e 1.º barão José de Barros Abreu Sousa e Alvim, par do reino (por carta régia de 15-XII-1849), do conselho de S.M.F., comendador da Ordem de Cristo, etc., etc.

Em 1807, estudando em Coimbra, lutou contra os franceses, sendo em 1811 promovido a Alferes. Começou aqui os seus serviços como militar. Na revolta liberal de 1828 foi encarregado pela Junta de bater as forças do governador de armas do Porto. Atacou Guimarães, inpedindo o general miguelista D. Álvaro da Costa de ali reunir as milícias do partido inimigo. Vencendo D. Miguel a primeira tentativa revolucionária, emigrou o futuro Conde do Casal para Inglaterra. Mais tarde organizada a expedição na ilha Terceira, veio desembarcar no Mindelo. Rápido promovido a coronel e brigadeiro (1833), achou-se presente em vários combates da campanha que terminou pela paz de Évora-Monte

Em 1837 foi promovido a marechal de campo; retirou-se para a sua casa no Minho.

Durante a revolta da Maria da Fonte, foi nomeado governador de Trás-os-Montes. Depois de Chaves e Valpaços atacou Braga, onde estava o general miguelista Macdonel, ocupando esta cidade.

Após a convenção de Gramido, já agraciado com o título de Barão do Casal, foi nomeado comandante da 3.ª Região Militar (Porto). Tendo rebentado em 1851 o movimento dito da «Regeneração», golpe de Estado do marechal Saldanha, retirou-se o já então conde do Casal para a sua casa, alheando-se definitivamente da política.

O título de barão foi-lhe concedido por D. Maria II por decreto de 1-XII-1836, e por decreto de 20-I-1847 foi elevado à grandeza com o título de conde. A filha primogénita deste, 2.ª condessa D. Maria Luiza de Barros de Abreu de Sousa e Alvim, morreu na Ponte da Barca.

Ora parece que a honra dos Casais ficava na freguesia de Guminhães (S. João das Caldas) Guimarães, ou então, segundo outros, que era solar desta família, Casal de Soeiro, junto da Vila dos Arcos. Facto é que ninguém dá os Casais (primeiros da genealogia), e mesmo o conde do Casal, como de Vila Verde.

*Daquele bom cavaleiro
D. Rodrigo, do Casal,
Grácia mui principal,
foi este que como tal
era nas lides primeiro*

ou

*D. Sancho primeiro, deu
A honra de Guminhães
no termo de Guimarães
aos do Casal que no seu
tempo, foram principais.*

Vivia o conde do Casal em Braga, quando por ele foi interposto um pleito judicial no julgado de Penela contra os irmãos Drs. João Feio Soares de Azevedo e António Feio Soares de Azevedo, com o fim de reivindicar para si os bens e Casa de Burgueiros na freguesia de Soutelo.

Num processo que o sr. Fausto Feio tem em seu poder e ao qual pudemos ir buscar estes esclarecimentos que estamos dando, se vê que os irmãos João e António Feio ganharam a questão em instância de primeira, perderam na Relação (Porto) e voltaram a ganhar no tribunal de Apelações (Lisboa).

Aqui começa, ao que parece, a intervenção dos dois irmãos a favor de Vila Verde, cabendo ao Dr. João o maior quinhão de preponderância que tirou de Rodrigues da Fonseca Magalhães. Ademais, sendo a esse tempo João Feio Soares de Azevedo, deputado pelo círculo de Braga e relator de diversos projectos em duas legislaturas, natural é que o ministro do Reino o consultasse sobre a melhor divisão administrativa a dar, até, às terras do seu círculo. O resto conhece-se, dada a hostilidade que João Feio votava aos concelhos de Regalados e Prado, de um lado por questões pessoais, do outro, por ressaibo pessoal contra o conde do Casal onde se supõe este exercia grande predomínio sobre municípios e concelhos. Ganhada pois a questão contra o titular do Casal, um outro maior desejo seu, então, seria o de desforra política sobre ele.

Haviam três factores que nesse tempo pesavam a favor da criação dum concelho: de ordem geográfica, económica e política.

O primeiro concelho a ser lembrado [por si, seria

o de Penela; mas esse não oferecia condições. Foi então que ele se teria voltado para Vila Verde.

A nova reforma administrativa há tanto tempo aprovada, entrara finalmente em prática, e a influência do Dr. João Feio Soares de Azevedo, fizera o resto.

Outras pessoas trabalharam indiscutivelmente para o mesmo fim, mas ele é o mais credor da homenagem que o concelho tenha de prestar um dia ao vulto que lhe deu a autonomia de que hoje goza.

Dr. João Feio Soares de Azevedo, era Senhor das Casas da Madalena e Burgueiros, cavaleiro da Ordem de Cristo e bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra (3 de Junho de 1840). Foi deputado, como já dissemos, eleito em 16 de Janeiro de 1851 e reeleito em 24 de Dezembro de 1833.

E só não tomou parte nos trabalhos da Câmara de 1855, dada a grave doença de que veio a falecer.

Alguém disse que, quando João Feio Soares regressava de Lisboa, a população de Vila Verde, grata pelo benefício que lhe trouxe, o foi aguardar junto da Ponte do Bico, com fogo, música e grandes manifestações. O seu cavalo ter-se-ia espantado, então, do que resultou uma queda para o ilustre bacharel e político. E parece que, com verdade, dessa queda devia ter morrido mais tarde. Afinal, foi bem fraca a paga que o destino lhe pôs ali, à entrada do concelho que houve criado. Paciência. A morte chega sempre um dia para todos.

Apenas, para si, esta morte ficou a ligá-lo mais ainda à posteridade.

É tempo de se começar a fazer reviver João Feio Soares de Azevedo.



Vila Verde — Fausto Feio,
Comandante dos Bombeiros
Voluntários



Vila Verde — «Vilaverdense Futebol Clube»

*
* *
*

Três factos de relevo da história recente de Vila Verde, vão passar a serem aqui memorados por nós. O primeiro é o da homenagem prestada ao Ex. mo Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. António dos Santos Ferreira, e seus colaboradores; o segundo, é o da consagração do concelho à Virgem Maria; e o terceiro é o da comemoração centenária da fundação do concelho. A nenhum destes três actos nos foi dado assistir, pelo que, forçoso nos é recorrer aos jornais dessa data, honestos em revelar ao público o que foram esses três memoráveis acontecimentos do presente de Vila Verde.

O SENTIDO DUMA HOMENAGEM: — Com este título dava o conceituado órgão local «O Vilaverdense» de 26-5-57 a razão que levou o concelho a esta homenagem:

«Resolveu o concelho de Vila Verde, pelas suas pessoas mais representativas e pelos seus órgãos administrativos, promover uma homenagem merecida, que significasse o muito apreço em que avaliam os relevantes serviços, prestados pelo senhor Dr. António dos Santos Ferreira ao concelho de Vila Verde.

Em 8 de Fevereiro de 1946, foi nomeado Vice-presidente da Câmara, e foram as suas excepcionais qualidades de trabalho, o seu espírito conciliador, o seu acendrado bairrismo, as suas firmes convicções nacionalistas, o seu integérrimo carácter que o indigitaram para a presidência, em 27 de Dezembro de 1948».

Sob outro título, este, «Compreensão e Gratidão», e de-

pois de ter historiado profundamente «O Sentido duma Homenagem», escreve ainda o mesmo órgão:

«Quando uma homenagem simboliza o seu verdadeiro significado e nela se projecta o reflexo de uma compreensão fundamentalmente justa e imparcial, não é de estranhar que a mesma constitua uma manifestação de gratidão perante a pessoa homenageada. Está neste caso a homenagem ao actual Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, sr. Dr. António dos Santos Ferreira»...

Nesta homenagem, colaborou o concelho inteiro, com destaque especial para os srs. Presidentes das Juntas que mais manifestamente se quizeram associar a este acto, tendo oferecido ao Ex.º Sr. Presidente da Câmara, uma magnífica salva de prata em que revelavam a sua consideração e apreço pelo ilustre homem público. Como é proverbial no sr. Dr. António dos Santos Ferreira, este agradeceu a todos e a todos prometeu continuar a manter as normas que sempre o nortearam: administração sã e progresso sistemático. O concelho era como uma coisa sua, pela qual sempre trabalhou e havia de continuar a trabalhar com denodo, fé e certeza no futuro.

*

* *

CONSAGRAÇÃO DO CONCELHO AO CORAÇÃO IMACULADO DE MARIA:—

Tal como os reis outrora consagravam os seus exércitos ou a própria Pátria à Virgem, vai sendo de uso comum, também, os concelhos ou as próprias paróquias consagrarem-se à protecção daquela padroeira mais Senhora da sua crença

ou mais diligente nos seus pedidos. O concelho de Vila Verde, escolheu o Coração Imaculado de Maria; e nesse dia de 21 de Maio de 1944, elevando em hossanas a voz do coração até ao céu, se lhe consagrou inteiro, desde o monte ao vale, desde a encosta à charneca. E ela, a padroeira, a todos deve ter visto, e por sobre todo o concelho deve ter estendido o seu braço num gesto sublime de mulher, num acto supremo de protecção divina.

O documentário fotográfico que o Rev.º P.º Diogo nos forneceu, seria o melhor elemento que poderíamos fornecer ao leitor desta estrondosa manifestação de fé. Não podemos infelizmente levar tão longe este trabalho. Mas a lembrança desse acto grandioso, aqui fica registado, sujeito ao colorido que o leitor lhe quiser dar, embora, talvez, nenhuma imaginação possa idealizar justamente o que foi a consagração do concelho ao Coração Imaculado da Virgem.

+

* *

COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO CONCELHO: — A comemoração do centenário do concelho, deve ter sido tanto pelo seu significado como pelas estrondosas festas que a coroaram, um dos acontecimentos que se não desprenderá tão cedo da memória do povo do concelho e, dum segundo modo, da de todos os que até aqui vieram nesses dias de festividade para a vila. O concelho fazia cem anos. E este eco que tão profundamente devia ter feito vibrar a alma dos que fora daqui sonham com a terra onde nasceram, não teve menor sortilégio para os que aqui lutam e vivem (crentes e

descrentes da própria administração pública), ao ponto de os tocar do mesmo júbilo e da mesma sêde de acção que a cada um se impunha para tornar o acto maior ainda. — Não terá Vila Verde outro dia igual—disse-nos alguém, vivendo o esplendor da Comemoração Centenária do Concelho.

Sorrimos e quase sentimos desejos de ser vila-verdenses, também, só para aquilatar a alegria que mormente os naturais daqui sentiram nesse comemorar de um século de história e de vida activa.

Há já muito que as festas vinham sendo anunciadas por diversas formas de difusão: imprensa, rádio, simples programas, até, que levaram aos quatro cantos do País os sons acordes da trombeta da festa. Vila Verde ia comemorar o centenário do seu concelho, e isso não poderia ficar simplesmente dentro do conhecimento da gente da casa.

«O Primeiro de Janeiro» de 24 de Outubro de 1955 (dia principal da comemoração) dando justo relevo ao acontecimento, noticiava: «O programa dos festejos teve hoje começo pelas 10 horas com o hastear da Bandeira Nacional na sede dos Paços do Concelho, prestando a continência a Legião Portuguesa, sob o comando do oficial legionário Anselmo Vilela, sendo dada, na altura, uma salva de morteiros»...

◀ A fim de presidir à inauguração oficial dos melhoramentos do dia de hoje, que o Município Vilaverdense designou como dia popular, deslocou-se à sede do concelho o sr. Governador Civil de Braga, tenente-coronel Armando Nery Teixeira, que era esperado em Entre-Pontes, limite daquele concelho, pelos srs. Dr. António dos Santos Ferreira, presidente da Câmara; vereadores srs. António Manuel Lopes, José Manuel dos Santos, Adérito Manuel Martins Bar-

reto e Gaspar Queiroz; coronel Graciliano Marques, comandante distrital da L. P.; capitão Abel Nogueira, comandante local da L. P.; dr. Adolfo Ferreira, conservador do Registo Predial, professor dr. Álvaro Machado Vilela, dr. Bernardo Ferreira e Constantino Vilela, respectivamente, provedor, vice-provedor e tesoureiro da Misericórdia da Vila; eng. Alegria Martins, eng. António Valença, dr. Eduardo Moura, capitão Francisco Meireles, e alferes José Dantas, e outros elementos de relevo social»...

«No lugar de Sampaio, Soutelo, inaugurou-se o primeiro fontanário, tendo usado da palavra o snr. Presidente da Câmara para agradecer a presença do chefe do distrito e das restantes autoridades, pondo em destaque a figura do snr. Eng.º António Valença a cuja acção devotada se deviam muitas das obras inauguradas naquele dia.

E a rota da inauguração dos melhoramentos, seguiu-se naquela freguesia.

Depois, foi Pico de Regalados, com seus melhoramentos, também, tendo a comitiva percorrido em seguida a nova estrada até Gomide.

Às 20,30 horas, na vila, com inauguração das iluminações da vila e início do concurso das sacadas, prosseguiu o programa das festas desse dia que durou até às 24 horas, em que foi queimado um vistoso fogo de artifício.

O dia 24, considerado do encerramento das comemorações, foi mais animado sobre todos os aspectos. Dentro do plano de inaugurações, apontamos especialmente o lançamento das primeiras pedras, respectivamente, para a ponte sobre o rio Homem, e novo edifício do Hospital.

A chegada das autoridades distritais, verificou-se pelas

14 horas. Acompanhavam o snr. tenente-coronel Nery Teixeira, governador civil de Braga, e o snr. D. António Bento Martins Junior, arcebispo primaz, numerosos automóveis conduzindo as mais gradas figuras da cidade, entre as quais o deputado pelo círculo de Braga, snr. Antão Santos da Cunha; e quase todos os presidentes das Câmaras do distrito.

Estas individualidades foram acompanhadas desde o limite do concelho pelos srs. Dr. António Santos Ferreira, professor dr. Machado Vilela, eng.º António Valença, eng.º Alegria Martins, capitão Francisco Meireles, eng.º Alberto do Lago Cruz, dr. Alberto Feio, professor rev. Aloísio de Sousa, dr. Francisco António Gonçalves e dr. Aurélio Cunha, etc.

Na sessão comemorativa do centenário, presidiram algumas das figuras já citadas, tendo o sr. Arcebispo Primaz ocupado um cadeiral, e a seu lado sentado-se os srs. cónego Mouta Reis, e prior da vila, rev.º Manuel Gonçalves Diogo.

Nesta sessão, o primeiro a usar da palavra foi o sr. dr. António Santos Ferreira, que no seu discurso procurou prestar homenagem aos que serviram o concelho no decorrer de cem anos, tendo dito:

«Não podemos deixar de evocar a memória dos governantes de há cem anos que possibilitaram a criação deste concelho: — *os ilustres membros da Câmara dos Deputados* que, há um século conceberam e votaram o projecto de lei n.º 219, que autorizou o Governo a proceder à necessária reforma da divisão judicial das comarcas e julgados do Reino: — *os membros da Comissão de Legislação* que propuseram o parecer da autoria do visconde de Algés, que o projecto de lei fosse aprovado pela Câmara dos Pares: — os pares do reino que a discutiram pelas vozes autorizadas, do Ministro da

Justiça, do Conde de Tomar, do Par Ferrão do Visconde de Algés, do Conde de Caipa, do Barão do Porto de Mós, do Visconde de Fonte Arcada e aprovaram na generalidade e na especialidade os seus cinco artigos com a mesma redacção — a deputação nomeada pela Câmara dos Pares para levar o projecto à sanção real; D. Fernando, Rei Regente, que se dignou sancionar o projecto de lei e o converter em lei que assinou com os ilustres políticos Rodrigo da Fonseca Magalhães e Frederico Guilherme da Silva Pereira; a *comissão que o Governo nomeou para estudar os complexos problemas da inadiável reforma judicial* e que ao cabo de cinco meses de árduo trabalho apresentou a reforma que o decreto de 24 de Outubro de 1855 pôs em execução já sob o auspicioso Governo do Magnânimo Rei D. Pedro V, que entretanto atingira a idade marcada para exercer os poderes políticos».

E o sr. Presidente da Câmara, sempre vibrante e eloquente, falou do povo das 58 freguesias ali reunido naquele dia, das figuras vivas e desaparecidas ligadas ao Município durante um século. recordou magistrados e funcionários, sacerdotes e professores que ministraram a educação e o ensino às sucessivas gerações de crianças da terra, não esquecendo o sacrifício e o trabalho de ninguém que trabalhou por Vila Verde, prometeu, na presença das autoridades que ali se encontravam, prosseguir nas obras dos antepassados, consciente de que sob a orientação do seu exemplo de vida laboriosa, e sob os estímulos da grande lição de paz e de trabalho do nosso governo, havia de valorizar mais ainda a herança recebida de seus Pais e contribuir assim para o progresso e engrandecimento de Portugal.

Depois falou o representante da Comissão Concelhia da

União Nacional, e em seguida o deputado pelo círculo da Braga, o snr. Dr. Alberto Feio, e o snr. dr. Machado Vilela, tendo o chefe do distrito encerrado a sessão.

Horas mais tarde, realizou-se ainda nos salões, dos Paços do Concelho, uma festa a que concorreram muitas das mais distintas famílias das redondezas, autoridades e demais convidados. Aos brindes, falaram os snrs. Presidente da Câmara de Vila Verde, António Santos da Cunha e o rev.º Manuel Gonçalves Diogo, pároco da vila, que disse do seu contentamento pelo brilho das festas, e felicitou o presidente do Município e o povo do concelho pela estuante demonstração de vitalidade e de amizade de que dera testemunho.

À noite, realizou-se ainda um deslumbrante festival, que além de nova exibição de ranchos, compreendeu um concerto pela magnífica banda da Vila. E já agora, forçoso é lembrar também a banda de Aboim da Nóbrega que, como a de Vila Verde, abrilhantou as festas da comemoração centenária do concelho.

Naquele dia memorável de 24 de Outubro de 1955, terminaram as festas que houveram de constituir uma das passagens invulgares da marcha do Povo desta terra. É que as festas findaram com o apagar da última luz das decorações; mas a lembrança, essa, há-de prevalecer sempre na mente da gente e na história das coisas grandes do concelho de Vila Verde.

*

* * *

Outros acontecimentos, memoráveis também, como o da inauguração do Hospital e monumental Cortejo de Ofe-

rendes, tiveram assinalada repercussão no meio local. E falando-se do cortejo, bastaria dizer que o seu rendimento foi de 500 contos, para se poder avaliar com melhor exactidão o que teria sido esta jornada de alegria e filantropismo social.

O «Diário do Minho» referindo-se à inauguração do Hospital e ao cortejo de Oferendas, diz que estes foram os maiores acontecimentos de que até então havia memória no concelho de Vila Verde.

Presente, esteve S. Ex.^a o snr. Ministro do Interior que recebido na Ponte do Bico, pelos snrs. Aurélio Cunha, António Bernardo de Brito Ferreira e Abel Gama, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário da Câmara de Vila Verde, e ainda pelo presidente da comissão concelhia da União Nacional, dr. Francisco Gonçalves e por tantas outras pessoas de destaque, em cortejo extenso o acompanharam até à vila.

Este milagre de um tão grandioso Cortejo de Oferendas, aliado ao da criação de um hospital, impossível em tantos lados pela exorbitância do custo e dificuldades da sua manutenção, teve a dar-lhe corpo os homens de energia e de coração.

Só por isso o milagre se realizou, e, nós aqui estamos a lembrar esse dia que foi o lúmiar de uma obra maior que já se iniciou e há-de ter a sua corporização completa quando o novo Hospital Sub-Regional de Vila Verde se levantar bonito aos olhos de todos, a marcar a sua posição indiscutível no campo da hospitalização e assistência tão, das necessidades dos povos.

Actividades presentes

Entramos no capítulo das actividades presentes de Vila Verde. É nosso desejo historiá-las a todas.

Comecemos, pois.

Obra das Mães

Eis uma obra que dispensa controvérsias, tal é o seu fundo social de formação e educação. Vamos passar a transcrever aqui os apontamentos que sobre esta maravilhosa instituição nos forneceu a Sr. D. Maria do Céu Vilhena.

A acção da Obra das Mães pela Educação Nacional expande-se por todo o país através dos Centros de Formação Familiar

—Cumpre-lhes em colaboração íntima com a família uma missão essencialmente educativa, junto das raparigas em idade post-escolar e jóvens mães de família;

—Os Centros regem-se por programas criteriosamente adoptados nos diversos meios;

—E constituem-se em elementos colaborantes de todas as iniciativas, quer de carácter educativo, quer assistencial de interesse local.

Organização e regulamento

Quanto à regência dos cursos de formação familiar e às normas que determinam o seu funcionamento, também estas estão condicionadas às características do meio.

Os cursos de formação familiar têm a duração de 2 a 3 anos, sendo absolutamente gratuita a inscrição das alunas.

É limitado o número de inscrições anuais, e só é permitida a frequência ao curso de artesanato feminino a alunas que tenham completado o curso de formação familiar.

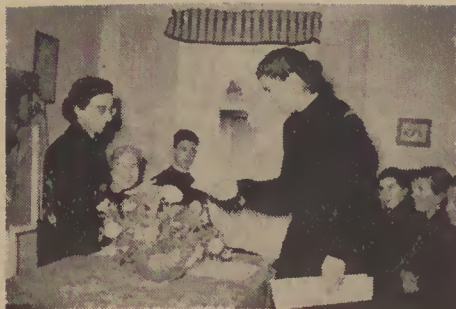
Todo o material de ensino é igualmente fornecido pelo Centro, que assim facilita a aprendizagem de todas as matérias sem gastos obrigatórios para as alunas.

O programa é bastante completo, abrangendo as seguintes disciplinas :

Economia Doméstica
 Arranjo e Adorno do Lar
 Cozinha e Higiene alimentar
 Contabilidade e Governo Doméstico
 Socorros a Doentes
 Formação Moral e Familiar
 Corte e Confeção
 Bordados Regionais
 Tecelagem

Cursos de Formação Social
Actividades de 1948 a 1958

Alunas inscritas	726
Número total de aulas	4.567
Número total de frequência	45.271
Exposições de actividades	8
Visitas de estudo	20
Passeios recreativos	26
Sessões comemorativas	20
Actividades inter-Centros	3
Curso de Educação de Adultos	2.924



Vila Verde — Uma sessão solene na sede da Obra das Mães



Vila Verde — Sede da Obra das Mães

Actividades do Secretariado Familiar

Famílias visitadas
Famílias atendidas no Centro
Enxovais distribuídos
Reuniões de Mães
Casos sociais encaminhados
Colocações
Hospitalizações
Consultas
Visitas hospitalares

Ao fim de 3 anos, é entregue a todas as alunas um certificado do seu aproveitamento nos cursos.

O Centro de Formação Familiar de Vila Verde foi fundado pela Obra das Mães no ano de 1948, iniciando as suas actividades a 15 de Abril do mesmo ano.

A sua criação deve-se em parte ao esforço e interesse da Comissão da O. M. E. N., nesta localidade, da qual fazem parte as Ex. mas Senhoras Dona Cristina Feio Soares de Azevedo e Dona Maria Sofia Feio, que muito trabalharam para tal fim.

E superiormente orientado pela Assistente Familiar Senhora Dona Susana Lagrifa, que à Obra das Mães tem dado o melhor da sua invulgar inteligência, capacidade de trabalho, entusiasmo e dedicação.

Pelas estatísticas juntas se pode avaliar o seu movimento nos 10 anos de existência.

A sua freguesia é bastante heterogénea o que vem de-

monstrar o interesse despertado em todas as raparigas das diversas camadas sociais».

Agradecemos à Ex.ma Sra. D. Maria do Céu Vilhena a diligência que pôs na elaboração dos textos transcritos. Um muito obrigado da nossa parte, e oxalá a Obra das Mães torne cada vez mais acrisolada a juventude feminina, tão arre-dada do perfume do lar neste materializado século da nossa existência.

Vilaverdense Futebol Clube

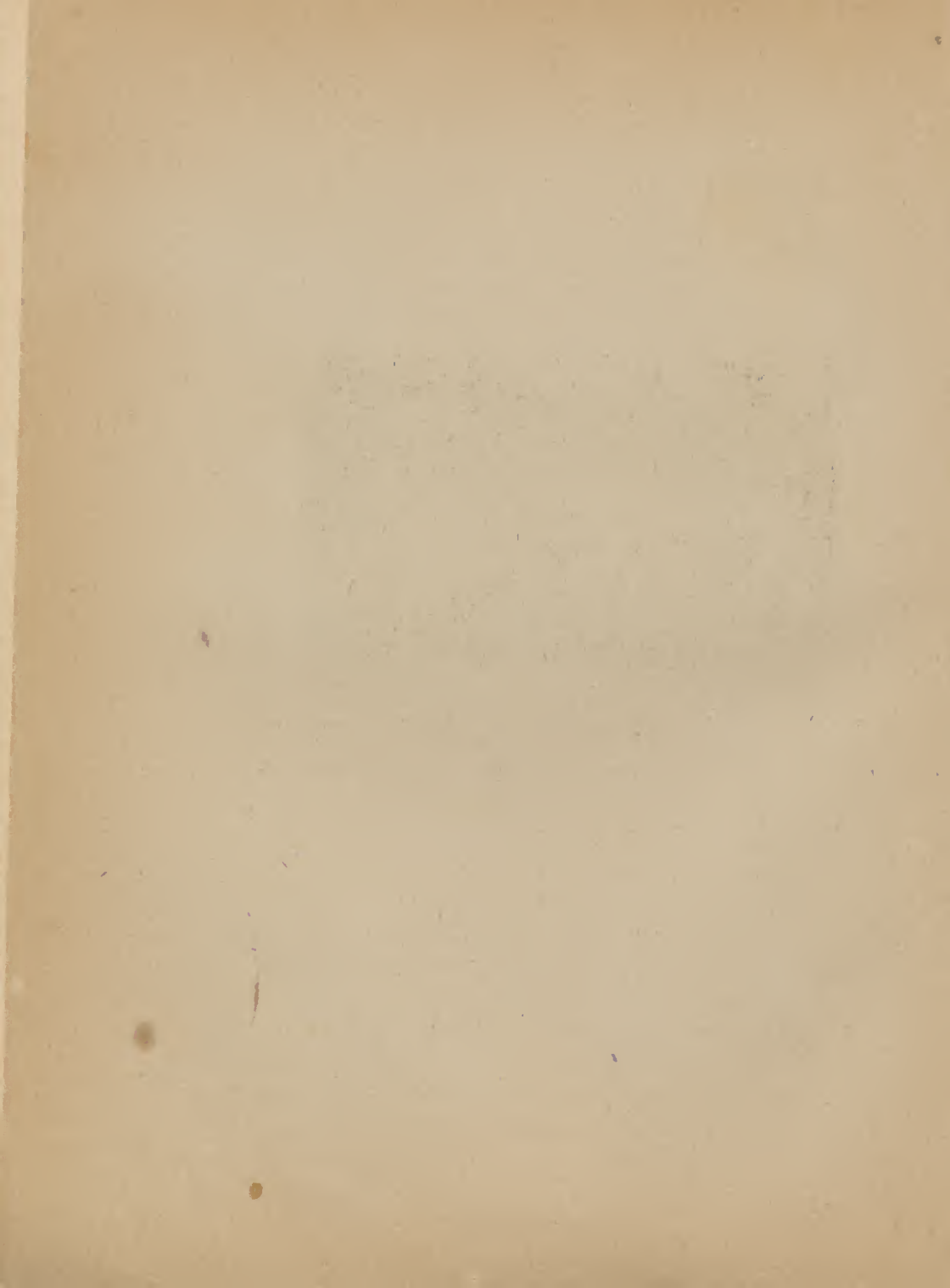
Ninguém pode negar ao futebol, quando é praticado com verdadeiro sentido de educação física, a sua prodigiosa acção sobre a juventude. Claro que se trata de uma modalidade de reacções violentas e emotividades fortes, o que por vezes, se torna pernicioso também, e isso tem dado azo a que muitas pessoas de destaque, e autoridades, mesmo, afectas ao desenvolvimento da terra, se neguem a dar-lhe aquele estímulo e apoio económico mais do que necessários à vida dum clube.

Isto não se terá necessariamente verificado em Vila Verde, onde o bom senso ainda impera, e a correcção, por parte dos elementos desportivos ou mesmo da simples assistência, se tem revelado numa compostura que bem nos dizem que o Vilaverdense precisava de ser melhor apoiado por todos; e daí a certeza de que o futebol nesta vila há-de encontrar aquele norte há muito desejado.

O Vilaverdense Futebol Clube foi fundado no dia 18 de Janeiro de 1953. A sua história nesta parte é simples. Uma comissão improvisada constituída pelos srs. Francisco Manuel Faria de Lira, José Joaquim Faria dos Santos, Manuel Augusto Soares, João Luiz da Silva e António Gonçalves Ro-



Via Verde — «Vilaverdense Futebol Clube», brilhante vencedor do Campeonato Distrital da F. N. A. T. de Braga —
época de 1954/55



drigues, projecta a formação de um grupo de futebol em Vila Verde, dá-lhe corpo, forma, acção e, o que é quase sempre igual em iniciativas deste género, fica sendo o pai e mãe do grupo. Aqui o caso não deve ter fugido à regra, pois só assim alguma coisa vinga contra a própria corrente dos angustos videntes sempre apostados por caprichosos despeitos, em sepultarem em vida qualquer realização local.

Como todos os grupos de província, uns mal compreendidos outros mal acarinhados, também o Vilaverdense tem atravessado períodos de vicissitudes. E daí a impossibilidade de ter atingido aqueles rasgados horizontes de maior fama, com que só lograva merecimento o próprio nome da terra. Era isto que todos os vilaverdenses deveriam compreender; e então, com mais facilidade, o grupo se tornaria uma colectividade estruturada e de fins certos.

O primeiro encontro realizado pelo Vilaverdense Futebol Clube, foi no dia 24 de Maio do ano da sua fundação, contra o Grupo Desportivo de Prado, em Pico de Regalados. O resultado fixou-se em 6-2 a favor de Vila Verde. Era a primeira vitória e com ela a primeira taça com que o grupo iniciava a sua galeria de troféus.

De boa memória no historial do Vilaverdense, foi o campeonato corporativo ganho na época de 1954-55, organizado pela delegação da F.N.A.T. de Braga, e em que entraram equipas de vastos recursos como o Riba d'Ave F. C. etc. E assim, apurado por direito para tomar parte no Campeonato Nacional Corporativo, foi pena que o não fizesse, salvo se nisso não entraram razões de ordem económica.

Desde então que o grupo tem realizado diversos desafios com outros grupos também, entre os quais citamos os

«Limianos», «Arcos de Valdevez» e Desportivo de Monção. Resultados? Nem preciso é enumerá-los.

O Vilaverdense nunca deixou os seus créditos por mãos alheias.

No campo das realizações de maior rasgo que a direcção do grupo levou a cabo, citamos a sede, esta instalada no edifício dos Bombeiros Voluntários, e o campo de jogos. Relativamente à sede pouco temos a frisar; quanto ao campo, esse é um agente de despesas constantes, sendo de enumerar os 10.000\$00 ainda recentemente ali gastos em balneários, bem como mais 5.000\$00 gastos na adaptação por que está a passar com vista às competições oficiais.

Estas importâncias aliadas a outra de menor numerário que está prevista para a conclusão do arranjo preciso, desnecessário será dizer que bolem um tanto com a estabilidade económica da colectividade.

No dia 23 de Fevereiro deste ano, realizou-se na sede do Vilaverdense Futebol Clube uma Assembleia Geral, com o fim de se proceder à aprovação dos novos Estatutos já submetidos a despacho ministerial, eleição de novos corpos gerentes e filiação do grupo na Associação de Futebol de Braga.

Dessa Assembleia resultou terem sido eleitos os seguintes membros directivos:

Assembleia Geral:

Presidente:—José Manuel dos Santos

1.º Secretário:—José Soares da Silva Lago

2.º Secretário:—Manuel Anselmo Vilela Fernandes

DIRECÇÃO

Presidente: — Francisco Manuel Faria de Lira

Vice-Presidente: — João Luiz da Silva

1.º Secretário: — João Barbosa Gomes

2.º Secretário: — João da Silva

Tesoureiro: — José Joaquim Faria dos Santos

Vogais Efectivos — Mário Joaquim da Silva e
Aníbal de Oliveira Barros

Vogais Suplementares — Alberto Barbosa Gomes e
João António Coelho Machado

CONSELHO FISCAL E JURISDICCIONAL

Presidente: — Mário Mendes Galinha

Secretário: — Manuel Vasco Faria Barbosa de Brito

Relator: — Alberto Rodrigues Vilela

Relator Suplente: — Manuel de Oliveira Barros

E é graças a este punhado de generosos e abnegados desportistas da terra, que, o Vilaverdense Futebol Clube, se tornou uma estável organização já representante de muitas tradições, e obreira de algumas glórias. 5 valiosas faças atestam até este momento a sua intervenção em jogos de responsabilidade.

Por tal, é óbvio que no futuro todos lhe emprestem o calor do seu entusiasmo e da sua subsistência. A colectividade possui apenas 100 sócios. São poucos, muito poucos para manterem uma agremiação desportiva. Só a população da vila, lhe pode garantir mais; e o Vilaverdense bem precisa de muitos mais.

As cores da equipe, são: Camisola, verde e branca; calção, branco. Distintivo com as armas da vila.

E para terminar, justo é chamar à presença dos vivos, com devido destaque, o nome do que também foi criador e jogador do grupo, António Gonçalves Rodrigues que a morte cedo arrebatou; mas para nem se guarda ainda no espírito da colectividade uma recordação imorredoura, hoje e sempre lembrada pelos que ao lado dele lutaram pela existência do futebol em Vila Verde.

Grémio da Lavoura

É o Grémio da Lavoura de Vila Verde, igual a tantos organismos similares existentes no país, criados pelo advento do corporativismo. O que se ressalva, de uns para outros, é precisamente a diferença de actividades que pode variar, segundo a diligência dos directores ou a compreensão dos agremiados. Com o Grémio de Vila Verde, há a considerar apenas a primeira. O lavrador do Minho não é o melhor preparado neste campo, e daí o poder comprometer involuntariamente a estabilidade dum Grémio.

À frente do Grémio de Vila Verde, como Presidente da Direcção, encontra-se o Ex.mo Sr. Dr. Francisco António Gonçalves, pessoa de méritos indiscutíveis e virtudes inalienáveis. E, se não é arrojo afirmá-lo, talvez por isso, com uma corrente tão pouco de feição corporativa como a que estamos a atravessar, talvez por isso, dissemos, este Grémio se mantenha ainda naquele elevado nível em que o viemos encontrar.

O edificio onde se encontram instaladas as diversas



Vila Verde — Dr. Francisco António Gonçalves, Presidente do Grémio da Lavoura



secções do Grémio, bem como a casa de habitação do sr. Mário Augusto Pereira Bacelar Alves, gerente deste organismo, é propriedade do próprio Grémio, tendo até 1957 pertencido à Câmara Municipal.

Segundo uma informação dada pelo empregado de Armazém, possui este Grémio as seguintes máquinas e alfaias agrícolas: 1 sachador, 2 semeadores, uma charrua, 1 seleccionador de sementes, duas malhadeiras, 1 arado, 4 pulverizadores, 1 moto pulverizador, uma tarara e motores apropriáveis a diversos fins. A assistência técnica à lavoura é prestada por este Grémio e por intermédio do Posto Agrário de Braga.

DIRECÇÃO

Dr. Francisco António Gonçalves
Marcelino Alariulo Soares de Sousa
João Baptista Soares Nogueira

CONSELHO GERAL

Dr. Bernardo de Brito Ferreira
Bernardo dos Santos Ferreira
António Soares de Macedo
Bento José dos Santos Morais

E posto o nome dos respectivos membros directivos, acentue-se porém, o do sr. Dr. Francisco António Gonçalves, pela consideração que temos pelo ilustre amigo e prestigioso filho do concelho.

Fique-se devendo, pois, à amizade que por si nutrimos, os dados biográficos que a seguir vamos transcrever do livro de Leonídio de Abreu, aos quais nada teremos a acrescentar,

salvo uma devida admiração que nada tem de mercantil porque é sincera, que não conhece segundo sentido, porque é espontânea.

«Dr. António Francisco Gonçalves, filho de António Gonçalves e de D. Maria Soares Pires, nasceu na Casa do Negreiro, em 20 de Junho de 1880. Depois de haver frequentado o Seminário-Liceu de Guimarães e o Liceu de Braga, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Teologia se formou no dia 22 de Junho de 1904. Já, porém, em 19 de Dezembro de 1903, havia recebido ordens de presbítero, conferidas pelo Arcebispo Primaz, D. Manuel Baptista da Cunha, pelo que celebrou a primeira missa, na capela de S. Tiago de Francelos, no dia 25 de Dezembro do mesmo ano. Após a sua formatura, pastoreou a freguesia de Penascais, Ingressando, em 5 de Abril de 1907, no Corpo de Capelães da Armada, desempenhou várias missões não só do seu próprio múnus como de Bibliotecário no Departamento Marítimo do Norte. Brilhante foi a sua passagem pela corveta «Estefânia» e pelo navio-escola «Ságres», última unidade em que serviu, e a bordo do qual tomou parte num cruzeiro de instrução ao Brasil. Foi director da antiga Escola de Habilitação ao Magistério Primário de Braga, cargo que exerceu com notável aprumo e grande competência.

Pouco depois do 28 de Maio, passou a ocupar a presidência da Câmara Municipal de Vila Verde, em que se houve com o maior espirito e dedicação aos interesses gerais do concelho, desenvolvendo uma obra grandiosa e do mais benéfico efeito em todos os sectores da sua actividade administrativa.



Vila Verde — Casa e sede
do Grémio da Lavoura



Vila Verde — Hospital
da Misericórdia

Foi também presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, cargo em que presentemente se encontra de novo investido.

Com o seu esforço, contribuiu imenso para a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, de cujos corpos directivos tem feito parte.

Como capelão da Armada, encontra-se aposentado no posto de primeiro-tenente.

Faz parte ainda da Irmandade da S.^a do Alívio, Asilo dos Inválidos de Prado, etc. Em Prado, construiu o edificio para a Estação Telégrafo-Postal.

E é esta em traços rápidos, a figura do Dr. Gonçalves.

Bombeiros Voluntários de Vila Verde

Não é de fresca data (15 de Agosto de 1915) a criação da corporação dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde. Vitimaram-na, é certo, ao fim de algum tempo, as desavenças de política local, mas a data da sua fundação é, invariavelmente, a que acima referimos. Foi então que, já prostrada e impedida de prestar os seus socorros próprios, uma comissão formada pelos dr. António Ribeiro Guimarães, P.^o Manuel Gonçalves Diogo e José Manuel dos Santos, se dispôs a levantá-la. Não está em nós avaliar o esforço dispendido por esses obreiros da causa dos Bombeiros. O que sabemos é qual a capitação necessária de energias para se chegar a bom fim em empreendimentos deste género, e isso nos dá a justa medida de quando teria sido necessário trabalhar para se reconstituir esta corporação de Bombeiros praticamente extinta.

Assim a 15 de Julho de 1953, a Comissão acima referida vencidos já todos os obstáculos, deitou mão das realizações mais prementes: Primeiro foi a construção do novo quartel, a aquisição de fardamento, material de incêndio, etc.

O corpo activo, é actualmente composto de 30 voluntários, respectivamente de 1.ª e 2.ª classe. É seu comandante o Snr. Fausto Feio Soares de Azevedo, tendo como ajudante de comando, o Snr. Francisco Manuel Faria de Lira.

DIRECÇÃO

Presidente: — José Manuel dos Santos

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: — P.º Manuel Gonçalves Diogo

CONSELHO FISCAL

Presidente: — João de Vasconcelos Feio

A actual direcção tem orçado no seu projecto de despesas, a aquisição de uma Ambulância no valor de 60.000\$00 e a compra de fardamento para 20 voluntários no valor de 20.000\$00; isto sem falar no Pronto-socorro já adquirido e quase pronto, cujo custo foi de 121.000\$00. De resto para que tudo resulte como está previsto, esperam obter da Companhia de Angariação de Donativos os restantes 60.000\$00, de que apenas ainda necessitam.

Para a compra da Ambulância já referida, contribuiu a Fundação Calouste Gulbenkian com 20.000\$00. E outras participações mais podemos registar, tais como sejam: Fundo da Inspeccão Geral de Incêndios, 70.000\$00; Câmara

Municipal de Vila Verde, 15.000\$00. Claro que só assim foi possível gastar-se os 100.000\$00 em que importaram as obras do edifício do aquartelamento.

Como prova do muito que esta direcção se propõe realizar em prol do engrandecimento desta colectividade, está prevista para a inauguração oficial do seu Quartel, uma concentração de bombeiros do norte do País, que não deixará por certo de constituir uma data de luzido valor nos seus futuros anais. Até lá impõe-se continuar a luta pela sua conservação, e um engrandecimento cada vez maior.

Guarda Nacional Republicana

O Posto da G. N. R. de Vila Verde, pertence à Secção de Barcelos da 3.ª Companhia com sede em Braga do 4.º Batalhão do Porto. O edifício pertence à Câmara Municipal.

O efectivo está composto de 7 praças que patrulham as 44 freguesias ligadas pelos extremos Soutelo-Valdreu.

Comandante: 1.º cabo, Manuel Torcato da Costa Pinheiro.

Legião Portuguesa

Existe nesta vila um terço da Legião Portuguesa, instalado num edifício ao lado da G. N. R..

É seu actual comandante, o Snr. capitão Abel António Soares Nogueira.

Banda de Vila Verde

Não têm as últimas décadas deste século sido muito propícias ao culto da arte, razão porque admiramos mais ainda a existência da Banda de Vila Verde. É certo é, que poderia nada mais existir nesta vila que falasse aos estra-

nhos de si, que a Banda bastaria para levar o seu nome de um ao outro canto do continente. Só com muito amor, com generosidade de esforços, com sacrifício, mesmo, se pode ter mantido através dos anos uma colectividade assim, cujo valor fortemente evidenciado através de mil concertos e de mil actuações é o apanágio da sua tradição e da sua decantada história. Não há pessoa puramente de Vila Verde ou que aqui tenha assente os seus arraiais de família, que não traga dentro do peito o fervor místico pelo culto da banda e conservação dos seus elementos. A Banda é a voz da própria terra que em acordes de música se vai a dilatar por toda a parte.

Muitas pessoas devem trazer o seu nome de amigos ligados à história do passado da banda. E se por falta de dados e de esclarecimentos os não podemos citar, que fique, porém, aqui registado o do Snr. Dr. António Ribeiro Guimarães, como o do mais veemente, do mais acarinhador, do mais dedicado amigo que a música local encontrou.

A compreendê-lo estão os milhares de habitantes do concelho, ligados pelos laços de fraternidade musical. E são tantos, e de tão enérgica voz, que nós ao lado deles por mais que escrevessemos e disséssemos, pareceríamos sempre pequenos na medida dos apreços.

Chegados aqui, forçoso é esclarecer que, tanto a Banda, como mais recentemente o Orfeão, pertencem à Sociedade de Educação e Recreio de Vila Verde.

Segundo uma informação do mais antigo músico, sr. José Augusto da Costa, foi a Banda fundada em 1936; Em 16 de Março de 1937, tiveram a sua primeira saída a S. Pedro de Esqueiros.



Vila Verde – Dr. António Ribeiro Guimarães
Presidente da Direcção da Banda de Vila Verde



Vila Verde – Banda de Vila Verde

(Foto antiga)

Foram seus principais impulsionadores a esse tempo, os srs. Aníbal Feio Soares de Azevedo, Custódio Augusto dos Santos e José Luciano de Sousa.

Compunha-se, então, de 25 elementos executantes, sendo seu regente um 1.º sargento músico.

Actualmente, a banda conta 41 executantes, e uma das suas mais arrojadas iniciativas é a da construção duma sede própria, em vias de ser concluída, o custo da qual está previsto em 200.000\$00.

DIRECÇÃO DA BANDA

Presidente: — Dr. António Ribeiro Guimarães

Vice-Presid.: — Mário Bacelar Alves

Secretário: — José Soares da Silva Lago

Tesoureiro: — Manuel Rodrigues da Silva

Vogais: — António Anselmo Soares, Manuel Torcato da Costa Pinheiro, Francisco Fernandes, Artur Ferreira Carmo Loureiro e Gaspar Augusto Machado.

É actual regente da Banda, o sr. Manuel Pais.

Orfeão Vilaverdense

A fundação do Orfeão Vilaverdense é ainda de fresca data (1 de Janeiro de 1958). A animá-lo, está apenas o desejo dos seus componentes. Oxalá o entusiasmo não lhes falte nunca, pois só desse modo o tempo lhe reservará prestígio.

DIRECÇÃO

- Presidente:* — Mário Mendes Galinha
Vice-Presidente: — Fausto Feio Soares de Azevedo
Secretário: — António Anselmo Gonçalves
Tesoureiro: — João Carlos Machado
Vogais: — José Luciano Soares de Sousa,
Manuel Augusto Soares e
Fernando Rodrigues

DIRECÇÃO ARTÍSTICA

- Director:* — António Augusto da Costa
Adjuntos: — Orlando Alipio Guimarães Passos,
Alberto Barbosa Rodrigues e
Manuel Barbosa Rodrigues

O orfeão compõe-se de 55 elementos dos dois sexos, estando os seus programas a serem orientados em duas partes: orfeão e folclore.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (S. A. R. L.)

Foi esta Caixa de Crédito fundada no ano de 1933. Em 31/12/57 tinha 493 sócios agricultores dentro da área do concelho, e segundo os números estatísticos do Balanço, teria, realizado 341 empréstimos no montante de 3.849.140\$00 por amortização no prazo de 10 anos. Daqui se depreende a utilidade desta Caixa de Crédito, embora, forçoso seja dizê-lo, falte muito ao nosso povo, daquele espírito puramente mutualista, sujeito a tirar partido destas organizações.

Um dos projectos em causa, é o da construção dum edificio próprio para sede. Oxalá isso seja um facto breve.

DIRECÇÃO

Presidente — capitão Abel António Soares Nogueira

Secretário — Domingos José Veloso

Tesoureiro — António Julião da Silva

ASSEMBLEIA GERAL

P.º Alfredo Pimentel Soares Nogueira

José Manuel dos Santos

Abel da Silva Pereira

CONSELHO FISCAL

José Luciano de Sousa

Constantino Soares de Faria

José Gomes dos Santos Soares

Hospital da Misericórdia

A criação de um hospital nesta Vila, foi uma das realizações mais humanas e prementes dos nossos dias. Estamos a atravessar o século da assistência hospitalar no país, e Vila Verde, chamada a depor nesse pleito dos direitos humanos, não quiz deixar de dizer: presente. Por umas notas que nos vieram parar às mãos, fàcilmente pudemos apreciar todo o movimento evolutivo do Hospital. Foi dura a luta, mas grande a glória.

A 5 de Julho de 1943, na sala das Sessões da Câmara Municipal, estiveram reunidos os presidentes das Juntas das freguesias do concelho, párcos, regedores e representantes das Casas do Povo, para na presença do sr. Presidente da Câmara e da Comissão da iniciativa do Hospital, estabelece-

rem um plano activo de trabalhos a favor do fim em vista. E trabalhou-se intensivamente desde a vila ao mais afastado recanto da última aldeia. Foi o clero por meio do seu pregação dominical, foram as Comissões de ligação organizadas em todo o concelho, foram os mais ignorados e os menos virtuosos: todos trabalharam e deram na medida do seu esforço o que puderam. Dos passados, apenas um desejamos lembrar aqui, é o sr. Dr. Álvaro Machado Vilela. Levou-o a morte, mas no Hospital ficou um pouco da sua vida.

Já noutro lugar falamos do monumental cortejo realizado a favor do Hospital de Vila Verde. Um segundo se realizou ainda, este menos colossal, mas mesmo assim de um rendimento que rondou à volta dos 200.000\$00.

Os moldes da organização em que este Hospital foi criado, foram os mesmos dos das Santas Casas, tendo o hospital passado a designar-se da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde. Houve pois que ser criada uma Misericórdia, já que nenhuma havia antes, instituída sob a forma de uma Irmandade canónica e dedicada à prática da caridade cristã, tanto por actos do culto divino, como por actos de beneficência.

E foi então que o Hospital apareceu numa das suas primeiras práticas de assistência.

Claro que os anos passaram e a terra vai acusando necessidade de um edificio maior e mais tècnicamente apetrechado. Alguns dos homens de há anos, ainda vivem, felizmente.

Os primeiros passos já foram dados e o povo aí está como sempre à espera de quem o conduza, anónimo, mas generoso e esforçado. À realidade do passado há-de

juntar-se a do presente: um hospital que condiga com as tradições da terra.

A Mesa do Hospital da Misericórdia, está assim formada:

Provedor: — Dr. Bernardo de Brito Ferreira

1.º Secretário e Vice-Provedor: — Dr. Francisco António Gonçalves

2.º Secretário: — Capitão Abel António Soares Nogueira

Vogais: — António Joaquim Rodrigues Loureira

António José Pinheiro

António Rodrigues da Costa Machado

Vilela

Do corpo clínico, fazem parte os distintos médicos:

Director Clínico: — Dr. António Rodrigues Guimarães

Médicos Assistentes: — Cirurgião Dr. Manuel Belo, Dr. António dos Santos Ferreira, Dr. Lima Cruz, Dr. António Rodrigues Guimarães e Dr. João Cunha.

O corpo interior do edefício é formado, especialmente, de 4 enfermarias com 25 camas e 5 quartos particulares.

Possui ainda este hospital uma moderna Sala de Operações, aparelho de Raios X, Fisioterapia e Ultravioletas.

Monumentos e Edifícios mais importantes

Não são muitos os monumentos e edificios importantes que Vila Verde possui. Dos que existem, aqui fica, contudo, a necessária resenha.

Paços do Concelho

O edificio dos Paços do Concelho, é com absoluta propriedade, a melhor construção da vila. Antes do levantamento deste edificio, e por uma Escritura de águas existente na Câmara, se sabe que os anteriores Paços do Concelho do extinto concelho de Vila Chã a que se refere uma acta atrás transcrita, ficavam na actual casa do Rev. P.^o Manuel Gonçalves Diogo, e a elles se ligava a própria cadeia, desaparecida com a abertura da estrada que dá até ao rio Homem.

Reconhecida, porém, a insuficiência de instalações, forçoso era construir um edificio amplo, onde se pudessem instalar além da Câmara, todas as repartições públicas.

E desse parecer foi a Comissão Municipal que em unanimidade com o seu presidente José Joaquim Ribeiro, assinou a acta conjuntamente com o Conselho Municipal de 16 de Março de 1876, em que se deliberou construir o moderno edificio onde actualmente se encontram instalados os Paços do Concelho.

Pela acta em questão, ficamos sabendo ainda que o orçamento da obra foi de 20 contos e quinhentos escudos, es-

tes pagos em regime de juro e amortização, não podendo em caso nenhum o mesmo juro, quer de particulares quer de Bancos, exceder 7^o/. Temos assim, que o actual edificio foi principiado em 1876, com aprovação em sessão da Câmara de 16 de Março.

Assinaram pela Comissão Municipal, José Joaquim Ribeiro (presidente), Manuel Francisco Soares Nogueira, Joaquim Anselmo Pereira?, Manuel Joaquim Reis e Marques, Manuel José Albano Pimentel, Manuel José Alves Pinheiro, Manuel de Jesus Neves da Costa Martins e Visconde da Torre; e pelo Conselho Municipal, Francisco Dias Lima, Manuel José de Sousa da Fonte, José Joaquim Augusto Lobo, José Joaquim dos Santos Pimentel, Francisco José de Brito, e ainda um outro de assinatura irreconhecível.

Em 1886 encontravam-se, porém, as obras da construção do edificio paradas, pois que na sessão da Câmara de 14 de Janeiro, o vice-Presidente, em uso da função, sr. António Fortunato de Faria, estimulou na referida sessão o brio da Comissão, lançando para a acta: « Uma das nossas mais importantes obrigações da actualidade, é o prosseguimento e conclusão das obras deste edificio paço do concelho e tribunal judiciário, porque qualquer demora ou adiamento é prejudicialíssimo; pois que as madeiras que têm de ser revestidas se acham más.»

Assim recommçou o segundo escalão das obras dos Paços do Concelho que, foram dadas por concluidas, em 1887.

Muitos anos depois, na vigência da Câmara de 1926 a 1931, passaram os mesmos Paços do Concelho por um importante restauro, segundo um comunicado onde se lê: Dado o estado de deterioração em que, exterior e interiormente,

se encontrava o edifício, foram muito dispendiosas as obras que a actual Comissão Administrativa mandou fazer.»

É esta a história do edifício dos Paços do Concelho.

Monumento aos Mortos da Grande Guerra

O projecto deste monumento é do ilustre architecto Ernesto Korrodi e foi oferecido gentilmente à Câmara pelo seu autor. A inauguração do monumento foi feita no dia 15 de Novembro de 1931, pelas 15 horas, e a ela assistiram, além de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra, Governador Civil do Distrito, Bispo de Beja e irmãos Korrodi, o então presidente da Câmara Sr. Dr. Francisco António Gonçalves e respectiva vereação, assim constituída: capitão Henrique José Alves, João Manuel da Silva e Sá, Adelino Cirilo de Araújo, Constantino Rodrigues da Costa Machado Vilela.

O acto decorreu dentro do natural patriotismo que por si impunha, tendo a presenciá-lo a enorme multidão de povo do concelho que aqui se deslocou, bem como figuras representativas dos meios militar e civil. Com aquele monumento se procurou prestar, pois, homenagem aos muitos filhos deste concelho que nos campos de África e de França perderam a vida em actos de bravura.

Mercado, Cruzeiro da Independência e Residência Paroquial

Coincidiu estes três melhoramentos terem sido inaugurados simultâneamente no dia 28 de Maio de 1941. Na presidência da Câmara, encontrava-se então o sr. Dr. Bernardo de Brito Ferreira, e ao acto assistiram os srs. Governador Civil do Distrito e Arcebispo Primaz de Braga.

ALGUNS APONTAMENTOS RÁPIDOS

Em sessão de 12 de Fevereiro de 1885, a Câmara Municipal, deliberou pedir a sua Magestade, um meio de comunicação telefónica ou telegráfica de que aliás ainda não dispunha.

Em sessão de 26 de Março de 1885, também, propôs-se a mesma Câmara mudar a feira para as 6.^{as} feiras, em virtude da dos Arcos ser aos sábados, o que prejudicava esta. Não vingou a proposta.

A 10 de Junho de 1884, a Câmara, em reunião, aprovou o projecto para a construção do cemitério Paroquial.

A 7 de Maio de 1875, procedeu-se à arrematação das obras do Chafariz.

Igrejas e Capelas de Vila Verde (Sede)

Primeiro centro do culto

Existiria já nos tempos pré-românicos, na elevação de terreno que forma os lugares das Torres, Igreja Velha, Carvalho e Casal, uma pequena povoação, talvez do período em que os habitantes dos castros visinhos do Monte do Castelo de Barbudo e do Castro de S. Julião, começaram a descer para a planície, a fim de se applicarem à cultura do extenso vale, que vai da actual Vila até à Loureira. Seria ainda um ponto de passagem e ligação entre os povoados muito importantes dos castros vizinhos. Já aí existiu um culto pagão, de que foi encontrada, numa parede do Passal Velho, uma peça do altar do sacrificio — o *Foculus* —, devidamente identificada pelo illustre arqueólogo Cônego Doutor Luciano Afonso dos Santos.

Nos tempos cristãos, como era costume transformar os centros do culto pagão para exercício do culto das novas comunidades cristãs, o pequeno templo pagão daria lugar a uma ermida cristã, ainda não organizada em freguesia, dependente dos conventos que se foram constituindo, como os de Dume, Moure, Rendufe, Abadia, Bouro e Tibães.

A influência que estes mosteiros exerceram na vida religiosa local poderá concluir-se do facto de ainda, no ano de 1799, o abade Francisco Ferreira dos Santos, com o Juiz do Sulsino, pedirem a comutação do costume do povo da mesma

freguesia ir com a cruz em procissão à Senhora da Graça do Couto de Tibães, no dia vinte e cinco de Março de cada ano.

Em 1707 pede o abade de S. Paio de Vila Verde a comutação do costume antigo dos clamores ao Santuário de Nossa Senhora da Abadia, e, em 1783, pede a comutação de todos os clamores que, no tempo da Quaresma, costumam fazer-se a capelas e Igrejas remotas, comutação para a própria igreja paroquial de Vila Verde.

E a razão de, nas Quaresmas, nas sextas-feiras, se realizarem os clamores com as ladainhas. Os requerimentos, com os seus despachos, encontram-se no livro das Visitas, arquivado no Cartório Notarial.

No século XI, antes da constituição da nacionalidade, já Vila Verde forma uma paróquia cujo orago é São Paio.

Para então dar satisfação às necessidades do culto, foi constituída uma igreja românica, que sucedeu à antiga ermida.

Dessa Igreja Românica, na última reconstituição da Igreja Velha, de 1957, foram encontradas nas paredes da residência do Passal Velho, três pedaços de colunas com as medidas de: $0^m,57 \times 0^m,23$ — $0^m,51 \times 0^m,34$ — $0^m,36 \times 0^m,26$, uma telha românica ainda inteira e diversos pedaços de telha românica.

Foi retirado do muro do adro, onde estava a fazer parede, um túmulo medieval; encontraram-se também muitos pedaços de cerâmica, que parecem ser da tampa sepulcral.

Dentro da Igreja, apareceram duas pedras mutiladas, de $0^m,30 \times 0^m,36$ e $0^m,25 \times 0^m,40$, que parecem ser de antigos capiteis românicos.

Todos estes restos arqueológicos estão colocados no muro do adro da Igreja Velha, dando início a um pequeno museu.

De quem será a sepultura medieval?

Almeida, no seu dicionário corográfico, e P.^e António Carvalho, na Corografia Portuguesa, dizem que, na Igreja de Vila Verde, portanto aí por 1712, há sepulturas magníficas com muitos labores, e grandes letreiros, uma junto do arco em letra gótica diz: «Aqui estão os muito Loureados D. Izabel de Barros, mulher de Fernão Aires de Souza e sua filha Leonor de Alvim.»

Se é duvidoso quanto à sepultura de D. Leonor Alvim, a esposa de D. Nuno Álvares Pereira, o que é certo é lá ter sido sepultada a sogra de D. Nuno e seus familiares.

Esta ligação da Igreja de Vila Verde com a família de D. Nuno Álvares Pereira constitui uma honra para a nossa terra.

Que os Alvins da ascendência da mulher de D. Nuno aqui tiveram casa e terras, está arreigado na tradição muito secular e nos documentos.

Era sua a casa que está no lugar do Monte de Baixo, completamente alterada, as terras do casal, no lugar do mesmo nome e a casa das torres. Eram das famílias mais abastadas desta freguesia.

Os últimos descendentes dos Alvins, nesta freguesia, são João Manuel de Barros Sousa Alvim e Araújo, D. Isabel Alvim, que faleceu em 1818; António de Barros Sousa Alvim, do Casal; D. Maria Luiza de Araújo Barros Sousa Alvim, que estão escritos como irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário.

O Barão e depois Conde do Casal, José de Barros Abreu de Sousa e Alvim também pertencia a esta família. Foi par do Reino em 1849, general comandante dos exércitos liberais, desembarcou em Mindelo; derrotou em Braga as forças do general Macdonel e fez grande repressão nas lutas da Maria da Fonte.

Consta, na tradição de Braga, que, para amedrontar o povo, fez um grande morticínio à saída da Missa da Igreja dos Congregados, fazendo o memo em outros locais da cidade.

Possuia esta família uma casa fortificada no lugar que ainda hoje se chama das Torres. A actual casa ainda aí existente é resto de uma das torres. Contava o ancião de Vila Verde, há pouco falecido, Manuel Lourenço Alves Barbosa que a pedra de alguma das torres fora vendida para construção de minas. Dizia ainda que uma das senhoras do Casal doou à Igreja de Vila Verde o terreno do monte da Lameira, no lugar da Bouça, que foi em parte esbulhado pelos vizinhos, e, a parte restante, o actual pároco mandou plantar um olival.

Terceira Igreja de Vila Verde

Nos meados do século XVI, a Igreja Românica deveria estar em péssimo estado de conservação. A pedra da região é muito pouco resistente às intempéries.

Deve ser razão por que não deixaram as pedras molduradas à vista, na nova construção, estaria a cantaria desfeita.

Por isso, foi construída uma nova Igreja. Conserva-se dessa Igreja: a capela-mor actual, o altar em alvenaria com frescos da Renascença, e, na parede onde encosta o altar, um tríptico de frescos da Renascença.

Ao fazer-se o último restauro de 1957, demoliu-se o altar em talha dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, e encontraram-se, cobertos com cal, os frescos.

Descobriu-se ainda parte do ladrilho onde assentava esse altar, em granito, o que se conservou no restauro de 1957.

Junto do altar, estava um ceitel de D. Afonso V.

A pia do baptismo actual e o cruzeiro do adro são manuelinos, embora pobres.

Apareceram ainda pequenos vestígios de outros frescos na parede do lado do Evangelho.

Os frescos estavam muito bem conservados, como o demonstram diversas fotografias que o pároco actual mandou tirar, sendo feito um restauro sob a orientação do Senhor Cônego dr. Luciano Afonso dos Santos, mas só nas partes que estavam desfeitas, e que facilmente se identificam.

O tríptico tem ao centro a figura do Divino Mestre a ensinar, lendo num livro: no lado da Epístola, está S. Paulo, e no lado do Evangelho, S. Pedro. Diversos arcos e florões circundam as imagens. O S. Pedro e S. Paulo são cópias tiradas de Miguel Angelo. Por isso devem ser as pinturas do fim do século XVI, como toda a construção e os objectos conservados.

O altar-mor é de alvenaria com frescos no frontal. Tem, ao centro, o Divino Salvador com uma cruz na mão, ladeado à esquerda por Neptuno e, à direita por uma sereia; ambos têm na mão um bastão. Aos lados do altar há, em fresco, um azulejo.

Dizem os entendidos que todos estes frescos são de raro valor.

A reconstrução da Igreja Velha

O Visitador em 1711 ordenava aos fregueses de Vila Verde que consertassem a Igreja, o ladrilho — que era em pedra — e que abrissem janelas no Corpo da Igreja; só fizeram essa obra, obrigados, em 1717, e transformaram o ladrilho em taburnos de madeira, que eram os existentes no último restauro em 1957.

Em outras visitas, foi ordenado que elevassem o corpo da Igreja.

Em 1812, o Visitador D. António Castro Freitas de Macedo diz: «A Igreja paroquial deve edificar-se inteiramente em sítio, onde tenha mais largueza, porém pela calamidade dos tempos é impossível aos fregueses e ao Reverendo Pároco, esta obra, reservando a ocasião mais cómoda e oportuna, não posso capitular na actual Igreja, recomendo ao Reverendo Pároco que faça aconselhar o mais preciso».

Foi daí que, conservando a antiga capela-mor da Igreja do século XVI, repararam o corpo da Igreja e construíram nova fachada e torre, o que ampliou consideravelmente o templo.

Fizeram também as talhas dos altares, em renascença da decadência, sendo o altar-mor, que apodreceu totalmente até 1957, mais pobre.

A Igreja Nova

O Visitador Eclesiástico, em 1812, pusera o problema da construção de uma nova Igreja, nas devidas condições e em local diferente daquele onde estava a Igreja Velha.



Vila Verde — Tríptico
Fresco do século XVI da igreja velha, descoberto
com o recente restauro

Então Vila Verde era uma freguesia de categoria inferior a qualquer uma das suas vizinhas.

Porém os acontecimentos iam mudar a sua categoria e criar um problema ainda mais complicado sob o ponto de vista religioso.

Em 1816, a freguesia de S. Paio de Vila Verde passava a sede dos concelhos unidos de Larim e Vila Chã, e, em 1855, a sede do actual concelho de Vila Verde, com a categoria de Vila.

No largo do Campo da Feira, então com a pequena capela de Santo António e nem sequer uma dúzia de casas, estabelecia-se o centro da Vila, onde, pouco a pouco, as casas começaram a construir-se naturalmente, formando, por comerciantes e outros, a nova Vila, que se torna a parte mais populosa da Freguesia.

E assim surge o problema religioso grave. A Igreja Velha em más condições, pequena, arruinada e deslocada. A Capela de Santo António Pequena.

O meio formado na sua população por antigos lavradores, mas de poucos bens, comerciantes modestos e funcionários que vieram para a nossa Vila.

Não era fácil arranjar meios para resolver o problema religioso da criação da nova Vila, cuja localização obedeceu então, a influências políticas. Foi criada uma Vila, uma Sede de Concelho, no meio dum largo despovoado, sem um aglomerado populacional, onde tudo teria de ser feito de novo e sem meios. E à medida que se foi povoando, grande parte ficaram nas freguesias vizinhas, pois o tombo é de 1512.

Em 1905 foi nomeado pároco de S. Paio de Vila Verde o padre António José Rodrigues, natural da freguesia de Rio

Mau, deste concelho. Inteligente, trabalhador e tenaz; em 1906, convocou uma reunião de paroquianos, que se realizou na Casa Soares Rodrigues, no dia 2 de Dezembro. Depois de muitas dificuldades, foi resolvido fazer uma Igreja nova e residência Paroquial, no Campo da Feira.

O senhor Estêvão Faria ofereceu generosamente para local da nova Igreja os terrenos que possuía ao lado sul do cemitério, bem como duas casas sitas no mesmo terreno, tudo gratuitamente.

A comissão não aceitou por achar a muita distância da maioria da população, que se ajuntara no centro da nova Vila, desde 1855.

Depois o Padre Manuel José Rodrigues da Cruz, em nome da sua família, ofereceu o terreno para a construção da Igreja e do adro, mas este só com cinco metros de largura, na Bouça da Cruz, onde foi de facto construída.

O projecto da Igreja foi do Engenheiro Civil Dr. João Teixeira da Silva. As obras começaram, por empreitada da obra de pedreiro, só da parte de construção das paredes da Igreja, sem a torre, nem adro, em 9 de Março de 1908. Ficou abonador, em nome da comissão, o P.^o Constantino Soares Rodrigues.

Luta contra o arrolamento da nova Igreja pela célebre lei da separação

Em 14 de Maio de 1913, o templo estava já coberto, mas em telha vã. Mesmo assim, sofreu o inexorável arrolamento da lei da separação.

O padre Constantino Soares Rodrigues, como proprietário do templo e o padre Manuel José Rodrigues da Cruz, como proprietário do terreno, passaram procuração ao advo-

gado ilustre dr. Rodrigo António Leite da Cunha, para que requeresse a devolução a seus legítimos donos. O administrador do Concelho, Dr. Manuel Barbosa de Brito, juntou ao inquérito feito pelo Delegado do Ministério Público o seu parecer favorável, o que levou a Comissão Central dos Bens Eclesiásticos a fazer a entrega do templo aos requerentes.

Primeira Festa na Igreja Nova

Tendo falecido já o P.^o Constantino, a 21 de Setembro de 1913, depois do Tríduo do Sagrado Coração de Jesus, fez-se uma festa com Missa Solene, procissão com duas Bandas de Música e uma grande aglomeração de povo.

Começo do culto permitido pelas Autoridades

Só desde o dia 7 de Dezembro de 1913, com assentimento por escrito do Administrador do Concelho, ficou a Igreja a funcionar para exercício do culto. Deu-se como pretexto o perigo de se celebrarem os actos do culto na Igreja Velha, a qual ameaçava ruína do tecto. E escreve o Reverendo Pároco Rodrigues: «Foi preciso licença administrativa, havendo como há a lei, a que chamou (por escárneo) «Lei da separação», e vigorando o regimen, talvez por equívoco, chamado de «liberdade» — contra que eu tenho protestado sem me contradizer até hoje.

Benção da Nova Igreja e outras obras

Em 28 de Agosto de de 1915, foi benzido o corpo da Igreja com licença verbal do senhor Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos.

Nos anos seguintes, prosseguiram as obras, tendo os

senhores José Joaquim Peixoto e António Joaquim do Lago Junior oferecido 65 mil reis para a pintura da abóbada do templo, isto em 1916. Foram dois grandes beneméritos.

Em 1919, faleceu António Gonçalves Coutinho e legou quatro contos de reis para as obras da Igreja, o que foi gasto no arranjo do primeiro adro, com cinco metros de largo, suas escadas e muros.

Em 1924, depois duma luta sem tréguas, com sofrimento moral intenso, a que não faltaram, mais do que uma vez a prisão política, a ponto de afirmar que a Igreja de Vila Verde estava com as paredes argamassadas com as suas lágrimas, o P.^o Rodrigues, já Abade colado e Arcipreste, perdeu a vista.

Sem o seu quase único impulso, que faleceu em 21 de Setembro de 1940, as obras paralizaram.

Custaram todas as obras dezasseis contos e noventa e quatro mil reis.

Nova fase de obras

Em 19 de Janeiro de 1941, tomou posse desta paróquia o actual Pároco, padre Manuel Gonçalves Diogo.

A Igreja estava em estado deplorável e a situação da freguesia religiosamente era quase insustentável. A Igreja Nova mais parecia um armazém; não havia Residência Paroquial, a não ser no arruinado Passal Velho; a freguesia tinha o rendimento total de cerca de 6.000\$00 por ano.

Nova Residência Paroquial

Em sete de Maio de 1941, o novo Pároco reuniu uma Comissão de proprietários para a construção da nova residência, que foi inaugurada no dia 28 de Dezembro de 1941,



Pia baptismal manuelina



Sarcófago medieval

ao mesmo tempo do Novo Mercado, Cruzeiro da Independência e Lactário de Nossa Senhora do Alívio.

Assistiu à inauguração o senhor D. António Bento Martins Junior, Venerando Arcebispo Primaz, que fez a Visita Pastoral a esta Vila, como conclusão das Visitas ao Arciprestado.

Obras da Conclusão da Igreja Nova

Primeira fase

Em 9 de Novembro de 1953, o senhor D. António Bento Martins Junior visitou novamente Vila Verde, para inaugurar as obras da nova torre, adro espaçoso, arranjo total do interior do templo, depois de feita uma Missão preparatória das solenidades.

Obras da segunda e última fase

Em 23 de Março de 1953, foram inauguradas as últimas obras complementares da Igreja Paroquial, sob a presidência do Senhor Arcebispo D. António Bento Martins Junior. Foram estas obras a nova capela-mor, que ampliou o templo, os dois vitrais, a Sacristia e sala da Conferência Vicentina e o Salão Paroquial.

Assim só quarenta e cinco anos após o começo das obras elas foram concluídas, porém com muito maior grandiosidade do que foram planeadas. Compreendem a frente do culto, na Igreja pròpriamente dita, a parte das obras de formação paroquial, e a residência.

Em todas estas obras gastaram-se cerca de 800.000\$00. O Estado, pelo Fundo do Desemprego, contribuiu com quarenta e cinco por cento, excepto na construção da residência.

Do restante dinheiro, a freguesia não contribuiu em materiais, dinheiro e mão de obra sequer com metade. Foi preciso uma campanha de muitos anos, que o pároco teve de sustentar, arranjando donativos pelos Vilaverdenses dispersos pelo estrangeiro, e entre outros beneméritos.

Para completar a obra assistencial foi fundada em 1943 a Conferência Vicentina, que, até esta data, já distribuiu cerca de 300.000\$00, dinheiro vindo quase todo de fora desta Vila.

Em 1957, foi construída, no adro, a casa dos pobres, com os seus refeitórios, cozinha, posto médico, que é propriedade da Comissão Fabriqueira, dirigida pela Conferência Vicentina.

No Brasil, o vilaverdense que mais donativos angariou foi o senhor José Maria Vilela de Sousa.

Novo Restauero da Igreja Velha

Para coroar todas estas obras, em 1957, foi completamente restaurada a Igreja Velha, tendo sido encontrados os célebres frescos da Renascença.

Também o Passal Velho foi murado, transformado e provido de abastecimento de águas.

Foi também plantado em 1957 o olival nos terrenos doados pela família dos Alvins, na Lameira.

Presentemente, depois duma luta titânica dos dois últimos Párocos, Vila Verde viu o seu problema religioso resolvido, dentro da categoria a que foi elevada, apesar dos seus meios serem escassos. Tudo se fez sem sobrecarregar o povo desta freguesia.

Capela de S.to António

Foi construída no ano de 1721, no Campo da Feira. Tem lá instalada a Confraria Clerical das Almas do Purgatório, mas é o Pároco o seu padroeiro.

Faz-se nela a festa de Santo António, no dia 13 de Junho, que chegou a ser elevada a festas concelhias, nas solenidades externas.

No dia 13 de Dezembro, é célebre a romaria em honra de Santa Luzia, aonde acorre gente de todo o concelho. É dia de uma grande feira anual, agricolamente, a mais importante desta Vila.

No dia 3 de Fevereiro, faz-se aí a festa de S. Braz.

Capela do Cemitério das Almas

Esta capela chamada das Necessidades estava na quinta da Boca, no Passal Velho de Parada, e foi oferecida, há cerca de 19 anos, ao senhor Major Henrique José Alves, que a fez reconstruir no nosso cemitério para o Município, sendo Administrador do Concelho.

Só foi concluída e benzida em 3 de Novembro de 1956, graças à Câmara Municipal da presidência do senhor Dr. António dos Santos Ferreira.

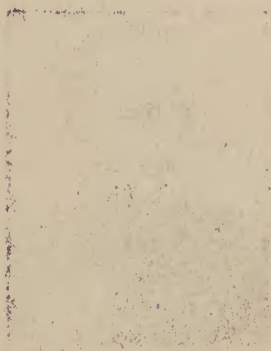
Diz ainda Pinho Leal, no seu Portugal Antigo e Moderno, que existia uma capela na povoação do Reguengo, que pertencia à família Sepúlveda. Já não existem vestígios dela.



Rev. P.º Manuel Gonçalves Diogo

Incansável precursor do progresso da vila; batalhador, dinâmido, campeador do bem social e canónico; pároco servindo Deus pela igreja e a Pátria pelo trabalho.

Quanto a nós, aqui fica o público agradecimento que lhe devemos pela desiderata ajuda a favor deste livro.



Costumes e lendas mais célebres de Vila Verde

O deitar das almas

É costume em Vila Verde, em todas as povoações à volta do Cávado, na Quaresma, à noite, alguém ir a um lugar elevado, e daí fazer, numa melodia tristonha, o deitar das almas, em canto que ecoa por montes e vales:

**Irmãos meus, filhos da Virgem Maria
Rezaí um Padre Nosso e uma Avé Maria
Pelas Benditas Almas do Purgatório**

Alerta, alerta

A vida é curta

E a morte é certa

Esse costume, que faz parte do folclore minhoto, começou no Concelho de Vila Verde, em Cervães, pelo fundador do Santuário de N.ª S.ª do Bom Despacho, o ermitão João da Cruz. Escreveu sobre esta origem o venerando sacerdote José Bacelar.

A lenda teceu mirabulâncias à volta deste pregão. Enquanto se lança o pregão, o cantador não pode olhar para trás, senão verá as almas do purgatório que o acompanham e pode morrer de susto, como já aconteceu a um.

Tem de o fazer todos os dias da Quaresma, senão as almas do Purgatório vêm-no buscar, etc. etc.

O corredor

Quem tiver sete filhos, deve o mais velho ser padrinho do sétimo, porque, caso contrário, este será corredor.

Todas as noites, colocará a sua roupa numa árvore das mais altas e percorrerá, em forma de animal, sete freguesias machas (sic) — em que o padroeiro é um Santo — sete pontes e sete fontes. Para quebrar-lhe o fadário é preciso feri-lo sem que ele veja a pessoa que o faz, com objecto cortante.

Nos casamentos

Ramo

É costume ainda oferecer o noivo à noiva o seu ramo símbolo da virgindade, quando o pode fazer, e esta oferece-lhe uma camisa, que já não é tecida por ela.

O arco dos casamentos

Colocam, à porta da Igreja, após o casamento, para que os noivos passem debaixo, um arco, formado com varas, ornamentadas com colchas, lenços e peças de bragal e cordões de ouro. Sobre uma mesa colocam pão e vinho.

Tudo isto simboliza a abundância própria da esposa nos objectos da arca, e a do esposo, no pão e no vinho, que agora está a degenerar, colocando uma garrafa de vinho do Porto.

A Páscoa

A Visita Pascal é um festa típica desta Vila. Não há terra alguma onde ela tenha o cunho tão alegre como aqui.

Os mordomos são escolhidos, como manda os Estatutos da Confraria do Sulsino do ano de 1747, entre os casados aqui residentes. Os que se recusassem eram cominados com penas adequadas. A cruz é conduzida por dois moços solteiros, que trazem uma toalha de linho com lindas rendas— as célebres toalhas do Senhor. Na cabeça, antigamente, traziam um turbante de pano de linho e renda.

O fogo estaleja ruidosamente, a música espalha os seus acordes. É a festa mais célebre de cada família, a da voz de mordomia do seu chefe.

As famílias visitam-se mutuamente, e é sinal de atenção ir beijar a cruz em casa das pessoas que se estimam.

Tem esta festa pascal, em Vila Verde, um cunho familiar de alegria como em parte alguma se vê.

O recolher da cruz, à noite, é uma apoteose.

Uma massa enorme de gente acompanha a cruz cantando num entusiasmo indiscutível.

O mordomo ou mordomos tem, durante o seu ano de levar a cruz nos actos paroquiais, tocar o sino e limpar a Igreja.

Hoje dão uma importância ao sacristão para cumprir estes encargos. Porém no dia de Páscoa não deixam o seu cargo honroso.

Comissões das obras e beneméritos

Foram da comissão da primeira obra da Igreja Nova: o Abade António José Rodrigues, Padre Manuel José Rodrigues da Cruz, P.^o Constantino Soares Rodrigues, Estêvão Alves de Faria, dr. João Júlio Vieira Barbosa, Manuel António Pereira da Cunha, José Joaquim Peixoto, José Joaquim da Costa e Sá; da comissão substituta: Alberto Joaquim da Costa Machado Vilela, Arnaldo Augusto de Faria, António Joaquim do Lago Junior, João Luis de Sousa e António Inácio Machado Brandão.

Comissão da Residência Paroquial: P.^o Manuel Gonçalves Diogo, dr. António Ribeiro Guimarães, António José Cerqueira, Constantino Soares Vilela e António Inácio Machado.

Dos principais obreiros desta, destaca-se António Joaquim do Lago Júnior que pôs à disposição da comissão a casa e terreno da casa dos pobres por um valor muito favorável.

Comissão da segunda parte das obras da Igreja Nova:

P.^o Manuel Gonçalves Diogo, P.^o Manuel José Rodrigues da Cruz, José Manuel dos Santos, António José Cerqueira, António Fernandes, António Joaquim do Lago Junior, António Inácio Machado, José Vieira e Constantino Machado Vilela.

Comissão de restauro da Igreja Velha de 1957: P.^o Manuel Gonçalves Diogo, José Luciano de Sousa, António Lago, Domingos Santos, João Santos, António do Nascimento Pinho, José Maria da Silva.

Beneméritos

Em 1941, D. Rosa Peixoto Galvão, ofereceu o altar da imagem do Senhor dos Passos, que também tinha pago; em 1944, a mesma senhora e António Joaquim do Lago Junior, ofereceram a Imagem de Nossa Senhora do Sameiro. Na mesma data, António José Cerqueira ofereceu o altar da Senhora do Sameiro, e D. Carlota Feio Teles e seu marido Oscar de Paiva Teles ofereceram o altar do Sagrado Coração de Jesus e as imagens da mesma invocação e S. Bento.

D. Alice do Rosário Costa angariou donativos e ofereceu o altar e imagem de Nossa Senhora da Piedade.

Em 3 de Julho do ano de 1946, o Padre Manuel José Rodrigues da Cruz cedeu à Igreja de Vila Verde o terreno do actual adro e suas oliveiras, para acrescentar ao antigo adro, e mais uma casa para demolir, sob a condição de serem celebradas, até dez anos após a sua morte, duas missas por seus pais e irmãos e duas por sua alma.

Luiz Gomes Bessa, grande benemérito de Vila Verde, ofereceu o painel de azulejos da capela-mor, da coroação de Nossa Senhora; D. Rosa Peixoto Galvão ofereceu o painel da Assunção de Nossa Senhora.

NOTA — No dia 14-V-1944, foi feita, com toda a solenidade, a consagração desta freguesia e suas famílias ao Ima-

culado Coração de Maria; no dia 21-V-1944, foi com grande solenidade, diante da imagem de Nossa Senhora feita a consagração de Concelho ao mesmo Coração Imaculado.

Foram benfeitores insignes das obras da Igreja Nova os snrs. Eng.º António dos Passos Valença e Luiz Gomes Bessa que conseguiram as valiosas participações do Estado».

Os textos relativos a esta parte de Igrejas e Capelas, etc., foram-nos fornecidos pelo Rev.º P.º Manuel Gonçalves Diogo, para quem neste momento forçoso é ter palavras de agradecimento pelo muito que estimulou e ajudou particularmente a realização desta obra. Para o digno e reverendo pároco, um muito obrigados.

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..



Vila Verde — Confeitaria Vilaverdense



Vila Verde — Interior a Confeitaria Vilaverdense

Pastelaria Vilaverdense

— D E —

Alfredo Soares de Oliveira

Nunca um lugar poderia ser tão bem escolhido, como este de Vila Verde, dado o seu ponto de ligação com a região turística do alto Minho, para a criação duma casa com serviço esmerado de pastelaria. A inovação por si, embora de carácter comercial, merecia pelo facto, só, de trazer á terra uma indústria nova que muito pode contribuir para a paragem dos viajantes, estímulo e espírito de entre-ajuda.

Tem esta casa dois anos apenas e já os seus efeitos de repercussão em indústria de pastelaria se fizeram sentir. E isto porque todo o serviço de Lanches, Casamentos, Baptizados, etc., que até aqui teria que invariavelmente ser feito pelas casas do género, da cidade, pode hoje ser realizado com o mesmo esmero por uma casa que, afinal, é de Vila Verde. Para os que pugnam pelas coisas da terra, isto é sintomático e de bom augúrio para o progresso local.

Enumerar aqui esse vastíssimo rol de especialidades em doce que a Pastelaria Vilaverdense fabrica, tornar-se-ia muito extensivo. Basta que advirtamos o leitor de que, desde o mágico bolo de noiva ao simples risol de carne, tudo poderá encontrar nesta casa onde servir bem ainda faz lei. Pela nossa parte, seremos os primeiros a recomendá-la aos turistas, certos de não iludir a sua expectativa em coisas de *doçaria*.

Bento Morais & Filhos

INDUSTRIAIS DE SERRAÇÃO
EMBALAGEM DE MADEIRAS

Lagar de Azeite Mecânico, Segundo os mais
modernos processos

Fábricas em

Telefone 7111

Revenda — Travassós — VILA VERDE

Fausto Feio

SOLICITADOR

Vila Verde

*Antiga Casa V.va de João António de
Araújo & C.^a (Casa Peixoto)*

DE

ANTÓNIO FERNANDES

FAZENDAS DE LÃ E ALGODÃO = MERCEARIA.

Correspondente dos Bancos:

Espírito Santo e Comercial de Lisboa e
Português do Atlântico

Vila Verde



Vila Verde—Revenda—Serra-
ção de Madeiras de Bento
Morais & Filhos



Vila Verde—Revenda—La-
gar de Azeite de Bento Mo-
rais & Filhos



ARLINDO SOARES DE SOUSA & IRMÃO

Lanifícios e Fazendas Brancas, Camisas, Meias, Peúgas e Miudezas

Campo da Feira

GRUNDIG

Rádio e Televisão

Agentes de Seguros

Máquinas de Costura

HUSQVARNA

Tudo para Fotografia

Vila Verde

Casa Joaquim da Silva

CAMPO DA FEIRA — VILA VERDE

Agente das máquinas de costura «**SINGER**»
Mercearia em grande escala, Vinhos, Tabacos, Dro-
garia, Pregagem, Sulfatos, Enxofres e Carbonetos.

Materiais de Construção tais como,

Cimento, Cal Hidráulica, Telha, etc.

Uma das casas que melhor serve na região

«CAFÉ RECREIO» E RESTAURANTE

CASA ESPECIALIZADA EM CAFÉ, CHÁ, BOLOS
E REFRIGERANTES

SERVICO DE BAR

ABERTO ATÉ ÀS 2 HORAS DA MANHÃ

TELEFONE 7134

LARGO CONDE FERREIRA

VILA VERDE

CASA ALVES FERREIRA

FUNDADA EM 1815

DE

V.^a de José António Alves

LARGO DE BOUÇOS

LAGE — VILA VERDE

Fábrica de Serração dos Carvalhinhos

DE

ARNALDO VIEIRA BRAGA

MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

CAIXOTARIAS

PRADO (BRAGA)

TELEFONE 9241

União Cerâmica dos Carvalhinhos

DE

Bento Cerqueira da Silva

Correspondente do Banco de Portugal

TELHA NACIONAL E FRANCESA

TIJOLO DE TODOS OS TIPOS

OUTROS ARTIGOS CERÂMICOS

Esta indústria emprega cerca de 30 operários

Telef. 9235

PRADO

Fábrica de Cerâmica, Serração e Moagem

DE

JOSÉ MACHADO

Successor de Leitão & C.ª

ESPECIAL FABRICO E ESMERADA

EXECUÇÃO EM QUALQUER

DESTAS INDÚSTRIAS

Vila de Prado — Telef. 9226

BRAGA

SERRALHARIA ARTÍSTICA

DE

DOMINGOS ALVES DOS SANTOS

Na região de Vila Verde, o artesanato encontrou, na família rural, diversas expressões, que ainda hoje não estão convenientemente desenvolvidas e acarinhadas.

Pelo país, graças especialmente às campanhas das Casas do Povo e do Secretariado Nacional da Informação, procurou-se coordenar e mostrar, mesmo aos portugueses, o que eles desconheciam de artístico, feito pelo artesanato rural.

Causa admiração como se consegue, tantas vezes, executar trabalho tão esmerado.

No Concelho de Vila Verde, temos como expressão deste artesanato os trabalhos finos de madeira, em tabuleiros, carros, animais etc. de Barbudo e Lanhas; os barros de Prado e sua região, que, na sua rusticidade, mostram cenas da vida rural e do seu folclore.

Na Vila, temos o artesanato do ferro forjado, que, devidamente desenvolvido, com toda a aparelhagem moderna de soldadura, esmerilagem e torneamento, deu origem às oficinas de Domingos Alves dos Santos.

Os trabalhos mais belos do ferro em formas tradicionais rurais; os trabalhos da autêntica filigrana em ferro, nas suas diversas concepções, encontra nos artistas que esta oficina recolheu ou preparou, uma execução deveras muito perfeita.

E assim, o artesanato organizado, vai dando trabalho e aperfeiçoando as tradições locais, criando melhores condições de vida.

Continua na página seguinte

(Continuação da página anterior)

Dedica-se ainda esta oficina a todos os trabalhos de construção civil em ferro, como portas e janelas, desde as mais simples às mais artísticas.

Fez já diversas ornamentações em ferro forjado para casas comerciais, das mais modernas instalações e fino gosto. Fabrica fogões totalmente em ferro e adaptou uma nova forma de construção em tijolo e ferro, revestida de azulejos.

Ao lado destes trabalhos, tem também a secção dos trabalhos regionais, dos instrumentos de lavoura, construções de ramadas, estanca-rios, soldadura, etc.

Muito há a esperar desta oficina pela orientação que tem de juntar as belezas do nosso tradicional arte sanato local às maravilhas do progresso moderno.

CASA SANTOS

DE— **de V.^{va} Joaquim José dos Santos**

Mercearia, Fazendas, Vinhos, Adubos Químicos, Ferragens, Motores de Rega, Rádios, Tabacos por junto, Artigos de caça e pesca, Artigos eléctricos, Sanitária, Drogaria, Vidros, e Miudezas

Revendedor concelhio e depositário

«CIMIANTO»

Productos de Fibrocimento

AGENTE DOS PRODUCTOS:

Gazcidla e Tintas Robialac, e dos Rádios: Siera, Shaub, Lorenz, Luxor, Siemens e Philips.

Estanqueiro das fábricas de pólvora Jacinto Martins,

Sociedade Africana, Explosivos de Traçaria e

Pólvora Mullerit

Largo do Bom Retiro

Telef. 7138

VILA VERDE

António José da Costa

ADVOGADO

RUA DO CARMO N.º 11 — BRAGA

TELEFONES { Braga: 3551
Amares: 62138
Vila Verde: 7169

Escritório nesta vila no Campo da Feira

Constantino Vilela

Tabacos, Fósforos, Papelaria e Objectos de Escritório

Correspondente dos Bancos:

PINTO e SOTTO MAYOR, ULTRAMARINO, BORGES

& IRMÃO, TOTTA, FERNANDES MAGALHÃES

e PINTO DE MAGALHÃES, L.^{DA}

VILA VERDE

Vila Verde

Um dos mais lindos nomes das

terras de Entre Minho-e-Pouro

FREGUESIAS
DO
CONCELHO

Freguesias do Concelho

São as seguintes, as freguesias que constituem o concelho de Vila Verde: Aboim da Nóbrega, Arcozelo, Atães, Ateães, Azões, Barbudo, Barros, Cabanelas, Carreiras (S. Tiago), Carreiras (S. Miguel), Cervães, Codeceda, Coucieiro, Covas, Dossãos, Duas Igrejas, Escariz (S. Mamede), Escariz (S. Martinho), Esqueiros, Freiriz, Geme, Goães, Godinhaços, Gomide, Gondiaães, Gondomar, Lage, Lanhas, Loureira, Marrancos, Més, Moure/ Nevoçilde, Oleiros, Oriz, (Santa Marinha), Oriz (S. Miguel), Parada de Gatim, Passó, Pedregais, Penascals, Pico de Regalados (S. Cristóvão), Pico de Regalados (S. Paio), Ponte, Portela das Cabras, Prado (S. Maria), Prado (S. Miguel), Rio Mau, Sabariz, Sande, Soutelo, Travassós, Turiz, Valbom (S. Pedro), Valbom (S. Martinho), Valdeu, Valões, Vilarinho e Vila Verde.

Aboim da Nóbrega

É mais um dos concelhos extintos que está compreendido no território do actual concelho de Vila Verde a que já atrás fizemos leve menção.

«Foi couto do rei e vila com juiz ordinário, vereadores, meirinho, etc. Foi também sede do antigo concelho de Aboim da Nóbrega, extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853, passando a fazer parte do concelho de Pico de Regalados, extinto também por decreto de 1855.

A antiga freguesia de N.^a S.^a da Assunção de Aboim da Nóbrega, foi vigairaria pertencente à comenda de Távora da Ordem de Malta, cabido do Couto de Aboim da Nóbrega, da mesma ordem na antiga comenda de Viana, e depois passou à coroa.

Foi senhor deste couto D. João de Aboim, mordomo-mor de D. João III, depois do concelho de D. Diniz, neto de D. Ourigo, tronco das duas famílias, Nóbrega e Aboim.

O couto e morgadio anexo pertenceram depois aos senhores de Baião, Sosas e Coutinhos.

Era este D. João de Aboim filho de D. Pedro Ouriguez da Nóbrega e neto de D. Ourigo o Velho da Nóbrega, tronco destas duas famílias da Nóbrega e Aboim, e unidos por casamentos com o melhor de Portugal, e os grandes de Espanha dele descendem.

Foi muito rico de bens, assim em Portugal como na Espanha; e foi tão amigo da Ordem de Malta que lhe sujeitou ao mosteiro Marmelal (onde está enterrado) as igrejas da sua vila de Portel.

Dele há ilustre descendência, como são os senhores da Barca, etc. O apelido de Aboim incluiu-se nos Sosas, por casamento de D. Maria Pires, filha de D. Pedro Anes, com o infante Afonso Diniz, filho de el-rei D. Afonso o terceiro.

Alguns têm ainda o apelido de Aboim, mas não o solar que este o venderam os herdeiros em tempo de el-rei D. Afonso o quinto, a um Fernão Martins, criado do Arcebispo de Braga que pôde em 1449 usar as honras desta quinta e casa, por feitos na guerra.

Passou depois aos fidalgos Câmaras do Porto, e destes entrou na casa dos senhores de Baião, por casamento de



Vila Verde — Aboim da Nóbrega
Igreja paroquial



Vila Verde -- Carreiras (S. Tiago)
Torre de Penegate

Fernão Martins de Sousa, senhor de Baião, com D. Maria de Ataíde, filha de Fernão Gonçalves da Câmara.

Foi mais tarde vinculado em morgado à Capela de S. Miguel, na cidade do Porto.

Dos Aboins, diz certo linhagista:

*Dos de Aboim D. João
E D. Afonso Marinha
Vem este nobre brazão
Dos Boins, de cuja linha
quase não há geração*

Na Igreja de Aboim da Nóbrega, que em tempos remotos foi mosteiro de freiras beneditinas, venera-se um *dente santo*, a quem o povo atribue a virtude de salvar de mordeduras de cães raivosos. Ignora-se a que santo houvesse pertencido o dente, querendo uns que houvesse sido de S. Frutuoso, abade de Constança (há quem diga Constantim, perto de Vila Real), onde se lhe guarda a cabeça, com falta de um dente; e outros pretendem que de Santo Eleutério, martirizado em 196; e outros ainda que de Santo Eleutério, arcebispo de Braga, falecido em 550.

A freguesia é cortada pela ribeira de Aboim. No Casal do Eixo, lugar da freguesia, nasceu o célebre fidalgo João Soares Vives, que era capitão-mor das naus das Índias e que, desgostoso com alguns fidalgos portugueses, partiu para Castela e a quem mais tarde Filipe IV fez conde de Nóbrega.

Primitivamente Aboim da Nóbrega, seria simplesmente Vila da Nóbrega, comenda do Ordem de Malta, dos marqueses de Távora, a que D. Manuel deu foral em Lisboa em 24 de Outubro de 1513. A Nóbrega se deu também o nome de

Terra da Nóbrega, região que nos séculos XII e XII se estendia ao sul do Lima desde Ponte da Barca à fronteira, e entre aquele rio e a linha divisória de águas com o Homem. Ponte da Barca e Vila Verde se honraram com esta terra da Nóbrega. Em Aboim ainda existe o edificio da Câmara e cadeia que a freguesia gostava fosse restaurado.

O dente que acima dissemos se venera em Aboim, foi levado para um museu do Porto.

Em conversa com o sr. Francisco José Lobo, presidente da Junta de freguesia, e que com João da Rocha, secretário, e João Baptista Pereira Viana, tesoureiro, formam a Junta completa, disse-nos, que em Aboim se realizaram últimamente as seguintes obras: Abertura dum troço de estrada de Portela do Vade ao lugar Cizão da freguesia de Barros; construção de dois modernos edificios escolares; reparação da igreja paroquial; e reparação do cemitério Paroquial em colaboração com a Câmara. Mas de mais precisa a freguesia, como luz eléctrica, posto telefónico público e construção de fontanários em diversos lugares da freguesia.

A acrescentar ao que já antes se disse, realizou esta junta ainda, diversas obras em caminhos.

Aboim possui uma antiga banda, de música, de que se não sabe ao certo o ano da sua fundação.

É Pároco de Aboim o Rev.º António Joaquim Ferreira Mendes.

Arcozelo

A Freguesia de Arcozelo beneficiou do foral dado a Penela, por D. Manuel em 1514. Foi abadia da mitra. É nesta freguesia que fica o paço dos Barbosas.

Atães

«Há nesta freguesia uma casa chamada *Paço de Atães*, onde existe um padrão passado por D. Sebastião em 1558, concedendo aos seus proprietários e à localidade determinados privilégios, e é tradição que foi neste Paço que esteve escondido D. António, prior do Crato, depois da derrota de Alcântara. Atães foi vigairaria anexa a S. Miguel de Prado. Aqui estão as quintas de Santo Amaro e Mouro, que foram dos senhores de Regalados e mais tarde de António Abreu, filho bastardo de Pedro Gomes de Abreu e de D. Catarina de Eça, abadessa de Lorvão. Casou este duas vezes, mas não houve sucessão, porém teve bastardo a Leonel de Abreu, que sucedeu na casa e casou em Viana com D. Maria Carneiro Jácome, e teve a Pedro Gomes de Abreu, abade de Perre, e outros filhos bastardos, de que não houve geração. Teve mais de uma mulher de Regalados a António de Abreu, que herdou a casa.

Na quinta de Mouro sucedeu Miguel de Lima de Abreu, filho segundo de Leonel de Lima e Abreu e de sua mulher D. Maria Carneiro Jácome, etc.

É pároco em Atães há 24 anos o Rev.º Abel José dos Santos, natural de S. Bento de Esqueiros.

Das obras realizadas pela presente Junta de Freguesia de que fazem parte os srs. Joaquim Fernandes, presidente, e Francisco Fernandes Dias, secretário, cita-se: construção de uma moderna escola primária; calçetamento de diversos caminhos, entre eles o da igreja paroquial; construção de um moderno fontanário e tanque; e reparação do cemitério paroquial.

Deseja a freguesia ardentemente que Atães seja instituída civilmente Portela do Vade, já que o é eclesiásticamente. Este desejo justifica-se, tanto mais, visto ser Portela do Vade um centro relativamente mais populoso e de maior desenvolvimento. Outro dos seus desejos é que para ali seja levada a luz eléctrica visto ter chegado já a Pico (S. Cristóvão), bem como a conclusão da estrada que liga com Aboim da Nóbrega.

Atães

Pertenceu ao extinto concelho de Prado, de onde passou para o de Vila Verde.

A antiga Freguesia de Santiago de Atães era vigairaria da apresentação do Cabido da Sé de Braga, passando mais tarde a reitoria da apresentação do desembargador, Miguel Gomes Soares.

Era nesta freguesia o solar dos Outeiros de Poldras, antigamente os Sequeiros e Soares de Albergaria, senhores de Prado.

Arcebisado da cidade de Braga — diz Cardoso —, visita do Deão, comarca da Vila de Viana, Foz do Lima, termo de Prado.

Foi donatário desta terra o marquês de Minas, e mais tarde passou à coroa. Era então sujeita às justiças da vila de Prado. E aqui existia numa torre antiga com suas ameias, e uma quinta, que tudo foi de D. Gastão José da Câmara Coutinho.

Azões

Até 1855 foi do concelho de Penela, comarca de Pico de Regalados.

Foram seus donatários os almirantes de Portugal (Condes de Rezende) que apresentavam os abades daqui, que tinham 200.000 reis. Esta freguesia fica situada no vale de Penela, na raiz do monte Aventosa.

Diz Almeida, que o lugar de Sobradelo um ano pertencia a esta freguesia e outro à de Duas Igrejas. E por sua vez, afirma ainda, que Azões era abadia dos senhores de Albegaria.

É pároco em Azões, Monsenhor Manuel José Fernandes Pereira e Mosquera, nascido na casa da Calçada da Freguesia de Duas Igrejas a 9 de Março de 1882. Acabou o curso teológico em 1902, tendo celebrado dois anos depois, em 8 de Outubro, a sua primeira missa. Foi professor e perfeito no colégio de S. Tomás de Aquino, em Braga, e colocado pároco em 1907, por despacho de el-rei D. Carlos, na freguesia de Azões, onde entrou no ano seguinte. No ano que corre faz o ilustre pároco 50 anos de vida canónica na freguesia de Azões, tendo o povo da mesma freguesia prestado-lhe em 1956 sentida homenagem pela comemoração das suas bodas de ouro de sacerdote. No mesmo ano foi-lhe, concedido por S. Santidade o Papa pio XII, o monsenhorato como prelado doméstico.

Ainda antes de conhecermos monsenhor Mosquera, já no decorrer da elaboração deste trabalho havíamos feito referência a um curioso escrito seu. Todo o concelho conhece os seus dotes de inteligente investigador, por que nós apraz deixar aqui registado devidamente o seu nome.

Na mesma Casa da Calçada, nasceu o P.^o Manuel José Pereira, professor do Seminário e considerado o primeiro latinista de Portugal. Ensinou muitas gerações dos mais distintos médicos, padres, advogados e oficiais do exército. Falleceu em 1903.

Segundo uma informação de monsenhor Mosquera, Azões, chamou-se privativamente S. Paio de Vila Nova, S. Paio de Azões e, só posteriormente, Azões (S. Paio).

A Igreja desta freguesia, teria sido românica, mas da sua origem já nada existe.

Na visita à Junta, disse-nos o snr. Abílio José de Oliveira, presidente: Desta junta fazem parte mais dois membros: Joaquim da Rocha, secretário, e Manuel da Cunha, tesoureiro. Todos em conjunto, realizamos as seguintes obras: Calcetamento em diversos caminhos; construção de diversos fontanários, sendo um oferecido, bem como o cruzeiro dos centenários, pelo benemérito Manuel da Silva Braga. Ainda a este benemérito se deve a reparação da Igreja paroquial e a ajuda da construção do cemitério da freguesia.

Algumas das mais iminentes necessidades da terra, são: conclusão da instalação eléctrica pública, um posto telefónico público, construção de uma estrada que ligue ao monte de Francos, etc.

Barbudo

Nesta freguesia nasceram D. Paio Guterres da Silva, que foi alcaide do castelo de Leiria, Frei Martim Anes de Barbudo, mestre da Ordem da Cavalaria de Alcântara, morto em 1349, pelejando com os mouros de Granada.

Almeida, falando desta freguesia, aponta: «Está aqui a torre e solar dos Barbudos, que compreendia muitas fazendas, especialmente a nobre quinta da Geja. O primeiro habitador foi D. Gonçalo Pires de Belmir, que teve de sua mulher, senhora desta casa, a Soeiro Gonçalves de Barbudo, Gonçalo Gonçalves de Barbudo, D. Sancha Gonçalves, mulher de D. Gonçalo Rodrigues da Maia, o velho, e D. Maria Gonçalves, mulher de Rodrigo Henriques de Louredo. A varonia acabou em Bernardim de Barbudo: a filha deste, D. Leonor Pereira de Barbudo, casou com Paio Rodrigues de Araújo, senhor de Araújo e Lobens, de quem nasceu Gonçalo Rodrigues de Araújo, senhor deste solar; e tiveram a Paio Rodrigues de Araújo, o cavaleiro que viveu na quinta da Arca. Do solar de Outeiro dos Poldros, foi D. Frei Martim Anes de Barbudo, já acima referido. *O epitáfio da sua sepultura, diz assim: Aqui jaz aquele que de nenhuma coisa houve pavor em seu coração.*

Na aldeia de Real há uma torre que se julga ser solar dos Barros. É engano, porque o solar dos Barros é em Regalados: passou aos Mesquitas de Outiz, e mais tarde aos Falcões de Braga.

E o autor que vimos seguindo, aponta ainda na aldeia de Real as ruínas do paço dos Silvas, onde habitou D. Paio Guterres da Silva, vice-rei de Portugal, em tempo de D. Afonso VI. Havia ainda em Barbudo a casa do Sol, que possuía Pedro Barreto de Meneses, que por varonia vem dos Abreus de Regalados, e por casamento estão enlaçados os Barretos de Meneses, da casa de Magalhães da Barca, e Limas de Gielá, marqueses de Ponte de Lima.

Barbudo pertenceu ao extinto concelho de Vila Chã.

comarca de Pico de Regalados, anexa há mais de dois séculos a Parada, com a denominação de Parada de Barbudo. Aproveitou do foral passado a Vila Chã, em Lisboa a 6 de Outubro de 1514.

Há quem diga que a ponte de Prado, foi reedificada com a pedra do castelo dos Mouros ou segundo outros, castelo de Barbudo, que devia ter existido no alto do monte Brito.

A Casa do Sol a que atrás fazemos referência é hoje conhecida pela quinta do sol. A casa do actual presidente da Junta é o célebre paço de Barbudo de que Camilo fala no seu livro «Senhor do Paço de Ninães».

É pároco desta freguesia o Rev. P.^o Alberto da Silva Araújo.

A junta de freguesia formada pelos srs. António Macedo Pinheiro, presidente; Augusto Gomes, secretário, e José Albano Soares da Costa, tesoureiro, realizou as seguintes obras, nesta freguesia: Ampliação do cemitério paroquial em comparticipação com o Estado, calceta à portuguesa no caminho do lugar do Paço em comparticipação com a Câmara e ainda nos caminhos do lugar do Eixo e Barrão. Reparação da igreja paroquial e construção de uma escola do plano dos centenários.

Precisam: de um posto telefónico público, um fontanário e tantos outros melhoramentos.

Barros

Pertenceu ao concelho de Aboim da Nóbrega, passou para o de Pico de Regalados por ocasião da extinção do primeiro, e deste do Pico, para o de Vila Verde, por ocasião da sua extinção também.

Fica situada esta freguesia em um vale — diz o autor do Portugal — na raiz do monte Cortelho-de-Barros, donde se vê Braga e várias serras.

O reitor de Coucieiro apresentava o vigário daqui, que era colado e tinha 400.000 réis de cóngrua e o pé de altar.

Pinho Leal diz que esta freguesia foi concelho com comarca e juiz ordinário. Foi depois da comarca de Pico de Regalados, concelho de Aboim da Nóbrega, até 1855.

Claro que há engano nesta informação do autor do Portugal.

Ficava aqui a quinta do Mouro, de que foi senhor Domingos Anes de Guimarães, porteiro-mor. Esta palavra se corrompeu em mouro e deu o nome à quinta.

A Junta de Barros, está assim formada: José Rodrigues, presidente; Avelino Pimenta, secretário, e José Maria Enes, tesoureiro.

Das suas aspirações, consta a luz eléctrica pública, um posto telefónico, calcetamento em diversos caminhos, construção de vários fontanários, reparação na estrada camarária que liga com o Pico de Regalados e reparação do cemitério.

A obra desta junta tem-se limitado ao arranjo de alguns caminhos da freguesia.

Cabanelas

Esta freguesia está situada na margem direita do Cávado e próximo da margem direita da ribeira de Moure. Pertenceu ao extinto concelho de Prado, de onde passou para o de Vila Verde.

A antiga freguesia de Santa Eulália de Cabanelas era

abadia da apresentação dos condes do Prado (Marqueses de Minas) no termo da Vila do Prado e o abade tinha de renda dois mil cruzados.

Diz-se que a Abadia de Cabanelas apresentava o vigário de S. Gens do Macromo que tinha 30 fogos e estava anexa à de Cabanelas.

Antes de Cabanelas ter pertencido à apresentação dos condes de Prado, era do padroado real.

É presidente da Junta, o sr. António Xavier da Silva; secretário, Francisco Fernandes de Oliveira, tesoureiro, João da Guerra Fontes.

Obras: Reparação em diversos caminhos públicos; arranjo das fontes de S. Bartolomeu e Goião, e reparação da escola primária.

Como em outras freguesias, está em primeiro plano das suas necessidades, a criação de um posto telefónico, luz eléctrica na freguesia, calcetamento de vários caminhos e a restauração da ponte velha no lugar de Faial.

Carreiras (S. Tiago) e Careiras (S. Miguel)

«Pinho Leal informa que em 1757 as duas freguesias de Carreiras, formariam uma só freguesia, cujo orago era S. Tiago. Parece porém que assim não era, porque também Carvalho em 1706 e Cardoso em 1751 mencionam já as duas distintamente. De S. Miguel diz aquele: Abadia do ordinário, rende com a anexa de Portela das Cabras, duzentos mil reis. De S. Tiago, diz: Abadia do ordinário, rende cento e cinquenta mil reis.

A freguesia de S. Miguel de Carreiras, era, pois, abadia



Vila Verde — Cervães
Torre de Gomariz



Vila Verde — Cervães
Mosteiro do Bom Despacho

Um nosso conhecido autor, referindo-se a esta parte, diz que Cervães era antigamente metade da comarca de Viana, termo de Prado, e a outra metade era couto da cidade de Braga.

«Diz-se que a igreja foi convento de templários, e por extinção deles (1311) foi do arcebispo do couto, até ao concílio de Trento (1545 a 1556) em cujo tempo foi reduzida a benefício *curado*.

Antes da instituição da ordem dos templários em Portugal, era este mosteiro, de monges beneditinos, que S. Martinho do Dume havia fundado pelos anos de 560, o qual foi aqui religioso. Não se sabe porque razão os templários tomaram conta deste mosteiro e o habitaram até à sua extinção; passando depois a ser dos arcebispos, o que era *couto de homisidiados*, dos templários.

Muitos autores dão nota da existência da capela de Nossa S.^a do Bom Despacho nesta freguesia, a que deu princípio o ermitão João da Cruz, natural de Monção, em 1640, e que era ermitão na capela de N.^a S.^a da Estrela, e que fica edificada entre dois penedos, tendo no recôncavo deles os passos da Paixão de Jesus Cristo.

Estando já adiantada a obra, — dizem — o povo lançou por terra a casa, por imaginar que seria para o convento de frades, que por nenhum modo queriam.

O ermitão queixou-se ao general das armas, da provincia do Minho, D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, que tinha o seu quartel general em Braga. Veio ele com tropa e sossegou tudo.

A obra adiantou-se muito e mais se adiantaria se aqui

não metessem beatas com ermitões, pretendendo fazer um mosteiro duplex como se usou muitos séculos. Foi suprimido.

Ainda alguns autores dão nesta freguesia a torre de Gomariz, solar antigo, de que foi senhor Francisco da Cunha da Silva, filho de André Velho de Azevedo, de quem era o dito solar.

Esta torre pertence actualmente ao senhor Dr. Aristides da Silva Couto.

Na porta travessa da igreja Matriz, em uma pedra, — diz Carvalho — está uma inscrição em letra gótica que prova ser a referida matriz feita na era mil e duzentos. Esta era de 1200 corresponde a 1162 do ano de Cristo.

A parte da freguesia de Cervães que era couto da mitra, tinha juiz ordinário, etc., e gozava do privilégio dos criminosos do couto não serem punidos com pena de morte, qualquer que fosse o crime.

É pároco da freguesia, o Rev. P.º Domingos Correia Neiva Pinheiro.

Junta de freguesia: António de Oliveira Macedo, presidente; José Afonso Pereira, secretário; José Bento Pereira Correia, tesoureiro.

Obras realizadas: Arranjo do cemitério e reconstrução da residência paroquial. De salientar é o número de oito casas que a junta ajudou a construir, para pobres, bem como a aquisição do terreno para construção da nova igreja paroquial.

Já está requisitado para esta freguesia um posto telefónico público e espera-se que o tempo dê corpo à construção



Vila Verde — Dossãos — Imagem de
N.ª S.ª dos Milagres, da devoção do
povo da região

de uma estrada que ligue com a freguesia de Alheira (Barcelos), e construção de diversos fontanários.

Codeceda

Outra Freguesia que pertenceu ao concelho de Aboim da Nóbrega, extinto em 31 de Dezembro de 1853, pelo que passou ao de Pico de Regalados, e depois, pela extinção deste, para o de Vila Verde.

Era curato da apresentação do convento de Rendufe, do qual foi couto. Tinha justiças próprias que o D. Abade nomeava.

Esta freguesia também aparece em algumas publicações escritas com a grafia Codesseda.

Couciero

Pertenceu ao concelho de Pico de Regalados até 1855. Nos documentos oficiais aparece sempre esta freguesia como Couciero, mas nos registos paroquiais antigos escrevia-se *Concieiro*. Não é desta opinião Pinho Leal que diz ter sido Concieiro uma freguesia distinta há mais de duzentos anos anexada a Couciero.

Tem esta freguesia uma formosíssima igreja, que se supõe concluída em 1164, e que foi completamente reedificada em 1888. É tradição que a igreja primitiva foi sagrada, no tempo de D. Afonso Henriques, pelo arcebispo de Braga D. Paio Mendes. Era reitoria da apresentação da mitra e Comenda da Ordem de Cristo.

Existe nesta freguesia a torre do paço em que viveram

os senhores de Regalados antes que nele entrassem os Abreus.

Também aqui está o paço de Linhares. Nele morou D. Gonçalo de Barros, que era em 1543, comendador do mosteiro de Rendufe. Tiveram a Tristão de Barros, comendador de Bravães; este teve a Heitor de Barros, Artur e Izabel de Barros, mulher de Fernão Velho, feitor da duquesa D. Leonor, mulher do duque D. Jaime. Esta descendência desenvolveu-se, cabendo a Miguel de Barros Castro, ficar com a casa de seu pai em Linhares. Foram descendentes dos Linhares de Coucieiro os marqueses de Castelo-Melhor.

Vários escritores dizem que se acham isoladas em uma pedra da parede que corre ao longo da igreja de Coucieiro, cinco letras que denotam a era em que foi concluída esta igreja, certamente digna de toda a conservação e reparo, pela sua antiguidade e architectura gótica, não obstante ser de grosseiro trabalho. Essas letras representam, pois o ano de 1164 de Jesus Cristo; mas há quem suponha ser essa data a da sagração (e não fundação) da igreja.

Que esta igreja tivesse sido dos Templários, parece não existir a menor dúvida.

O Portugal referindo se à torre já atrás citada em Coucieiro, escreve o seguinte: Há aqui as ruínas de um antigo solar (gótico) a que chamam *torre de D. Sapo*. Este figurão (D. Sapo) tinha direito de dormir com as noivas, na primeira noite do casamento. Um alfaiate daqui, casando, vestiu-se à noite com a roupa da mulher e foi ter à alcova de D. Sapo. Quando este foi ter com a noiva, na esperança de gosar os seus *direitos de senhor*, o bom do alfaiate o apunhalou, mesmo na cama, e lá vai o sapo e o seu infernal tributo.



Vila Verde — Dossãos — Rev.
P.º Filipe de Paiva Macedo



Vila Verde — Dossãos - Igreja
Paroquial

Sobre esta lenda, o próprio autor reconhece que aqui anda um D. Sapo a mais, pois se conta noutras terras.

Num monte desta freguesia têm-se encontrado diversos vestígios dum castro.

Junta de freguesia : Porfírio José da Mota, presidente ; Álvaro Gomes, secretário; João Severino de Sousa, tesoureiro.

Obras realizadas: Reparação do cemitério paroquial e obras de calceta em diversos caminhos da freguesia.

A freguesia anseia pela construção de um edifício escolar misto, luz eléctrica pública, um posto telefónico, reparação da estrada do Outeiro ao lugar da Feira do Pico, reparação e canalização de várias fontes e reparação de diversos caminhos por meio de calçada à portuguesa.

Covas

Era vigairaria anexa a S. Tomé de Vade e da apresentação do abade, passando depois a freguesia independente com o título de reitoria. Pertenceu ao concelho de Aboim da Nóbrega, passando em 1853 para o concelho de Ponte da Barca. Em 1855 ficou incluída no concelho de Vila Verde. O foral passado a Nóbrega em 24-X-1513 trata também de Covas.

É pároco de Covas o Rev.º P.º João Maria Tinoco.

Junta de Freguesia: António Luiz Pereira, presidente; José Luiz Soares, Secretário; Manuel Lobo, Tesoureiro.

Obras realizadas: Novo edifício da Escola Primária, e reparação do cemitério paroquial.

A freguesia necessita: um posto telefónico, já requisita-

do; luz eléctrica, exploração de águas e construção de diversos fontanários, e abertura de um braço de estrada a ligar a igreja matriz à estrada nacional.

Dossãos

Esta freguesia pertenceu ao concelho de Vila Chã até à sua extinção em 1855. Está situada ao sul da margem esquerda do Neiva. Existe nesta freguesia uma fonte denominada *quinta da póvoa*, a qual foi objecto de particular atenção por parte do professor dr. Ferreira da Silva, que verificou tratar-se de uma água potável, muito pura, comparável às mais excelentes águas do país, procedendo de formações graníticas. Entre os seus agentes mineralizadores figuram os bicarbonatos alcalinos, vestígios de fluoretos e sulfatos, sendo o resíduo seco de 53,80 miligramas por litro, ou seja metade do de Caldelas e a quarta parte do do Gerês. Revela-se útil no reumatismo, afecções digestivas e de rins.

Esta freguesia foi uma abadia da apresentação do ordinário.

É pároco desta freguesia o Rev. P.º Filipe de Paiva Macedo, natural da freguesia de Ruivães, Famalicão. Formado em 1940 pelo Seminário Conciliar de Braga, nesse mesmo ano foi colocado em Dossãos onde uma das suas primeiras preocupações consistiu em construir uma nova igreja paroquial.

Esta igreja, começada em 1941, foi inaugurada a 3 de Agosto de 1948, tendo o seu custo sido de cerca de 900.000\$00 subscritos pelo Estado com 50%. Também ao tempo da construção da igreja foi feita a residência paroquial, em tudo ten-



Vila Verde — Dossãos — João Evangelista Menezes Pinheiro



Vila Verde — Dossãos — Fontanário da Igreja

do entrado o espírito de iniciativa do Rev. P.º Filipe, a quem a freguesia muito deve.

Na nova igreja existe uma imagem de muita veneração, de N. S.ª dos Milagres, cujo culto mais se intensificou a partir do século XVIII com o aparecimento das águas da que já atrás fizemos menção.

Todos os anos no segundo domingo de Setembro o povo das redondezas acorre à festa que se realiza em honra desta Santa. Mais ainda, existe nesta igreja uma colação de quadros representando os doze apóstolos de Cristo, cópia duma colação original da Sé de Braga de Lúcio Fânzeres.

Em Dossãos, é de registar o nome da Ex.ª Sra. D. Aurora Maria Carvalho, bondosa e querida senhora que aqui exerce o professorado há mais de trinta anos.

Tem a sua casa na freguesia de Dossãos, conhecida pela casa do Paço, João Evangelista Meneses Pinheiro, nascido na casa de Carros a 1 de Abril de 1883 e já falecido. Na altura em que se preparava para dar ingresso na Universidade, faleceu-lhe o pai. Era republicano convicto, afastado pelo movimento do 28 de Maio. Então, tinha sido já Presidente da Câmara de Vila Verde, Administrador do Concelho e Comissário da Polícia em Braga (1919). Foi ainda Governador Civil de Braga e mais tarde Governador Civil do Porto. Era filho de uma distinta família da região, e teve alguns cometimentos dignos de nota.

Junta da Freguesia: Francisco António Pereira, presidente; Lourenço José Barbosa, secretário; Constantino José Saraiva, tesoureiro.

Obras realizadas: Construção dum braço de estrada da igreja à estrada nacional, cujo custo foi de 150.000\$00; obras

de electrificação no valor de 100.000\$00; abastecimento de água por meio de fontanários a todos os lugares da freguesia; armazenamento de água até para a hipótese de incêndio, obra esta no valor de 600.000\$00 que o Estado comparticipou com 400.000\$00.

Tem a Junta em projecto calcetar os principais caminhos da freguesia, e construir um moderno edifício escolar, para o qual já existe terreno próprio.

Duas Igrejas

Esta freguesia pertenceu ao concelho de Albergaria de Penela até 1853. Foi uma reitoria da apresentação da Mitra e comenda da Ordem de Cristo. Antigamente foi mosteiro dos Templários. Foi aqui comendador o poeta Francisco de Sá de Miranda, que por intrigas de certo cortesão se retirou da corte e veio viver aí perto, na quinta chamada da *Tapada*.

Pinho Leal diz que o convento dos templários se extinguiu em 1311 e a Comenda se criou em 1319.

Diz Baptista de Lima que esta freguesia é a que figura nos forais de Penela (do conde de Vimioso) e de Penela de D. João de Castro. A freguesia continha bens dos dois, porque Penela, tendo sido primitivamente um grande julgado, subdividiu-se depois em outras terras mais ou menos independentes. E acrescenta que aparecendo ainda este nome de Duas Igrejas no foral de Lalim (Larim), hoje também de Vila Verde, este se deve referir às duas igrelas, S. Paio e Santa Ovaia e não freguesia de Duas Igrejas.



Vila Verde -- Duas Igrejas
Igreja paroquial



Vila Verde — Moure
Eucalipto Centenário (consi-
derado de interesse público)

Em 1852 ainda esta freguesia aparece na comarca de Pico de Regalados, concelho de Penela.

Em 1943 foi fundada nesta freguesia uma Casa do Povo. *Assembleia Geral*: Presidente, Abílio Gonçalves; 1.º vogal, Hermínio José Martins da Costa; 2.º vogal, José Carvalho. *Direcção*: Presidente, Joaquim da Rocha; Secretário, José Augusto de Barros; Tesoureiro, Carlos Costa.

É médico desta Casa do Povo o sr. Dr. António dos Santos Ferreira.

Sócios efectivos, 443 e 750 contribuintes.

Dos serviços de estatística desta Casa, soubemos, que durante o ano de 1957 se efectuaram aqui 851 consultas médicas diversas. As importâncias despendidas foram respectivamente de 7.033\$00 em medicamentos e de 16.836\$20 em subsídios vários.

Esta Casa do Povo agrupa 7 freguesias, a saber: Duas Igrejas, Azões, Goães, Godinhaços, Portela, Pedregais e Rio Mau.

Exerceu aqui o cargo de funcionário o sr. Francisco José da Costa.

Junta de Freguesia: Hermínio José da Costa, presidente; Manuel de Azevedo, secretário; João de Deus Barbosa, tesoureiro.

Obras realizadas: Inauguração da Escola Primária, construção do moderno cemitério paroquial, montagem de um posto telefónico público, reparação de diversos caminhos, reparação de diversas fontes, aquisição do novo relógio da igreja paroquial, obra de electrificação da freguesia (em curso) e reparação da escola do lugar da Deveza.

Mais reparações em caminhos se projectam.

Escariz (S. Mamede) e Escariz (S. Martinho)

Antigamente, S. Mamede e S. Martinho formavam uma só freguesia, tornando-se depois independentes. Já depois de separadas, S. Mamede de Escariz, era abadia da apresentação da Mitra, no couto de Cervães, na antiga comarca de Viana. Pertenceu ao antigo concelho de Penela até 1855.

Em 1852 aparece na comarca do Pico de Regalados; e em 1878 na comarca de Vila Verde.

Por sua vez a antiga freguesia de S. Martinho de Escariz era vigairaria da apresentação de uma das conezias da Sé de Braga, no termo do antigo concelho de Portela das Cabras e passou mais tarde a reitoria.

Pertenceu ao extinto concelho de Prado. Em 1852 aparece na comarca de Braga e em 1862 na de Vila Verde.

A igreja paroquial desta freguesia é relativamente moderna; e há aqui um cruzeiro do século XVIII, e uma série de cruces, constituindo uma via-sacra, que termina no alto de um monte.

Junta da Freguesia de Escariz (S. Mamede): Presidente, José Joaquim Duarte; secretário, Manuel Joaquim Durão; tesoureiro, Joaquim Fernandes Apolinário.

Esta Junta, anseia possuir: um posto telefónico público, e um fontanário no lugar das Valas. Espera ver construída a estrada do lugar de Xisto ao lugar de Caneiro do concelho de Barcelos, reparada a calceta do caminho do lugar do Cachopo à igreja e construído um pontilhão no lugar de Casal Mato.

É pároco da freguesia o Rev. P.º António José da Silva, que parouquia esta freguesia desde 1950.



Vila Verde — P.e António José
Pereira da Silva, Escariz
(S. Mamede)



Vila Verde—Escariz (S. Marti-
nho) Casa da Quinta, da Família
Oliveira Primo

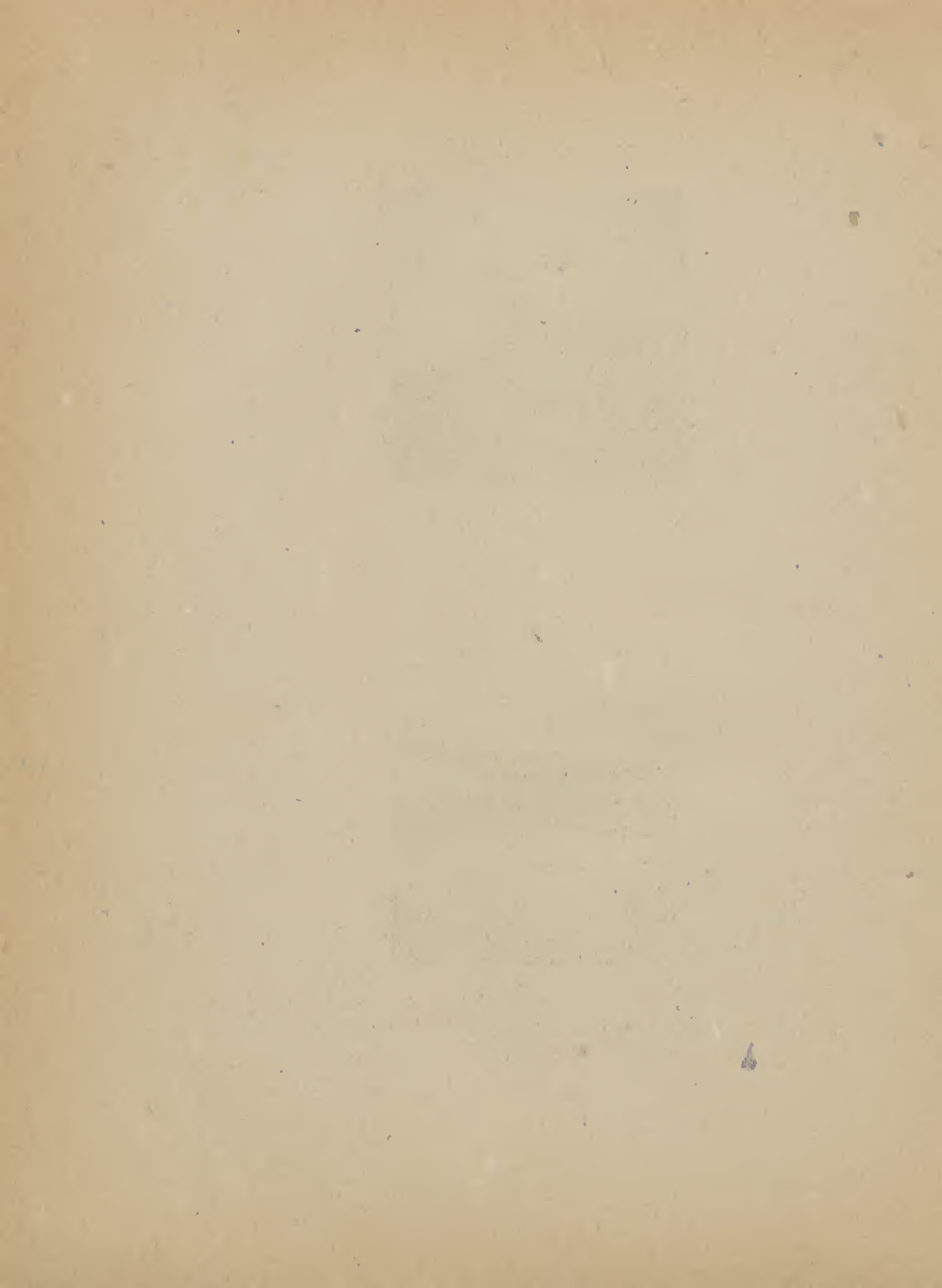




Vila Verde — Coucieiro — Igreja
românica



Vila Verde — Esqueiros — Casa da
Boca do Sr. José Gonçalves dos
Santos Soares



Escariz (S. Martinho): Há nesta freguesia uma Casa do Povo, fundada em 16 de Abril de 1943.

Assembleia Geral: Presidente, Luiz Duarte; 1.º vogal, Manuel Soares, 2.º vogal, Agostinho Gonçalves Rodrigues.

Direcção: Presidente, Emílio Gomes; secretário, Luiz Augusto de Azevedo; tesoureiro, Joaquim Duarte da Silva.

Números de estatística: Sócios efectivos, 250, sócios contribuintes, 422; consultas médicas durante o ano de 1957, 789; injecções aplicadas, 989; curativos no Posto de Socorros, 792; 53 subsídios por doença no valor de 3.274\$00; medicamentos fornecidos aos sócios no valor de 4.933\$00; subsídios por invalidez 17.220\$00.

Presta aqui os seus serviços o sr. Dr. João Ferreira Soares.
Funcionário da Casa do Povo: Nilo de Oliveira Primo.

Esqueiros

Foi uma abadia da apresentação da mitra e pertenceu ao extinto concelho de Vila Chã. Em 1839 aparece na comarca de Braga; em 1852 na comarca de Pico de Regalados e em 1862 na de Vila Verde.

Está situada na estrada para a sede do concelho e a O. da margem direita dum pequeno afluente do rio Homem, este afluente da margem direita do Cávado.

Junta de Freguesia: Presidente, Bento José dos Santos Moraes; secretário, José da Silva Felgueiras; tesoureiro, Manuel Domingos Correia.

Obras realizadas: Electrificação da Freguesia, calcetamento do caminho que liga esta freguesia à de Barbudo, construção do novo edificio escolar no lugar de Paredes e reparação de dois fontanários.

Freiriz

A antiga freguesia de Santa Maria (Purificação) de Freiriz, era abadia da apresentação da Casa de Freiriz (Meneses da Barca), cabeça do couto de Freiriz, na antiga comarca de Viana do Castelo.

Foi couto e abadia — diz Almeida — de Fernão Nunes Barreto, senhor da casa e couto, e passou a seu genro, Fradique de Meneses, senhor da Barca, por sua mulher D. Jerónima.

O Juiz que acabava, elegia com o povo o que lhe havia de suceder, e sentenciava no civil e orfãos; no crime iam a Prado.

A casa de Freiriz rendia para cima de 7 mil medidas de pão, fora matas, etc. Foi primitivamente uma quinta de Egas Pais, de Penagate, e depois, por casamento passou para os Penelas, senhores do concelho de Penelas; porque Pedro Rodrigues de Penela teve de sua mulher a D. Teresa Pires de Freiriz, casada com Estêvão Gomes de Zogomba, e daí lhe vem os foros de Penagate.

Freiriz, em 1840, pertencia ao concelho de Prado; em 1853 passou para o de Penela e em 1855 para o de Vila Verde.

Foi couto, como já dissemos, com as respectivas justças.

Parece que passava aqui a via romana da Geira, havendo ainda vestígios de uma fortificação que a defendia.

Pároco: — Rev.º P.º José Nunes Monteiro. Nasceu na freguesia da Lama (concelho de Santo Tirso) em 29 de Novembro de 1924.

Aos 11 anos ingressou no Seminário de Braga, acabando



Vila Verde — Freiriz — Rev.
P.º José Nunes Monteiro



Vila Verde — Valdreu — Rev.
P.º Armando da Costa



Vila Verde — Godlnhaços —
Rev. P.º José Fernandes de
Azevedo

os estudos aos 22 anos. Celebrou a sua missa nova em Sequeirô (do mesmo concelho de Santo Tirso) em 12 de Outubro de 1947. Tomou posse da freguesia de Freiriz e S. Martinho de Escariz em 6 de Março de 1949 onde se tem conservado até hoje.

Regedor :— Manuel Gonçalves da Silva.

Junta da Freguesia : — Presidente, Virgílio Augusto de Sousa ; Secretário, António da Silva ; Tesoureiro, Joaquim da Silva.

Durante a vigência desta Junta que vem desde 1946, o único melhoramento devido à Câmara foi a comparticipação de 2.000\$00 para se consertar o caminho dos Chãos do Paço e a defesa de uma fonte pública cita no lugar de Cucos.

Quanto às necessidades desta freguesia elas são muitas e urgentes : consertos de caminhos, fontes públicas, cemitério e pontelhas.

Geme

Almeida diz que Geme foi abadia da mitra e que antigamente tinha sido dos Bentos de Rendufe, onde foi abade um dos seus religiosos. O mesmo diz Carvalho.

Pertenceu ao antigo concelho de Pico de Regalados do qual passou pela sua extinção para o de Vila Verde.

Foi beneficiada pelo foral de Regalados, que entre outras terras trata também de Geme, dado por D. Manuel em Lisboa a 13 de Novembro de 1513.

Fica em Geme a Casa de Sá, da qual é actual proprietário o Sr. capitão Abel António Soares de Nogueira, comandante do núcleo da Legião Portuguesa de Vila Verde e presi-

dente da Direcção da Caixa de Crédito Agrícola. O Sr. Capitão Abel Soares, estudou em Lisboa e saiu oficial miliciano em 1917, tendo mais tarde transitado para o quadro permanente. Serviu nas unidades da Póvoa de Varzim, Braga, Açores, Guiné e Angola, tendo voltado pela 2.^a vez a ser integrado no quadro de oficiais da Manutenção Militar da Póvoa de Varzim, onde no posto de capitão passou à reserva em 1949. Nasceu a 11-12-1893 e é filho de Bento Soares Nogueira e D. Maria Jesus Pimentel Nogueira.

Chamamos a atenção do leitor para a freguesia de Pico de Regalados, onde falaremos mais pormenorizadamente da Casa de Sá.

Junta de Freguesia: — Presidente, Manuel António Gomes; secretário, Domingos Ferreira; tesoureiro, Alberto Eduardo da Silva.

Obras realizadas: — Alargamento e reparação do caminho do lugar da Aldeia, reconstrução da igreja paroquial e obras para conservação do cemitério da freguesia.

Desejariam ver realizados os seguintes melhoramentos:

Electrificação dos restantes lugares da freguesia, montagem de um posto telefónico público, construção de um novo edifício escolar e construção duma estrada a ligar a igreja à estrada nacional.

Goães

A antiga freguesia de S. Pedro de Goães era abadia da apresentação do padroado real, no antigo concelho de Portela das Cabras.

Pertenceu ao extinto concelho de Penela, extinto em



Vila Verde -- Goães
Manuel Lopes, antigo vereador
e presidente da Junta há 30 anos



1855; e aproveitou do foral de Penela dado por D. Manuel em Lisboa a 6 de Outubro de 1514.

Em 1839 aparece na comarca de Braga; em 1852 na comarca de Pico de Regalados, e em 1853 na de Vila Verde.

Há uma freguesia com o nome de Goães no concelho de Amares que pertence à comarca de Vila Verde por decreto n.º 13.917 de 9 de Julho de 1927, ano em que foi extinta a comarca de Amares.

Junta de Freguesia: Presidente, António Manuel Lopes; secretário, José Rodrigues; tesoureiro, Albino José de Oliveira.

O snr. Presidente foi vereador da Câmara desde 1950 a 1957, tendo a esse tempo conseguido os seguintes melhoramentos para Goães: construção do novo cemitério paroquial, calçetamento de diversos caminhos e estradas e montagem da rede eléctrica a ser inaugurada brevemente.

A Junta, aspira às seguintes realizações: Construção de diversos fontanários e reparação de alguns caminhos.

Godinhaços

Foi uma vigairaria da apresentação do convento do Pópulo, de Braga, e pertenceu ao concelho de Penela, extinto em 1855. Beneficiou do foral de Penela, dado por D. Manuel em Lisboa.

Américo Costa diz existir nesta freguesia uma torre antiga que é obra dos mouros. Parece chamar-se torre de S. Mamede, e que um mouro fez para guardar uma sua amasia ou amante.

Esta freguesia, em 1839 aparece na comarca de Braga;

em 1852 na comarca de Pico de Regalados, e em 1862 na de Vila Verde.

A igreja paroquial de Godinhaços, sem estilo definido, tem na porta central a data de 1740. Possui dois altares de talha honrada e dourada dedicados, respectivamente às Almas e ao Coração de Jesus e uma imagem de pedra de Ausã de Nossa Senhora e o menino.

É pároco desta freguesia o Rev. P. e José Fernandes de Azevedo, ordenado em 1940 pelo Seminário Conciliar de Braga. Esteve como vigário cooperador na igreja Matriz de Viana do Castelo, vindo a ser colocado nesta freguesia em 1942.

Junta de Freguesia -- Presidente, Manuel da Rocha; secretário, Manuel Gonçalves dos Santos; tesoureiro, João Augusto Vilela.

Obras realizadas — Calçamento do caminho do lugar de Vila Meã.

A Junta pretende ver realizados os seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, montagem de um posto telefónico público, construção de uma estrada de ligação da Madalena à Portela do Vade, construção de um amplo edifício escolar, exploração e captação de águas abastecida por meio de fontanários e calçamento de alguns caminhos da freguesia.

Gomide

A antiga freguesia de S. Mamede de Gomide, era abadia da apresentação da mitra, couto da comenda de Chavão, da Ordem de Malta, no antigo concelho da vila de Pico de Regalados. Pertenceu ao concelho de Pico de Regalados, antes



Vila Verde — Gondiaes
Casa de Sarrazim



Vila Verde — Gondiaes
Capela da casa de Sarrazim

de ser extinto. Diz-se que foi aqui o solar da família Gomide, mais uma das tantas famílias nobres que viveram no território do actual concelho de Vila Verde.

Uns dizem que o primeiro que tomou este nome foi Gonçalo Lourenço de Gomide, outros Nuno Martins de Gomide. E se insistimos neste pormenor, é porque aquele Gonçalo Lourenço Gomide alguém diz ter sido este o primeiro senhor de Vila Verde, enquanto seu filho, João Gonçalves de Gomide teria sido segundo senhor. Veja-se este capítulo na parte de Vila Verde.

Pinho Leal diz que Gomide é corrupção de *Gomía*, palavra árabe. Era uma arma antiga, espécie de *faca de mato*.

É pároco nesta freguesia o Rev.º P.º Manuel de Braga Barbosa.

Junta de freguesia: Presidente, Acácio Augusto de Nogueira de Araújo; secretário, Manuel Marques; tesoureiro, Belmiro de Araújo Pimenta.

Obras realizadas: Estrada de Pico de Regalados a Gomide, construção da nova escola, calçetamento de diversos caminhos e limpeza periódica do cemitério paroquial.

A Junta pretende ver realizados os seguintes melhoramentos: Construção de diversos fontanários, prolongamento da estrada municipal até à igreja, electrificação da freguesia e montagem de um posto telefónico (já requisitado há 5 meses) e a reparação de vários caminhos públicos.

Gondiães

A antiga freguesia de S. Mamede de Gondiães era vigairaria anexa à abadia de S. Pedro de Esqueiros e da apre-

sentação da abadia no antigo concelho de Vila Garcia. Pertenceu ao antigo concelho de Pico de Regalados até à extinção deste.

Em tempos pretéritos, foi esta freguesia couto, instituído nos princípios da monarquia, ou mesmo pelo conde D. Henrique. Com o couto deu-se uma questão ou demanda, no reinado de D. Afonso III. Vivia aqui em solar próprio, uma dama mui devota, D. Berengueira (outros dizem Berengária), fundadora do mosteiro de Almoester. Parece que o couto lhe pertencia, ou a tal se julgava ela com direitos. Havia, porém em iguais pretensões Lourenço Anes Carneiro e sua mulher D. Maria Pires de Novais e estes venderam os pretendidos seus direitos a Afonso Vasques Pimentel e esposa. Indo os compradores tomar posse do couto, D. Berengária opôs embargo e levou a questão perante el-rei, o qual decidiu favorável aos seus interesses.

Fica em Gondiaães a Casa de Serrazim, solar do século XVIII, o melhor edifício no género do concelho. Foi fundador desta Casa Belchior de Sousa Barbosa, descendente dos Magalhães e Menezes, senhores da Barca. Seu filho, Paulo de Sousa Barbosa, 2.º administrador dos vinculos da Casa de Serrazim, foi capitão-mor do Pico de Regalados, sucedendo-lhe seu filho Francisco de Sousa Barbosa, também capitão-mor de Regalados e brigadeiro na guerra peninsular. Por casamento da dona desta casa, D. Teresa Carolina de Sousa Barbosa com o conselheiro de paz do reino Amaro Azevedo de Araújo e Gama que foi Presidente da Câmara de Vila Verde, cerca de 1900 e Governador Civil de Braga (Substituto) e um dos chefes do partido Regenerador bem como o seu primo visconde da Torre, ligou-se a esta casa

aos Azevedos Araújo Gamas, senhores das Quintas das Casas Novas em Santa Marinha de Aenris, em Ponte do Lima, por sua vez descendentes da Casa da Torre de Paisagem em Vitorino das Dornas, também concelho de Ponte do Lima.

É actual representante da Casa de Serrazim o sr. Amaro de Azevedo de Araújo e Fonseca de Sousa.

Da colecção de armaria existente nesta casa, citamos uma cota de malha medieval em arame de ferro, peça construída pelo sistema de entrelaçamento de aneis um tanto danificada, representando uma espécie de casaco com meia manga, aplicável sobre a armadura, e terminante sobre os coxotes num corte decorativo de formato triangular à semelhança das pelotes e outras obras da indumentária militar medieval. Numa das figuras do paimel dos cavaleiros do retábulo de S. Vicente, de Nuno Gonçalves — aquela que à cabeça se subrepõe à figura do arcebispo — veste uma cota de malha absolutamente igual — século XV.

Junta de Freguesia: Presidente, Domingos José da Silva; secretário, Alcino de Jesus Fernandes; tesoureiro, Domingos José de Sousa.

Obras realizadas: Construção da escola oficial, construção de um ramal da estrada do Pico a Revenda, reparação geral da igreja paroquial e calçamento de diversos caminhos da freguesia.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, exploração e captação de águas, calçamento de diversos caminhos (especialmente o da Estrada à Igreja Matriz), um fontanário e lavadouro públicos no lugar da Igreja e abertura de um caminho da Estrada ao lugar de Boucinhoas.

Gondomar

A antiga freguesia de Santo André de Gondomar, era abadia da apresentação dos Magalhães de Ponte da Barca, segundo Carvalho, que neste ponto está em desacordo com os que dizem, ser da apresentação de D. João Luis de Menezes em 1758, ou mesmo com os que dizem ser da apresentação particular, sem citar nomes. Antes tinha sido do padroado real.

Gondomar pertenceu ao concelho de Ponte da Barca, e passou para o de Pico de Regalados em 1853 onde se conservou até à extinção deste.

Em 1839 aparece na comarca de Ponte do Lima; em 1862 na comarca da Arcos de Valdevez; em 1862 na de Pico, e em 1878 na de Vila Verde.

Lage

A antiga freguesia de S. Julião da Lage, era abadia da apresentação do ordinário, no couto de Moure, na antiga comarca de Guimarães. Pertenceu ao extinto concelho de Prado até 1855, data da sua extinção. Em 1839 aparece na comarca de Braga, e em 1862 na de Vila Verde.

Alguém explica a seguinte fábula local sobre o nome da povoação: Arrebatada por uma águia certa raposa viu-se desamparada no espaço, solta das garras da ave. Descendo vertiginosamente sobre uma lage, gritou aflita: «Arreda lage que te parto».

A igreja paroquial, em estilo D. João V, é a mais ampla do concelho, sólida construção, com paredes de dois metros de espessura.

Junta de freguesia: Presidente, António Lopes; secretário, José Gonçalves Precioso; tesoureiro, Armindo da Silva.

A Junta deseja ver realizados os seguintes melhoramentos: reparação da ponte do lugar do Montinho, reparação do caminho da Barreirosa, calcetamento de diversos caminhos da freguesia, reparação de diversas fontes, arranjo do cemitério paroquial e electrificação da freguesia.

Lanhas

A antiga freguesia de S. Tomé de Lanhas, era vigairaria anexa à reitoria de Santiago de Caldelas e da apresentação do reitor, no antigo concelho de Vila Garcia e tinha 100.000 reis de côngrua e o pé de altar; passou mais tarde a reitoria.

Pertenceu ao antigo concelho de Pico de Regalados. Aproveitou do foral de Regalados, dado por D. Manuel em Lisboa em 1513.

Carvalho, diz que na igreja matriz desta freguesia há um cofre de relíquias, mas não se sabe de que que santos sejam, tanta é a sua antiguidade.

Em 1839 aparece na comarca de Braga; em 1853 na comarca do Pico, e em 1862 na de Vila Verde.

Loureira

A antiga freguesia de Santa Eulália de Loureira, era abadia da apresentação da mitra, no antigo concelho de Vila Chã, ao qual pertenceu até à sua extinção em 1855.

Em 1839 aparece na comarca de Braga; em 1855 na comarca de Pico de Regalados e no concelho de Vila Chã, e em 1826 no concelho e comarca de Vila Verde.

Junta de Freguesia — Presidente, João da Mota; secretário, António dos Prazeres Fernandes; tesoureiro, Manuel José Pinto.

Obras realizadas — Aquisição do terreno e construção da Escola Primária, construção do estradão desde a igreja à estrada nacional, construção do caminho desde a Venda a Campos.

A Junta deseja: A electrificação da freguesia, um posto público telefónico, reparação do cemitério, e reparação de diversos caminhos.

Marrancos

A antiga freguesia de S. Mamede de Marrancos, era curato anexo à abadia de Santiago de Arcozelo, no antigo concelho de Portela das Cabras, a este concelho tendo pertencido até à sua extinção em 1855. Foi incluída no foral de Penela dado por D. Manuel em 1514.

Diz alguém que esta freguesia esteve muitos anos anexa a Arcozelo.

É pároco o Rev.º P.º Alberto da Cunha Araújo.

Mós

A antiga freguesia de Santa Maria de Mós, era abadia da apresentação da Casa dos Magalhães, de Ponte da Barca, segundo uns, e ainda da Quinta do Sol, aquela com dois votos, esta com um, segundo outros.

Pertenceu ao extinto concelho de Pico de Regalados.

Moure

Dizem que o nome desta freguesia lhe vem de um grande castelo dos mouros, situado no monte Brito, com vestígios de uma cisterna e ruínas de muralhas. Muita desta pedra veio para a ponte de Prado. Esta freguesia pertenceu ao antigo concelho de Penela. Foi couto e chamava-se antigamente *Couto de Moure da Oliva*. O Conde D. Henrique e D. Tereza deram este couto a S. Geraldo, arcebispo de Braga em 1110.

Os moradores desta freguesia eram isentos da jurisdição real, sendo obrigados somente a irem à guerra quando fosse o arcebispo, mas eram obrigados a cavarem-lhe as vinhas que tinha em Braga. O arcebispo D. Diogo de Sousa mandou arrancar estas vinhas e fazer um campo, que por tal motivo se ficou chamando o *Campo da Vinha*, compondo-se com os habitantes de Moure, em lhe dar cada fogo, em troca daquela obrigação, 4 almudes de vinho. Haviam então 20 fogos, mas como a população se foi desenvolvendo, chegou a pensão a mais de 50 pipas por ano.

No lugar de Santo André, desta freguesia, há uma torre muito antiga, a qual D. Egas Pais de Penegate deu a S. Geraldo. Esta torre passou mais tarde aos Soares, senhores de Prado.

O mosteiro beneditino, que existiu nesta povoação, foi fundado por S. Martinho de Dume em 565. Vasco Mendes deu-lhe a igreja de S. Victor, em Braga, e a quinta que fora do bispo de S. Tiago (o actual Campo da Vinha) e para ali fundaram um convento que os mouros destruíram em 717. Nuno Forjaz da Silva o reedificou em 1031, e o deu aos fra-

des, ficando ele padroeiro. O padroado foi depois dado por Nuno Soares a S. Geraldo, e D. Afonso Henriques confirmou esta doação, e coutou-o no tempo do arcebispo D. Paio Mendes, irmão de D. Soeiro Mendes da Maia e do *Lidador*.

O autor deste escrito acrescenta que ainda no seu tempo, no sítio onde esteve o mosteiro se encontravam enterradas colunas e outras peças de cantaria de grande fábrica.

A história desta freguesia alcança os tempos mais remotos, a julgar da abundante riqueza arqueológica local, pelo depoimento toponímico e de mui antigas tradições monásticas como acabamos de ver. pois o convento de que falamos, foi um dos primeiros mosteiros do país da lei beneditina. A este mosteiro situa frei Leão de S. Tomás na ladeira do «monte Brito» e abaixo do castelo de Barbudo.

Parece que antes da fundação do mosteiro, já aqui existia uma igreja (antes do século V) dedicada a S. Vitouro (Victor) e que foi então que, cerca de 565, S. Martinho Dumiense decidiu fundar sobre a protecção do castelo de Barbudo um castelo de frades negros.

Parece que pelo século XV o mosteiro de Moure acabou por conversão em igreja secular; mas o povo afirma que a extinção se deve aos senhores de Gondomil, que se iam apossando a pouco e pouco dos baldios e mais terrenos que rodeavam o mosteiro. Já nos princípios do do século XVIII apenas existia ali uma pequena Capela, com uma torre também exígua, sem sinos — tudo desaparecido hoje.

Evocando o antigo concelho de Moure dos prelados braçarenses, resta uma casa que se diz ter sido a cadeia, bem como a casa da câmara e Pelourinho.

Por aqui passaram os franceses na sua rapacidade.



Vila Verde — Oleiros — Rev.º
P.º José Valentim Pereira Vilar



Vila Verde — Parada de Gatim
Rev.º P.º Hermenegildo de Araújo
Esteves



Vila Verde — Turiz — Rev.º P.º
João Cirilo da Mota Araújo



Junta de Freguesia: Presidente, José António de Arantes; secretário, José de Araújo Faria; tesoureiro, João Pereira Dias Ferraz.

Obras da Junta: Construção da igreja paroquial em colaboração com o povo da freguesia e reparação do caminho do lugar de Gondramaz.

A Junta deseja ver realizados os seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia (já em estudo), a construção de um novo edifício escolar, construção da residência paroquial, construção de uma estrada que ligue a estrada nacional com a freguesia de Carreiras (S. Tiago) e a montagem de um posto telefónico público.

Nevogilde

A antiga freguesia de Santa Maria de Nevogilde, era abadia de concurso e da apresentação da mitra no concelho de Vila Chã, tendo pertencido a este concelho até à sua extinção. Aproveitou do foral dado a Vila Chã por D. Manuel em Lisboa em 1514.

Existiram os barões de Nevogilde e viscondes condes de Nevogilde, cujo apelido não herdaram desta freguesia.

É regedor desta freguesia o sr. João Gonçalves Pinto, que desempenha este cargo com apurmo.

Junta de freguesia: Presidente, António Soares de Macedo; secretário, Albino José Lopes; tesoureiro, Custódio José da Silva.

Obras realizadas: Reparação de diversos caminhos e criação de uma nova escola com as obras do edifício prestes a entrar em curso.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: construção de uma estrada de Freiriz a Nevogilde, electrificação da freguesia, criação de um posto telefónico público, reparações de caminhos, construção de lavadouros, fontanários, etc.

Oleiros

Oleiros foi vigairaria da apresentação do abade de Cabanelas, passando depois a reitoria. Pertenceu ao concelho de Prado até ser extinto em 1855.

Houve nesta freguesia vestígios de fortificação mourisca.

É pároco desta freguesia, o Rev.º P.º José Valentim Pereira Vilar, formado em 1957 pelo Seminário Conciliar de Braga e colocado nesta freguesia em Dezembro do mesmo ano.

Junta de freguesia: Presidente, José Joaquim Faria; secretário, Manuel José de Queirós; tesoureiro, António Domingos Cachetas.

Obras realizadas: Pequena reparação do cemitério paroquial e reparação da Fonte de Ramil.

A Junta aspira pelos seguintes melhoramentos: electrificação da freguesia, aquisição de um posto telefónico público, construção de fontanários em diversos lugares da freguesia e reparação de vários caminhos.

Oriz (Santa Marinha) e Oriz (S. Miguel)

Oriz (Santa Marinha), foi uma abadia da apresentação da mitra e pertenceu ao concelho de Pico de Regalados até 1855; por sua vez Oriz (S. Miguel) foi uma vigairaria da apresen-



Vila Verde — Oriz
(S.ta Marinha) Interior da
Igreja paroquial



Vila Verde — Oriz
(S.ta Marinha) Rev. Pároco
Joaquim Correia de Castro
Lazere

tação do abade de Oriz (Santa Marinha) e pertenceu também ao concelho de Pico de Regalados.

Ambas estas freguesias já pertenceram à comarca de Braga, mais tarde à de Pico de Regalados e depois à de Vila Verde.

Diz-se Oriz (S. Miguel) era uma aldeia da freguesia de Santa Marinha de Oriz, razão porque o abade desta freguesia apresentava o vigário, da qual se desmembrou no século XVII.

Diz-se, ainda, que Oriz, — vem a ser — terra ou povoação dos ourives.

Almeida faz menção nesta freguesia de uma torre que pertenceu já à família dos Coimbras, de Braga, que mais parece ser para morada, que para defesa.

É pároco da freguesia de Oriz (Santa Marinha) o Reverendo P.^o Joaquim Correia de Castro Lazera, formado pelo Seminário Conciliar de Braga em 1939. Desde de 3 de Agosto de 1948 que paróquia esta freguesia.

Junta de Freguesia — Presidente, João José de Castro; secretário, José Carvalho da Fonseca; tesoureiro, Adelino Fernandes.

Obras realizadas — Construção de uma escola com o auxílio do Estado, reparação do caminho para a referida escola com participação da Câmara.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, montagem de um posto telefónico público, construção de fontanários nos diversos lugares da freguesia, conclusão do cemitério paroquial e arranjo de caminhos em muitos lugares.

Oriz (S. Miguel):

Junta de freguesia — Presidente, António Luiz Martins de

Melo Machado; secretário, António da Silva; tesoureiro, José Gonçalves Paredes.

Obras realizadas — Reparação da igreja paroquial e reparação do caminho que liga a igreja à estrada municipal.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, aquisição de um posto telefónico, construção de uma escola, construção de novos fontanários e lavadouros e reparação de diversos caminhos.

Parada de Gatim

A antiga freguesia de S. Salvador de Parada de Gatim, era abadia da apresentação da mitra e de concurso, no antigo concelho de Entre Homem e Cávado. Pertenceu ao extinto concelho de Prado até 1855.

Em 1839 aparece na comarca de Braga e no concelho de Prado; em 1862 na comarca e concelho de Vila Verde.

Há quem chame a esta freguesia, Parada de Gatém.

Os altares da igreja paroquial de Gatim são em talha de estilo barroco.

Diz-se que já existiu uma igreja românica, possivelmente desaparecida. E por informações do rev.º pároco Hermenegildo de Araújo Esteves, todas as imagens do culto da actual igreja são de relativo valor, havendo que mencionar especialmente a da S.ra do Rosário suposta, ao que parece, do século XVI.

Junta de freguesia: Presidente, Adriano da Cunha; secretário, Eugénio Coelho Ribeiro; Tesoureiro, António Araújo Santana.

Obras realizadas: Reparação da escola primária, monta-



Vila Verde — Pedregais
Casa da Madalena



Vila Verde — Pedregais — Mosteiro
dedicado a S. Bento
(Em construção)

gem de um posto telefónico público e calcetamento de diversos caminhos.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, (obra já orçada e em vias de realização) exploração e captação de água distribuída por fontanários.

Passó

Foi uma vigairaria anexa à comenda e reitoria de Adáu-fe e da apresentação do respectivo reitor, tendo passado a freguesia independente com o título de reitoria. Pertenceu ao concelho de Pico de Regalados, extinto, e aproveitou do foral dado a este concelho do Pico por D. Manuel.

Pertenceu apenas à comarca do Pico e mais tarde à de Vila Verde.

Alguns autores ainda se não referem a Passó, o que prova ser freguesia criada muito recentemente; outros dão-lhe o nome de Passô.

Junta de freguesia: Presidente, Sebastião José Gomes; secretário, António José de Araújo; tesoureiro, João Evangelista Pereira.

Obras realizadas: Reparação do caminho que liga Passó a S. Pedro de Valbom.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, criação de um posto telefónico público, ligação diária do correio com Valbom, construção de uma nova escola, exploração e captação de águas e reparação dos caminhos.

Pedregais

Esta freguesia vem registada no D.C. com o nome de Pedregães, o que é erro.

Pedregais, foi uma abadia da apresentação dos Castros de Roriz (condes de Resende), no antigo concelho de Portela das Cabras. Pertenceu ao extinto concelho de Penela até 1855.

Pinho Leal diz: «É nesta freguesia a casa de Santa Madalena. Foi representante dela, João Feio Soares de Azevedo, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Era filho de Francisco Xavier Soares de Azevedo, cavaleiro, conselheiro, etc.

A família desta casa pertenceu ao ramo da de S. Bento do Prado. É actual proprietário da chamada casa da Madalena, o sr. Egidio Ribeiro Sampaio.

Junta de Freguesia : Presidente, Manuel Joaquim Soares; secretário, João de Araújo; tesoureiro, Manuel Joaquim de Amorim.

Obras realizadas : Reparação dos caminhos do lugar de Pejeiro e Monte Sabroso, e do lugar do Paço a Pedregais. Em construção, encontra-se o santuário dedicado a S. Bento, obra esta orçada em 50.000\$00; reparação da escola oficial.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, montagem de um posto telefónico público (já requisitado), exploração e captação de águas para ser distribuída por fontanários, construção de uma nova escola, e reparação do cemitério paroquial.

Já quando havíamos fechado o capítulo da freguesia de Pedregais, o sr. Egidio Ribeiro, ofereceu-nos alguns aponta-



Vila Verde — Pico de Regalados — D. Maria de Jesus
Pimentel Nogueira, mãe do P.º Alfredo



Vila Verde — Pico de Regalados — P.º Alfredo Pimentel
Soares Nogueira, reunido com demais irmãos e irmãs,
vendo-se ao centro sua mãe

mentos curiosos que, dada a ocasião tardia, não puderam ser aqui incluídos. Deles concluimos, porém, que o facto de Pinho Leal chamar à Casa da Madalena, Casa de Santa Madalena se deve a existir junto desta casa uma capela com a invocação de Santa Madalena.

Penascals

Foi uma abadia da apresentação da mitra e pertenceu ao concelho de Aboim da Nóbrega, extinto em 1853. Passou ao concelho de Pico de Regalados que veio a ser extinto também em 1855. Aproveitou do foral de Nóbrega dado por D. Manuel em Lisboa a 24-X-1513.

Alguns trabalhos registam o nome da freguesia sob a grafia *Panascals*. E Viterbo diz que este nome significa campos cheios de erva e que se não lavram. A essa erva se chama ainda Panasco.

Pico de Regalados (S. Cristóvão) e Pico de Regalados (S. Paio)

Estas duas freguesias, Pico (S. Cristóvão) e Pico (S. Paio), hoje separadas, são o que constituía antigamente a vila de Pico de Regalados ou mesmo só Regalados como muitos autores lhe chamam. Foi como já muitas vezes tivemos ocasião de ver através deste livro, sede do concelho do mesmo nome, extinto por decreto de 24 de Outubro de 1855 e assim incorporada com as restantes freguesias que formavam o concelho, no concelho de Vila Verde. É terra muito antiga, e D. Manuel lhe deu foral a 13 de Novembro de 1513. Nesse mesmo foral se faz menção das seguintes terras: Ge-

me, Gondariz Lanhas, Paço, Prado, Sampaio de Mós, Santa Ovaia, S. Cristóvão, S. Vicenço, Sibões e Vilarinho.

Uma das razões mais apuradas a respeito da origem de Pico de Regalados é que, à parte ser um dos mais antigos concelhos e comarcas do reino, foi também lugar de almo-creves que levaram o trigo dos Arcos para Braga e ali mantinham casas de venda.

O Cadastro da População de 1527, diz que o concelho não tinha vila nem castelo, nem lugar junto; mas o que parece mais verosímil é que a origem deste antigo julgado tivesse sido um *castro*. — Havia um castro que fora de Pelágio Aires — diz certo documento: e isso prova a opinião anterior.

Segundo as Inquirições de 1258, o julgado de Regalados constava de 20 freguesias.

Diz-se que em tempos remotos, eram conhecidos os ódios entre os de Vieira e os de Pico de Regalados, e estes ódios mais se mostravam por ocasião da romagem da S.^a da Abadia. E quando o estribilho viva Vieira ou morra Regalados pairava no ar era pancadaria de «criar bicho».

Segundo o cadastro de 1257 o concelho de Regalados era pegado com o de Nóbrega e outros — diz Baptista de Lima, E que partia do norte com o termo da Nóbrega, e do poente com Penelas do Conde e de D. João, e assim com Vila Chã; e do nascente com Galiza, légua e meia, com terra de Araújo, e do sul com o concelho de Entre Homem e Cávado, pelo rio Homem abaixo, em meio.

Segundo Carvalho e outros autores D. Afonso Henriques fez couto este concelho, e o deu ao arcebispo de Braga D. Paio Mendes, muitos anos depois. Pedro Gomes de

Abreu, senhor do couto e casa de Abreu, e dos direitos reais de Vilas-Boas, é alcaide-mor de Lapela, teve este senhorio da vila e concelho. Vivia em Coucieiro. Era casado com D. Aldonça de Sousa. Dos descendentes saiu Pedro Gomes de Abreu, senhor de Regalados e de toda a casa de seu pai, que perdeu tudo por se passar a Castela, em 1640, e lá o fez D. Filipe IV *conde de Regalados*.

Revertendo estes senhorios à coroa, D. João IV, os deu a D. Gastão Coutinho; porém os irmãos de Pedro Gomes que se conservaram fieis à sua pátria, se opuseram a esta doação, ficando D. Gastão só com o senhorio de Regalados. Este D. Gastão também era descendente dos senhores de Regalados.

De tudo menos que o primeiro senhor de Regalados de maior nomeada deveria ser Pedro Gomes de Abreu que vivia em Coucieiro, terra coutada por D. Sancho I e D. Egas Pais, sendo muito possível que as gerações dos senhores de Regalados venham daí.

É notável que esta freguesia devia ter entrado na vasta doação feita da terra de Regalados, em 20-VII-1130, por D. Afonso Henriques ao arcebispo de Braga D. Paio Mendes «da Maia», pelas importantísimos serviços que este prestara por ocasião da insurreição nacional que desfechou na batalha de S. Mamede. D. Paio Mendes fora talvez o mais ardoso partidário da libertação portugalense e dos que mais decisivamente a determinaram.

Voltando, porém, ainda ao senhorio do Pico de Regalados, temos pois, que foram os Abreus, os senhores de Regalados mais conhecidos.

Como já vimos com a passagem para Castela do 7.º se-

nhor, Pedro Gomes de Abreu, este senhorio reverteu para a coroa. A despeito de outras opiniões foi depois de Leonel de Abreu e Lima, irmão do 7.º senhor que o reivindicou e obteve por sentença os morgados de Regalados e Coucieiro que passaram aos seus descendentes (condes de S. Martinho).

Casa do Povo de Pico de Regalados

A Casa do Povo de Pico de Regalados, foi fundada por alvará de 29 de Março de 1945. Os serviços da sede encontram-se instalados em edificio alugado, sendo-nos, pelos mesmos serviços, fornecidos os seguintes dados de estatística :

N.º de consultas a sócios, 711	} 1957
N.º de consultas a familiares, 562	

Nos cursos abertos nesta Casa do Povo, registou-se a seguinte frequência :

Curso de artesanato, bordados, costura, tecelagem, etc., 19 alunos; Curso familiar doméstico, 38.

Direcção: Presidente, Júlio Augusto Cerqueira; tesoureiro, Armando Manuel Cerqueira.

Escriturário: António Barbosa Duarte.

Assembleia Geral: Presidente, Alberto da Cruz Vieira; 1.º Vogal, Manuel Luiz Vilela da Mota; 2.º Vogal, António José Aires.

Presta serviço médico nesta Casa do Povo, o sr. Dr. António dos Santos Ferreira.

BODAS DE OURO do Rev. P. e Alfredo Pimentel Soares Nogueira.



Vila Verde — Pico de Regalados —
Rev. P.º Alfredo Pimentel Soares



Vila Verde — Pico de Regalados —
Igreja Paroquial

A freguesia de Pico de Regalados (S. Paio) vai comemorar no ano que decorre as bodas de ouro do Rev. P. e Alfredo Pimentel Soares Nogueira. Já que em função deste trabalho tivemos que visitar Pico de Regalados e no número das pessoas afectas às nossas relações entrou o P. e Alfredo, não podíamos deixar de nos referirmos aqui a tão espiritual acontecimento, grato, tanto para o bondoso sacerdote, como para a gente de Pico que há 31 anos o têm aqui curando espiritualmente a sua paróquia.

P.º Alfredo Pimentel, é filho de D. Maria de Jesus Pimentel Nogueira e Bento Soares Nogueira, e irmão de Abel António Soares Nogueira, capitão; P. e António Pimentel Soares Nogueira, falecido como missionário em Cabo Verde; D. Maria do Patrocínio Pimentel Soares Nogueira, casada na Casa do Loureiro, em Coucieiro; D. Olívia de Jesus Soares Nogueira Vieira, falecido no Brasil; Adelino António Soares Nogueira; Raul Soares Nogueira; Manuel Soares Nogueira; Amadeu Soares Nogueira; D. Lucinda Soares Nogueira, casada em Gondiaães; José Soares Nogueira, casado em Geme com D. Elvira Pereira Pimentel; D. Rosa Soares Nogueira, casada com José Santos Marques, em Geme; Américo Soares Nogueira; D. Alice Soares Nogueira; Bento Soares Nogueira, fundador da Caixa de Crédito Agrícola.

P.º Alfredo descende por linha genealógica de fidalgos portugueses. Foi primeiro conhecido desta família Gonçalo Pires de Araújo, fidalgo de geração, filho de Rui Fernandes de Araújo que serviu em África a el-rei D. Manuel e foi comendador da Ordem de Cristo. Casou em Porto de Mós com D. Branca Moniz da casa de Angeja e neto paterno do grande Paio Rodrigues de Araújo, senhor do Paço de Lobios,

chefe de família dos Araújo e de sua mulher D. Leonor Pereira de Barbudo, senhor do Paço da casa de Barbudo no extinto concelho de Vila Chã. Foi o dito Gonçalo Pires de Araújo da casa do cardeal D. Henrique, que lhe emprasou a quinta.

O segundo desta geração, foi Pedro Fernandes de Araújo, filho do acima citado e de sua mulher D. Leonor Dias de Araújo, serviu na Índia e foi cavaleiro fidalgo por alvará de 1558, capitão-mor de Moure e mais coutos da mitra.

O terceiro foi Domingos do Vale Pimentel, seguido pela seguinte ordem genealógica: Pedro Gomes de Abreu, casado com D. Inês de Azevedo, senhora da Quinta da Torre do Vilar, Amares, privilegiada da nobre família dos senhores de Azevedo e S. João de Rei; D. Cipriano de Albim de Lima, casada com Leonardo Pimentel Barbosa, senhor da quinta de Sá de Cima, em Geme, dos verdadeiros fidalgos Pimenteis, morgado de Limelhe; Manuel José Pimentel Barbosa, senhor da quinta de Sá de Cima, juiz ordinário em Regalados, como seu pai; Pedro José Pimentel Barbosa, senhor da quinta de Sá de Cima e juiz em Regalados, casou com D. Antónia Luiza de Oliveira Leitão, da quinta da Ribeira de Vale do Este e tiveram filho a José Joaquim dos Santos Pimentel.

Este José Joaquim dos Santos Pimentel, casou com D. Maria de Freitas e a ambos são os avós do P. e Alfredo, tendo aqueles por sua vez tido a D. Maria de Jesus Pimentel, mãe, como já vimos, do Rev. pároco de Pico de Regalados. O apelido de Nogueira que vem ao Rev. P. e Alfredo é do pai, este descendente da casa de Nogueira, de Gondomar.

O P. e Alfredo, frequentou o Seminário Conciliar de Braga e saiu pároco em 1906, vindo a rezar missa, apenas em 1908, ano em que completou os 22 anos que a lei canónica prescrevia para esse fim. Foi colocado, então, em Escariz (S. Martinho) onde se conservou durante 9 anos. Daqui, passou para Geme onde se conservou outros 9 anos, e finalmente para Regalados (S. Paio) onde se encontra há já 31.

Estes 50 anos de vida virtuosa e simples que comemora este ano são outros tantos anos de devoção ao serviço da Cruz. Através da sua vida de pároco exemplar, muitos queixumes da gente das paróquias que curou devem ter chegado ao seu coração enternecido. Para todos deve ter tido um lenitivo, a todos deve ter tido emprestado um tanto daquela bondade santa que lhe conhecemos. Estes cinquenta anos que passam das suas bodas de ouro, ficaram gravados no mundo, na alma do povo, nas próprias acções dos que receberam alguma vez o seu conselho amigo.

E o P. e Alfredo já só espera uma coisa: poder agradar um dia a Deus no Céu, como agradou aos homens na terra. *Junta de freguesia de Pico de Regalados (S. Paio)*: Presidente, Bernardo dos Santos Ferreira, secretário, Alberto da Cruz Viêira; tesoureiro, Elísio José de Freitas.

Obras realizadas: Construção da estrada da vila à igreja paroquial, arranjo da canalização do fontanário da vila do Pico, construção de um lavadouro na vila e um lavadouro-fontanário no lugar do Monte, empedramento de diversos caminhos vicinais, electrificação da vila, montagem de telefones, criação de uma cantina escolar, realização de diversas obras no Campo da Feira, etc.

Todos estes melhoramentos foram efectuados desde

1926 até esta data, convindo lembrar mais a construção do jardim público e o arranjo da iluminação pública. Em todos estes melhoramentos entraram participações da Câmara e do Estado e ainda a ajuda dos proprietários locais.

Junta de freguesia de Pico de Regalados (S. Cristóvão): Presidente, Casimiro José de Sousa; secretário, José Maria Vivas; tesoureiro, Manuel Barbosa.

Obras realizadas: Alargamento e calcetamento do caminho de Lonhado, calcetamento do caminho de Loureda e reconstrução do pontilhão do lugar da Boavista.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Construção de um edifício escolar, montagem de um posto telefónico público requisitado há já dois anos, reparação de diversos caminhos e construção de alguns fontanários públicos.

É pároco desta freguesia o Rev. P.e José Maria Barbosa.

Ponte

Esta freguesia também é conhecida pelos nomes de Ponte de Caldelas, Caldelas e Ponte de S. Vicente de Caldelas. Foi uma abadia da apresentação da mitra, no antigo conselho de Pico de Regalados, a que pertenceu até à sua extinção. Fica na área da freguesia o monte e castro de S. João onde existem ruínas de fortificações antigas, e uma cova furada, longa e alta, que dizem chegar ao rio homem, na extensão de um quarto de légua.

Junta de freguesia: Presidente, Manuel de Amorim Machado; secretário, José Alves Ferreira; tesoureiro, António da Silva.

Obras realizadas: Reparação dos diversos caminhos da freguesia, construção de fontes em diversos lugares da freguesia, fontes reparadas, construção de uma nova escola com fontanário privativo, montagem de um posto telefónico público, compra dos sinos para a igreja paroquial na valor de 90.000\$00, distribuição da consoada do natal constituída por agasalhos e alimentos aos pobres da freguesia.

A Junta aspira aos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, ligação da estrada municipal do lugar do Cabo à Ponte de Caldelas e construção de uma escola no lugar da Vila de Baixo.

Portela das Cabras

Parece que o nome de Portela das Cabras, veio a esta freguesia pelo facto de criar bastante gado miúdo, especialmente cabras.

Teve foral velho dado por D. Afonso III em Santarém— afirma Pinho Leal — e nele se dá a esta freguesia o nome de Portela dos Leitões. Na opinião do mesmo autor teria sido dos Castros, senhores de Albergaria, tendo passado mais tarde para a casa de Bragança.

Também Portela das Cabras foi cabeça de um concelho extinto, e curato anexo a S. Miguel das Carreiras e da apresentação do abade desta freguesia. Tornou-se independente com o título de vigairaria.

Depois de extinta Portela, como concelho, pertenceu como freguesia já, em 1840 ao concelho de Penela, tendo passado para o de Vila Verde em 1855.

Há quem ponha dúvida que Portela dos Leitões, fosse,

realmente, Portela da Cabras. Sendo assim, forçoso é não mencionar o foral acima referido.

Prado (Santa Maria)

A freguesia de Prado (Santa Maria) foi vila e sede do julgado de Prado. Este pequeno julgado medieval correspondia a uma parte dos actuais concelhos de Barcelos e Vila Verde, entre os Rios Cávado e Neiva, e cuja cabeça era a vila da Prado, na paróquia de Santiago de Francelos. Actualmente, invertida a situação, encontra-se desde há muito extinta esta freguesia, sendo Francelos um lugar da de Santa Maria do Prado, entretanto erecta. Em 1220 o julgado do Prado compunha-se de 16 paróquias.

A vila do Prado deve possuir uma origem bem remota. Supõe-se que já existia no tempo dos romanos e que por ali passava uma das vias de Braga a Astorga, como se depreende dos fragmentos de marcos miliários achados em diferentes épocas. E assim com o decorrer dos anos aparece D. Afonso Henriques em 1132, doando um quarta da igreja de S. Pedro de Moure, julgado do Prado, ao seu grande auxiliar na libertação portugalense, o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes «da Maia»; e, meio ano depois, 1133, dá-lhe certos bens destinados ao mosteiro de Santo António, em terra do Prado. Mas as raízes deste julgado medieval, estendem-se como há fortes razões em crê-lo, até ao tempo dos romanos. Para além dos marcos miliários já citados, houve um outro encontrado a quando da reconstrução da ponte sobre o Cávado, que tinha uma inscrição que, traduzida, dizia: «O imperador Augusto César, filho de Diyo Au-



Vila Verde — Prado
Cónego Domingos Peixoto da
Costa e Silva (Arcipreste)



Vila Verde — Prado
União Cerâmica dos Carva-
lhinhos



Vila Verde — Prado
Balança de Pesagem do Sr.
Vieira Braga



gusto, Pontífice Máximo, quinze vezes cônsul, treze vezes tribuno e trinta e quatro pai da Pátria. Daqui a Braga 4.000 passos».

E isto e tantos outros elementos que se poderiam citar provam a muita antiguidade de Prado.

Também a ponte do Prado é antiquíssima e sobre ela existe a seguinte lenda: Quando os reis de Leão o eram também de Portugal e Galiza, um deles, estando em Braga se enamorou de uma ilustre dona, chamada Branca Guterres da Silva, senhora da Vila do Prado, e aqui residente. Como a ponte do Prado estivesse arruinada, o tal rei a mandou reedificar, para, sem obstáculos, poder a toda a hora visitar a dama dos seus pensamentos. Consta que deste rei e de D. Branca procede a ilustre família dos Prados, e que por isso traziam as mesmas armas que os Silvas, mudando sòmente a côr do leão, em negro, para denotar que a escuridão da noite encobria estes amores.

O certo — diz alguém — é que em 1510 houve no Cávado uma grande cheia que demoliu esta ponte, achando-se então, nas ruínas, uma pedra com esta inscrição: *Blanca et Blancae et Rexis Legionis Fecerunt*. Esta Pedra prova a verdade da tradição dos amores do tal rei leonês com D. Branca Guterres da Silva.

Se tudo é verdade o rei leonês pode ser Afonso VI, e ela (a dama) irmã do maiorino português D. Paio Guterres da Silva que viveu do século XI para o XII.

Sobre a idade da ponte, supõem alguns autores que remonta também ao tempo dos romanos, mas parece mais verosímil datar apenas da idade-média, e ter sido construída sobre os fundamentos de uma ponte romana, que os séculos

teriam destruído. A ponte do Prado é considerada Monumento Nacional.

Prado pertenceu à Ordem dos Templários e depois à de Cristo. Segundo Carvalho, D. Afonso III deu-lhe foral em 1260; e beneficiou do foral dado por D. Munuel a Pico de Regalados. Foram seus donatários os condes de Prado.

Até 1834 teve capitão-mór com quatro companhias de ordenanças.

No Prado se feriu, em 5 de Fevereiro, de 1827, um violento combate entre as tropas liberais e as do marquês de Chaves, general miguelista, e se iniciou mais tarde a revolta da Maria da Fonte, a 15 de Abril de 1846, a qual começou pela queima dos papéis da décima, vulgarmente designados *papeletas dos Cabrais*.

Dos seus melhores monumentos destaca-se o pelourinho do século XV. Tem armas de D. Manuel e a esfera armilar.

O concelho do Prado foi extinto em 24-X-1855 e as suas freguesias atribuídas aos concelhos de Barcelos, Braga e Vila Verde, desaparecendo assim este representante do velho julgado ou «terra» medieval.

O primeiro *conde do Prado* foi D. Pedro de Sousa, 2.º senhor de Beringel e da via de Prado: o último foi a condessa D. Isabel da Silveira e Lorena. Também marquesa de Minas.

Foram os condes do Prado os mais conhecidos donatários da vila, tendo começado o senhorio em D. Pedro de Sousa. Este foi-lhe dado por D. João III em recompensa dos grandes serviços prestados nas guerras de África. Aquele D. Pedro descendia de Martim Afonso Chichorro, filho bastardo de D. Afonso III e D. Inês Lourenço de Sousa, da



*Vila Verde — Prado — Casa
do Povo*



*Vila Verde — Prado — Pelou-
rinho (Monumento Nacional)*

nobilíssima família dos Sousas, de onde procedem os condes do Prado e outras famílias ilustres.

Casa do Povo: Foi esta Casa do Povo fundada por alvará de 20 de Abril de 1943.

Segundo os números de estatística a Casa do Povo de Prado despendiu durante 1957 as seguintes importâncias com previdência e assistência:

Em medicamentos e médico . . .	15.423\$90
Em subsídios eventuais	1.000\$00
Em subsídios por morte	650\$00
Em subsídios de inválidos . . .	2.400\$00
Em subsídios por nascimento . . .	680\$00

Pussui 664 sócios das duas classes, bem como mais 51 sócios protectores, aos quais prestou durante o ano transacto, 317 consultas.

Assembleia Geral: Presidente, António Pereira Lima; 1.º vogal, Francisco Vieira; 2.º vogal, João Ferreira da Silva.

Direcção: Presidente, José Manuel Fernandes Gomes; secretário, José Gaspar Pacheco de Quirós; tesoureiro, Francisco Manuel Gonçalves.

Presta serviço clínico nesta Casa do Povo a sra. Dra. Maria Amélia Alves dos Santos.

Dentro das actividades culturais e desportivas e de recreio desta instituição estão, o Grupo Desportivo com campo próprio, a biblioteca e a prática de jogos numa sala própria como, bilhar, ping-pong, etc.

Das instalações de Casa do Povo parte um consultório médico moderno e bem apetrechado.

Escriturário : Anibal Cerqueira da Silva.

Asilo Inválidos do Trabalho: — Foi fundado este Asilo a 6 de Janeiro de 1929 e inaugurado no mesmo ano.

Salão Paroquial: — Inaugurado em 1957 presidiu durante muitos anos em Prado o sr. Dr. Gaspar Fernandes de Macedo, médico distinto e republicano de convicções assaz conhecidas. Foi presidente da Câmara de Vila Verde após a queda da monarquia e à sua obra se deve iluminação pública da vila de Prado, ainda pelo sistema de carboneto e a criação de um jardim local. Faleceu em 1948.

Cónego Domingos Peixoto da Costa e Silva: — É o actual arcipreste do concelho de Vila Verde. Nasceu em Palmeira, no concelho de Braga, no ano de 1879 e vive em Prado.

Foi nomeado arcipreste em 15-12-1933, curando esta freguesia há já 36 anos.

Dr. Francisco António Gonçalves: — Um ilustre filho de Prado de quem já falamos no capítulo da vila de Vila Verde.

Junta de Freguesia: — Presidente, Francisco Vieira; secretário, Manuel Fernandes do Lago; tesoureiro, António Domingues Ferreira.

Obras realizadas: Reparação do cemitério paroquial, reparação do caminho das Caldas e electrificação deste lugar e criação de um posto da G.N.R..

A criação deste posto ficou-se devendo ao actual vereador de Prado em ligação com o Presidente da Junta. Também a construção de um edifício do C.T.T. bem como outros melhoramentos se ficaram devendo ao sr. Dr. Francisco António Gonçalves.

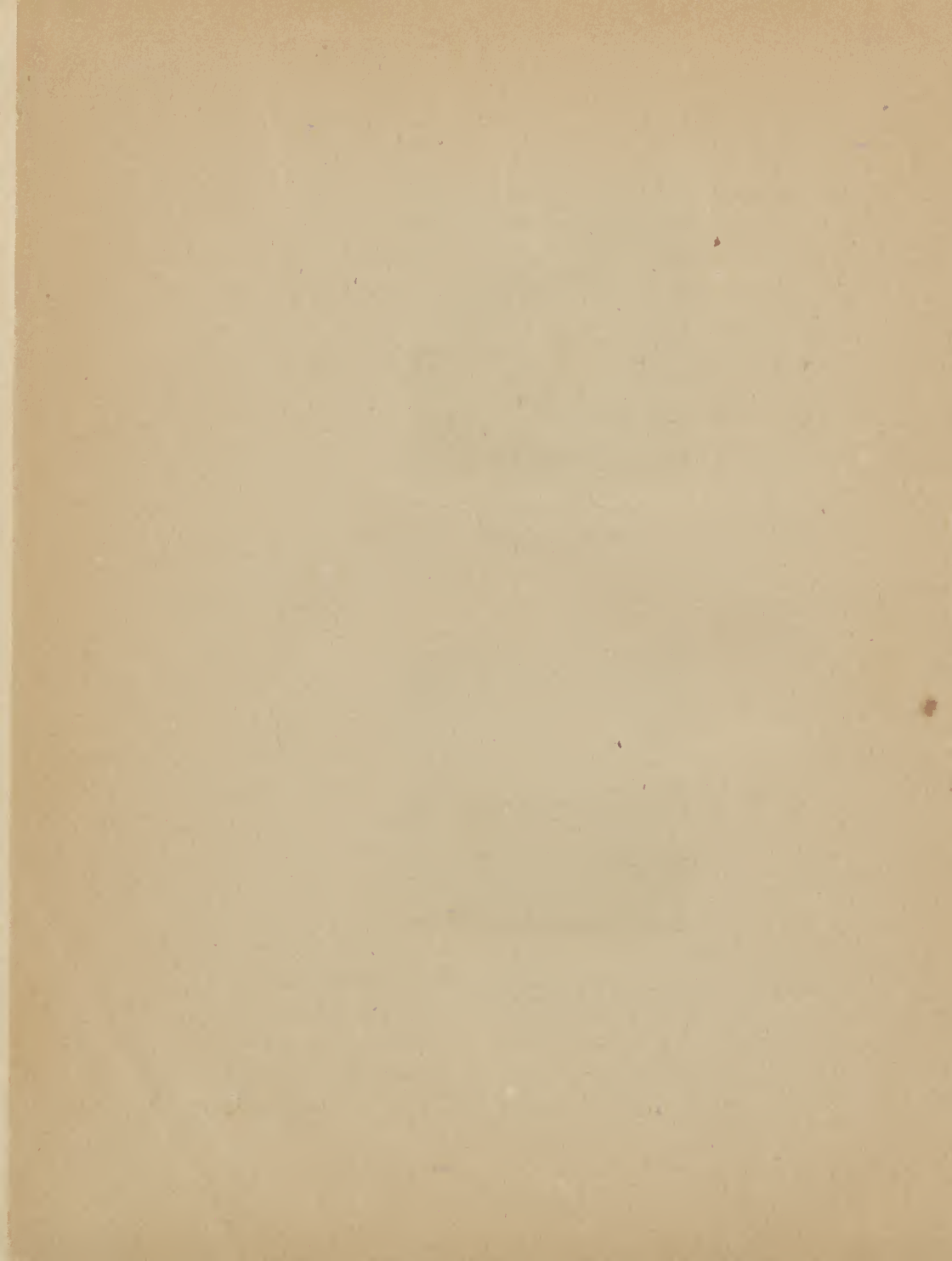
A Junta deseja: comprar um motor de rega para o jardim, abastecer de água a vila, mandar demolir alguns prédios



Vila Verde — Prado — Edifi-
cio dos Correios



Vila Verde — Prado — Ponte
sobre o Cávado (Monumento
Nacional)



na Rua Comendador Sousa Lima para ali mandar construir um moderno edificio de moradias económicas e reparar diversos caminhos da freguesia e criar um horto de flores para o jardim da vila.

É regedor da freguesia, o sr. Bento Cerqueira da Silva.

Casa das Fontainhas: É uma das mais ilustres casas de Prado. Fazemos-lhe referência por consideração com a Sr.^a D. Irene Gama da Costa Reis Nogueira Passos pois não podemos alargar tanto o âmbito deste trabalho.

Prado (S. Miguel)

Esta outra freguesia com o nome de Prado também, tem por orago S. Miguel. Era abadia da apresentação da mitra no concelho de Pico de Regalados.

Rio Mau

Esta freguesia pertenceu primeiro ao concelho de Portela das Cabras. Em 1839 já pertencia ao de Penela do qual passou para o de Vila Verde. Aproveitou do foral dado a Penela por D. Manuel. Parece que já existia do século XII para o XIII.

O principal topónimo, Rio Mau, derivou de ribeiro (*latino ribu* —) local, caracterizado pela impetuosidade (temporária ou permanente) das águas ou pela má qualidade destas — o que, defendendo de factores geológicos, pode não suceder hoje.

Foi uma abadia da renúncia da apresentação da mitra. E' pároco da freguesia o Rev. P. e Manuel Agostinho da Silva, ordenado pelo Seminário Conciliar de Braga em 1946. É natural

de Sande (S. Martinho), Guimarães, e foi colocado nesta freguesia depois de ter estado em Portela e Carreiras.

A igreja paroquial, segundo informações do pároco, tem altares de estilo renascença, sendo o altar-mor em estilo D. João V. Há nesta igreja ainda um Cristo de prata de real valor.

Todos os anos se realiza em Rio Mau uma festa dedicada a S. Martinho e S. Bento da Ermida, na capela que fica no lugar do monte, cuja capela tem a data da reedificação de 1646.

Junta da Freguesia: Presidente, professor Artur de Abreu; secretário, Joaquim José Barreto de Araujo Neiva; tesoureiro, Casimiro Fernando Dantas.

Obras realizadas: Construção de diversas fontes, reparação da igreja e residência paroquial, calcetamento de caminhos diversos e montagem de um posto publico telefónico. Está ainda a electrificação da freguesia para a qual se está procedendo já à montagem dos respectivos postes.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Reparação do cemitério paroquial, construção de uma estrada desde esta freguesia a Arnais (Ponte do Lima), construção de uma escola e canstrução de outras fontes.

Sabariz

Sabariz pertencia em 1840 ao concelho de Pico de Regalados. Esta povoação existia já em 1078, pois nesta data Froila Cresconis doou a Sé de Braga uma herdade que ali possuía. Em 1099, a mesma Sé emprazou-a a Paio Cresconis, filho da doadora, e a sua mulher D. Flámula.

Sabariz foi couto de Pedro Fernandes de Cambra, por este ter casado com D. Maria Ourigues da Nóbrega, filha de D. Ourigo da Nóbrega, chamado o *Velho*.



Vila Verde — Rio Mau
Rev. Padre Manuel Agostinho
da Silva



Vila Verde — Rio Mau
Igreja Paroquial

Os seus descendentes trocaram-no por uma quinta e alguns casais que o mosteiro de Rendufe tinha perto de Braga.

Diz-se que houve nesta freguesia uma casa-torre de que foi senhor Martim de Guimarães, na qual sucedeu sua filha, D. Inês de Guimarães mulher de Pero de Araújo.

É pároco desta freguesia o Rev. P.^o Alfredo de Araújo Santana, formado em 1944 pelo Seminário Conciliar de Braga e neste mesmo ano colocado em Sabariz.

Trabalhou para a construção da residência paroquial, torre da igreja, sacristia, douramento de todos os altares, electrificação da freguesia, tendo-se gastado em tudo à volta de 200.000\$00.

Junta da Freguesia: Presidente, João da Silva Pereira; secretário, João José Soares; tesoureiro, Francisco José de Oliveira.

Obras realizadas: Construção do novo edifício escolar, abertura do troço de estrada que liga a Estrada Nacional do lugar de Arinho à Igreja, reparação da igreja paroquial, de cujas obras faz parte a construção da torre, sacristia e um salão paroquial.

Os membros da junta da Comissão Fabríqueira que conseguiram os melhoramentos na igreja paroquial, foram os seguintes: Presidente, Rev. P.^o Alfredo Araújo Santana; secretário, João da Silva Pereira; tesoureiro, João José Soares. Vogais: Francisco José de Oliveira, Américo Exposto, António Joaquim Ribeiro e Domingos José da Silva. Em 1952, procedeu-se ainda à electrificação da igreja e residência paroquial, electrificação do lugar de Fundo de Vila e Igreja.

A Junta da Freguesia aspira aos seguintes melhoramentos: Criação de um posto telefónico público, continuação do troço de estrada ligando a Santo Isídoro para o que só falta a devida participação do Estado, construção de novos fontanários, cal-

çamento de diversos caminhos públicos e reparação do cemitério paroquial.

Em Sabariz realizava-se anualmente, no 1.º domingo de Setembro, uma festa de muita devoção do povo a N.ª do Perpétuo Socorro.

Sande

Supõe-se ser Sande, freguesia muito antiga, dadas as fortificações castrejas, de que são uma reminiscência os topónimos castros, na vizinha freguesia de Gondoriz, e Anta na mesma, freguesia, etc.

A paróquia de Santa Eulália (Ovaia) de Sande, foi uma das que constituíram a «terra» ou jugado medieval de Regalados, que teve por sucessor o concelho de Pico de Regalados, a que esta freguesia, naturalmente, pertenceu por isso mesmo.

Diz alguém que o primeiro nome desta freguesia, foi *Babo*, corrupção de *Babon* substantivo árabe. Sande, é corrupção do substantivo hebraico *Sandel*. O mesmo autor afirma ainda, supor, ter ficado aqui o solar dos Barros, que foram em tempos antigos padroeiros desta igreja. De outro modo, alguém, explica: «Um fidalgo, parece que dos «de Barros», Rui Viegas, doou à igreja de Santa Eulália, antes de 1258, certos bens, que comprara aqui a herdadores. Muitos habitantes das freguesias escusavam-se em 1258, do foro à coroa, por terem criado vários filhos de Estevão Viegas e Rui Viegas (decerto dos «de Barros» e parece que com morada na freguesia), de Afonso Peres «de Barros» e Estevão Rodrigues, e de vários fidalgos de chamadouro Calvete e Murrinha (Estevão «Murrinha», Pedro «Calvete», Fernando «Calvete»). A igreja, não era, então, do padroado real.



Vila Verde — Sabariz — Rev.º
P.º Alfredo de Araújo Santana



Vila Verde — Sabariz
Igreja Paroquial

Sande teve diversos privilégios em épocas remotas (século XIII) como fossadeiras, a entrovscada (pesca senhorial e do rei), a «vida (refeição) ao mordomo, «quando lha querem dar» os moradores (o que não era privilégio muito vulgar) lutuosa quando alguém morria sem senhor.

Segundo informações do Rev. P.^o Salvador Araújo de Sousa existe defrente da igreja paroquial a chamada quinta da Penha, com ligação com a antiga casa de Britiande de Ponte do Lima. Esta ligação resultou do casamento de Lopo Pereira, da Casa da Torre de Britiande, com D. Leonor Nunes de Barros, filha herdeira de Gonçalo de Barros que foi senhor da honra de Valbom (S. Martinho) no termo de Regalados, que lhe trouxe por casamento a quinta da Penha que em 1868 passou para Lourenço de Sousa.

Por uma linha sucessiva de possuidores a quinta da Penha chegou a pertencer à marquesa da Bemposta, de Viseu, e mais tarde ao snr. José Fradique de Melo Meneses e Castro, conservador do registo civil em S. Pedro do Sul, e esposa D. Maria Zulmira de Lima Henriques de Melo e Castro.

Carvalho dá a entender que esta quinta foi fazenda Real no tempo de D. Sebastião e seu sucessor o cardeal D. Henrique, na parte em que diz: Lopo Pereira ao falecer deixou as contas mal ajustadas por o que os ministros reais insistiram com a segunda mulher deste, Inês Pinto para que ela pagasse as dívidas que tinha.

Esta foi ter com D. Sebastião, e este perdoou-lhe metade, Então o cardeal D. Henrique disse ao novo rei: «à rapaz que te perdes». D. Sebastião ao ouvir isto, perdoou-lhe tudo. Inês Pinto durante alguns anos mais que viveu comprou outras propriedades e adquiriu novos bens, entre os quais mandou

construir a Torre de Brtiande. A quinta da Penha, pertence actualmente ao P.º Salvador Araújo de Sousa.

Junta da Freguesia: Presidente, Jeremias César da Silva; secretário, Bernardino Meireles; tesoureiro, António de Araújo.

Obras realizadas: Só depois de 1930 a freguesia de Sande tomou acentuado incremento, e isso devido aos srs. Abade Jeremias César Rodrigues Peixoto e Alberto Peixoto de Amorim. Assim a primeira obra que lhe se ficou devendo, foi a da abertura da estrada de Coucieiro a Sande. Tendo emigrado para o Brasil, o sr. Peixoto de Amorim não esqueceu a terra natal e então, graças a uma importância que entregou ao rev. abade Jeremias, foi possível realizar-se a obra da referida estrada. Parece que Sande ficou devendo muito ao sr. Dr. Francisco António Gonçalves e major Henrique José Alves.

Presentemente está em vias de ser inaugurada a electrificação da freguesia, bem como a inauguração de uma escola do plano dos centenários; esta devida ao sr. Dr. António dos Santos Ferreira, actual presidente da Câmara, a quem o povo de Sande está imensamente grato.

A Junta anseia: Reparar diversos caminhos da freguesia, construir algumas fontes e abrir uma estrada desta freguesia até à Portela do Vade.

Soutelo

De Soutelo, diz alguém: *A paróquia de S. Miguel de Soutelo é anterior ao século XII como instituição, o que se explicará não só pelo remoto do seu povoamento mas ainda pela paralela existência, no seu termo, de vários templos, mais ou menos importantes, documentados para muito antes do século XI. Raras



Vila Verde — Soutelo — Mosteiro de
Nossa Senhora do Alivio



Vila Verde — Soutelo - Igreja Paroquial

freguesias do país possuem uma toponímia tão rica e abundante como esta, indicando, quer por espécies extintas, quer pelas actuais (sendo estas também antigas, historicamente equivaliam-se estas e aquelas), tal antiguidade de povoamento local. Nas vizinhanças de Soutelo, houve um Castro, a que se refere um documento do século XI, que o denomina Castro Seco.

O lugar principal desta freguesia, pelo menos historicamente, foi sempre Larim. No testamento que em 959 fez a fundadora do mosteiro de Guimarães, condessa Mumadona, àquele mosteiro, das suas «villas», há um passo respeitante a este lugar, pelo qual se fica sabendo que a «villa» de Lalim fora do rei leonês Ramiro II (m. em 950) e que esta a dera a seu tio, conde D. Ximeno, por outra situada cerca do Douro. Por outras razões se crê, porém, que Lalim fosse parte da coroa leonesa e parte do conde D. Diogo Fernandes e de sua esposa condessa D. Oneca. Estes condes são os pais de D. Mumadona e D. Ximeno.

O mosteiro de Lalim é expressamente citado num documento de 1053, que trata da solução dada pelo maiorino de Fernando I o Magno de Leão, Diogo Troitosendes, ao conflito entre o abade do mosteiro de Guimarães e D. Elena Gonçalves.

Em 12-VIII-1372, o rei D. Fernando deu Vila Chã e Larim a Afonso Rodrigues de Magalhães; mas o mesmo rei, já por carta de 24-V-1373, entregou os direitos reais a Fernão Gomes da Silva.

O autor do Portugal, dá nota em Soutelo, da *Torre de Soutelo*, que pertencia ao seu tempo ao sr. João Feio de Magalhães Coutinho, fidalgo da casa real, etc., feito 1.º barão da Torre (desta) em 13 de Agosto de 1847 e 1.º visconde do mesmo título, em 3 de Agosto de 1870. Era irmão do sr. António Feio de

Magalhães Coutinho, feito 1.º barão de Soutelo, em 18 de Janeiro de 1872.

A igreja matriz, é uma das melhores da comarca.

Tem sobre o muro do adro, várias figuras de pedra, de boa escultura. Tem um grande cruzeiro, com as estátuas dos quatro evangelistas, feitas de óptimo granito.

Junta de Freguesia: Presidente, António Joaquim Martins; secretário, António Joaquim Dias; tesoureiro, Inácio da Costa.

Obras realizadas: Captação e exploração de águas e construção de quatro fontanários públicos, obras estas que ficaram por cerca de 450.000\$00, participadas pela Câmara e Fundo de Desemprego.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Construção de um edifício escolar no lugar do Alívio, construção de um ramal de estrada do Cruzeiro à freguesia da Lage, continuação da estrada de Burgueiros a Fundo de Vila e uma reparação da fonte de Larim.

Travassós

A freguesia de Travassós no antigo concelho de Vila Chã, era vigairaria anexa à abadia de Rio Mau e da apresentação do abade. Mais tarde tornou-se independente com o título de reitoria. Em 1840 pertencia ao extinto concelho de Vila Chã.

Logo no primeiro período da monarquia, talvez já antes do século XII, instituída é, a «collactione Sancti Martini de Travazos» ou de Travázos Vila Chã, como lhe chamam as Inquirições de 1220 a 1258, uma das constituintes do pequeno julgado ou «terra» medieval de Vila Chã, embora em 1220 apareça «julgada» pelo juiz de Bouro, momentâneamente, por qualquer con-



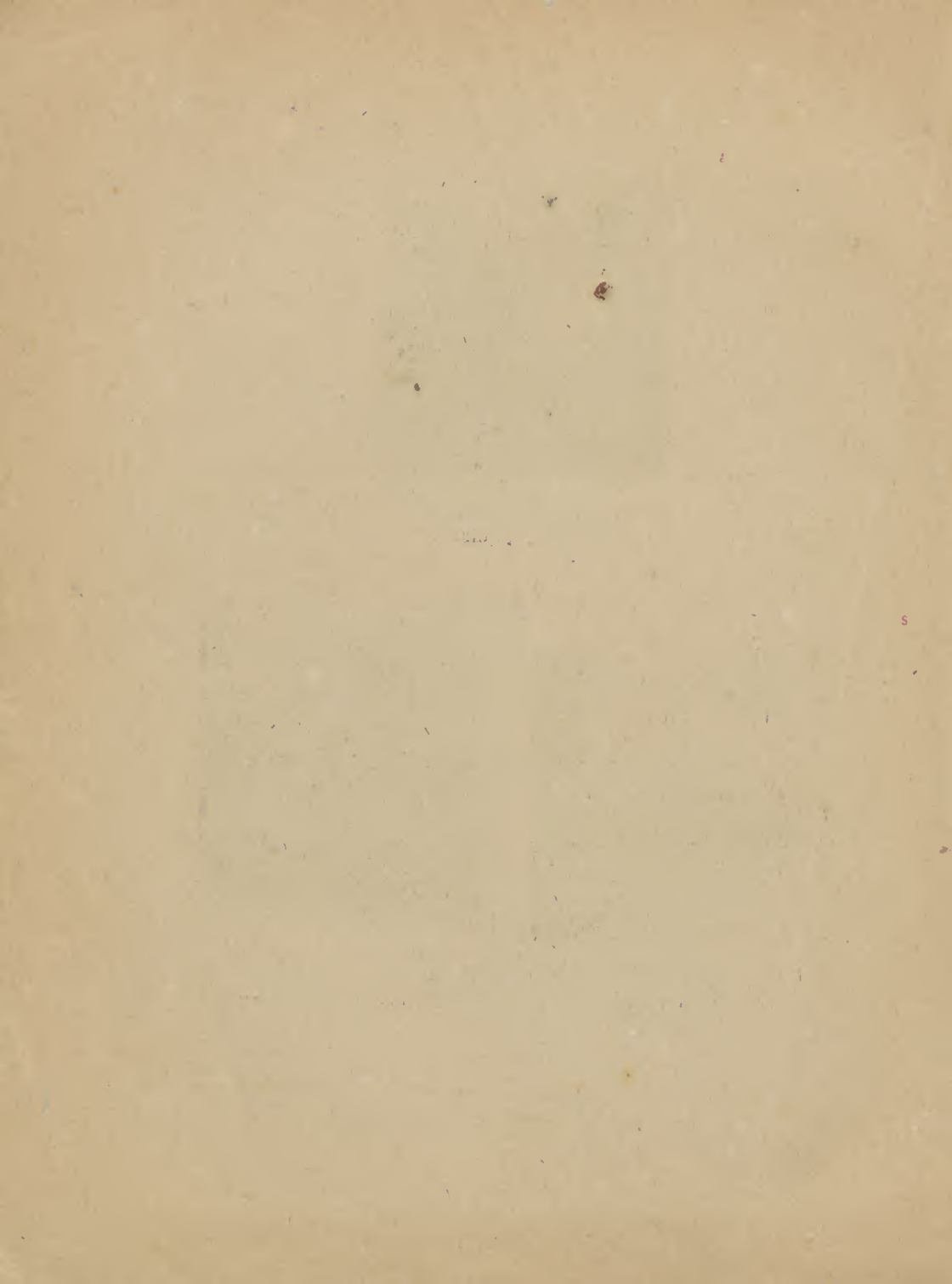
Vila Verde — Travassós
Igreja paroquial



Vila Verde — Travassós
Casa da Vinha Nova



Vila Verde — Travassós
Lagar de Azeite do Senhor
António José Pinheiro



veniência ou anomalia de administração pública. O povoamento é evidenciado remotíssimo pela própria toponímia, já não considerando a lição do topónimo Travassós e sem distinção de nomes antigos ou subsistentes: o chamado castelo de Milmanda, já citado nas Inquirições de D. Afonso III, é, na origem, certamente, um castro e, talvez, a «civitas» que originou a existência de Vila Verde, se mesmo se não alicerçou sobre ele qualquer castelo mais ou menos importante da Reconquista, cabeça de «terra» inicialmente, ou antes da Nacionalidade.

A igreja de S. Martinho, deve ter sido constituída antes da Nacionalidade, pois aparece referenciada em diversos documentos do século XII como de certo modo, já antiga.

Junta de Freguesia: Presidente, Marcelino Alamilo Soares de Sousa; secretário, José Joaquim da Cruz Pereira; tesoureiro, Evaristo Marques Pinheiro.

Obras realizadas: Construção de um novo cemitério paroquial, construção de um fontanário no lugar de Vargiela e calçamento da estrada que vai da Igreja ao lugar da Estrada.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Reparação de diversos caminhos e montagem de um posto público telefónico no lugar da Igreja.

Turiz

A antiga freguesia de Santa Maria de Turiz, no extinto concelho de Larim, era abadia da apresentação dos Barros, segundo o P. e Carvalho. A Estatística paroquial, diz que era da apresentação alternativa dos Lobos, Calheiros e de Cristóvão de Almeida. Em 1840 pertencia ao extinto concelho de Vila Chã.

O território desta freguesia, propriamente o local denominado Turiz, é dos mais remotamente documentados entre nós, visto

que figura nos nossos mais antigos diplomas latino-portugueses (século X).

A «vila» de Turiz, parece que totalmente, foi pertença, na primeira metade do século XI, dos condes Ermenegildo Gonçalves e D. Mumadona Dias. É natural supôr-se que Turiz fora herdada pelo conde Ermenegildo de seus pais, o conde Gonçalo Betotes e sua mulher, a condessa D. Teresa Eres (segunda metade do século IX), e talvez houvesse sido desta por herança paterna, dada a alta preponderância portugalense de seu pai, o conde D. Ero Fernandes, esposo da condessa D. Adosinda e condessa D. Elvira (segunda mulher).

É pároco da freguesia, o Rev. P. e João Cirilo da Mota Araújo que paroquia esta freguesia desde 1949.

Junta da Freguesia: Presidente, Luiz Fernandes Pereira Machado; secretário, António Augusto Soares Dias; tesoureiro, António Machado.

Obras realizadas: Construção do caminho da Fonte de Covas ao lugar de Arca.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Construção de um edificio escolar, construção de duas estradas, respectivamente, da fonte de Covas ao lugar da Ramada e de S. Simão ao lugar de Pombal, electrificação da freguesia, montagem de um posto telefónico e a construção de diversos fontanários.

Valbom (S. Pedro)

É de instituição paroquial do século XIII a freguesia de Valbom (S. Pedro). Como a sua vizinha, S. Martinho, os argumentos de antiguidade de povoamento e cristianização de uma freguesia servem perfeitamente à outra; mas é dado supor-se que

o aparecimento de duas igrejas em Valbom se foi aproximadamente concomitante, não se seguiu da instituição paroquial concomitantemente, e uma das igrejas talvez neste ponto de vista tivesse primeira jurisdição sobre o território da outra — é esta, acaso, a de S. Pedro, pela maior dignidade ou mais elevada categoria eclesiástica (sempre abadia).

A igreja não era do padroado real. O padroado talvez já pertencesse à Sé de Braga em 1250, por doação, pois que, posteriormente aparece a mitra a apresentar aqui o abade.

Pertenceu ao extinto concelho e comarca de Pico de Regalados.

A Casa do Povo de Valbom (S. Pedro) tem agregadas mais as freguesias de Valdreu, Valbom (S. Pedro), Valbom (S. Martinho), Paçó, Oriz (S. Miguel) e Oriz (Santa Marinha).

Sócios efectivos, 248; sócios contribuintes, 308. No ano de 1957 fizeram nesta Casa do Povo 350 consultas médicas aos sócios e 275 a membros de família deste. Presta assistência médica aqui, o snr. Dr. Artur Adriano Arantes.

Assembleia Geral — Presidente, Aquilino Francisco Pereira; 1.º vogal, António Adelino de Sousa Pereira Marinho Marim; 2.º vogal, Francisco José Gomes de Freitas Lima.

Direcção: Presidente, Avelino Joaquim Dias; secretário, Abílio da Silva; tesoureiro, Manuel Dias. Escriturário, José António de Azevedo Nicolau.

É Presidente da Junta o snr. Abel Rodrigues, que entre as suas obras, realizou uma reparação no cemitério paroquial e arranjo de diversos fontanários e caminhos.

Gostaria de ver realizada a construção de um edifício escolar, electrificação da freguesia, aquisição de um posto telefónico público, etc.

Valbom (S. Martinho)

As notícias mais antigas conhecidas sobre Valbom (S. Martinho), parecem ser do século XIII.

Não é fácil conhecer-se a estirpe possuidora da honra de Valbom; mas devia ser poderosa. Apenas se sabe que, graças por certo, a ela, principalmente, a igreja local possuira três casais e «searas» e os mosteiros de Valdreu, Rendufe, S. João e Várzea um cada qual. No respeitante à igreja paroquial, já assim razoavelmente dotada do século XII para XIII, época em que já não devia ser nova, ela não era em 1220 do padroado real. Trata-se de um indício de ser igreja «própria», particular, e, como tal anterior à nacionalidade.

Valbom (S. Martinho) pertenceu ao extinto concelho de Pico de Regalados.

Junta de Freguesia: Presidente, Avelino Joaquim Dias; secretário, Augusto Dias Fernandes; tesoureiro, Jeremias César Rodrigues.

Obras realizadas:— Construção de um ramal de estrada a fim de ligar a estrada municipal com a freguesia, reparação do caminho no lugar de Lodeiro e reparação do cemitério paroquial com auxílio do povo.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, construção de um novo edifício escolar, montagem de um telefone público, construção de fontanários e reparação de diversos caminhos públicos.

Está em projecto a reparação da igreja, tendo o povo da freguesia cotizado os 20.000\$00 necessários para a referida reparação.

Valdreu

O povoamento do território de Valdreu, é muito anterior ao século XII; isso o prova a arqueologia da região como vestígios de fortificações castrejas nas imediações, etc.

A paróquia, chamada nas Inquirições de D. Afonso II (1220) «de Santo Salvatore de Baldrei de Regalados», por ser uma das que existia no distrito medieval, julgado ou «terra» de Regalados, tem, pois, raízes antiquíssimas, e a sua igreja de S. Salvador pode reputar-se indubitavelmente de fundação anterior à Nacionalidade, pois que assim pode considerar-se antiga a fundação de um mosteiro notável que, apesar disso, só aparece documentado já entrado o século XII.

Carvalho, falando de Valdreu, diz que a freguesia de S. Salvador de Valdreu, na antiga comarca de Viana, era reitoria da apresentação da mitra e comenda da Ordem de Cristo. Foi cabeça de couto do mesmo nome.

Como já atrás vimos, houve neste antigo couto um convento de cônegos regrantes de S. Agostinho, fundado por D. Ourigo, o velho da Nóbrega, e extinto no século XVI. Por motivo desta extinção o couto passou para a comenda da Ordem de Cristo, pertencendo aos condes de Castanheira.

Valdreu pertenceu ao extinto concelho de Pico de Regalados.

É pároco da freguesia o Rev. P.^o Armando da Costa, desde Agosto de 1953.

Junta da Freguesia: — Presidente, Agostinho Pereira; secretário, Manuel António Rodrigues; tesoureiro, Joaquim da Costa.

Obras realizadas: — Reparação da escola de Guilharmil, reparação de um fontanário, construção de um pontão no ribeiro da Cabra no lugar do Mosteiro.

A Junta anseia pelos seguintes melhoramentos: Electrificação da freguesia, construção de um posto público telefónico, construção de uma escola visto a existente se achar instalada num barracão insalubre, exploração e captação de águas, construção de um fontanário, calcetamento de vários caminhos e a conclusão da estrada municipal que liga esta freguesia com a sede do concelho.

Valões

Primeiro pertenceu ao concelho de Aboim da Nóbrega, pela extinção deste passou para o de Pico de Regalados e, pela extinção deste, também, para o de Vila Verde. Segundo Carvalho e a Estatística Paroquial, foi abadia da mitra diz, uma da a apresentação alternativa do pontífice, rei e arcebispo, diz a outra.

Também esta freguesia é de povoamento muito antigo; Existia, aqui, um castro, chamado *Crasto Airas*.

Do ponto de vista eclesiástico, a paróquia de *Santa Ovaia de Balões* (diz alguém) já existia do século XII para o XIII instituída; e a sua igreja, atendendo ao orago, ao remoto do seu culto entre nós e à época favorita, deve ser muito anterior, em fundação, à nacionalidade. No ponto de vista administrativo, e dada a inclusão na «terra» de *Anóbrega* já antes da nacionalidade, foi do concelho de Aboim da Nóbrega, do qual passou para o do Pico e pela extinção deste, também, para o de Vila Verde.

da apresentação do ordinário no antigo concelho de Vila Chã e na antiga comarca de Barcelos e depois da comarca de Pico del Regalados.

Pertenceu ao concelho de Vila Chã e em 1853 aparece no concelho de Vila Chã e Larim.

Existem nesta freguesia as ruínas de um castelo, coevo dos princípios da nacionalidade, de que resta uma torre conhecida por torre de D. Egas Pais. Junto desta torre há uma capela a N. S.^a da Penha, possivelmente erecta em 1617 pelo dr. Manuel Valadares, que nela tem um mausoleu para si e seus successores,

Almeida, referindo-se a esta torre, escreve: Houve nesta freguesia, torre, de que se vêem vestígios, diferentes da que existe; nela vivia D. Egas Pais de Penegate, senhor do couto de Penegate e deste concelho, grande valido do conde D. Henrique.

Este castelo — diz Américo Costa —, considerado monumento nacional, tem passado por diversas transformações, tendo ultimamente sido reparado, e acomodando-se a um pequeno museu.

Estas transformações foram feitas pelo sr. Carlos Chamber, que afirma ser propriedade sua, visto estar situado em terreno seus.

O autor em questão faz ainda referência à já citada capela, afirmando ter sido mandada construir pelo dr. Michael Valadares, segundo uma inscrição que diz: *Doctoris Michaelis Valadares et successorum*—ano de 1,668. E acaba por citar uma inscrição já incompleta existente na parede da parte exterior da capela com a data de 1617 possivelmente a do ano da fundação.



Como vemos, há uma pequena diferença nos nomes.

Sobre Carreiras (S. Tiago), Franclim regista uma povoação com este nome que aproveitou do foral passado a Vila Chã em 6-X-1514. Este foral é natural que tenha abrangido as duas freguesias de Carreiras que, segundo alguns autores, como já vimos, constituiriam uma só.

Pinho Leal, cita ainda a capela de Santa Elena ao pé do monte do castelo, à qual em 3 de Maio iam muitos clamores.

Já atrás vimos o que eram estes clamores.

Junta de freguesia de Carreiras (S. Tiago): Presidente, José Maria Macedo Soares; Secretário, Avelino António Marques Pinheiro; Tesoureiro, Mário António de Sousa.

Obras realizadas: Reparação de diversos caminhos, reparação do cemitério paroquial e reparação do pontão do lugar de Vila Chã.

Esta freguesia tem necessidade de uma estrada que parta de S. Miguel de Carreiras, atravessando esta freguesia de modo a ligar com Nevogilde e estabelecer contacto com a estrada nacional de Ponte do Lima - Braga e Vila Verde a Corvos; a construção de um edifício escolar e a criação de um posto telefónico.

É Pároco desta Freguesia o Rev.º P.º Firmino José Alves.

Cervães

Foi vila e couto no extinto concelho de Prado. Como couto teve grandes privilégios. O reitor era da apresentação do arcebispo de Braga, que era também o senhor do couto de Cervães.

Vilarinho

A antiga freguesia de S. Mamede de Vilarinho, no extinto concelho de Pico de Regalados, era vigairaria da apresentação do reitor de Santiago de Caldelas. Pertenceu ao extinto concelho de Pico de Regalados e aproveitou do foral dado por D. Manuel a este concelho.

Foi natural desta freguesia o Dr. Joaquim António de Meireles, formado *in ustroque jure* pela Universidade de Coimbra, a 13 de Junho de 1770. Escreveu alguns trabalhos de valor jurídico. Deixou entre outros filhos, o Dr. António Miguel Meireles, bacharel em Direito; José Manuel Meireles, farmacêutico. e P.º Baltasar José de Meireles.

Vila Verde

Nesta parte relativa à freguesia de Vila Verde, apenas fazemos menção da Junta.

Junta de Freguesia: — Presidente, Manuel da Assunção Pereira da Cunha; secretário, Armando Soares de Sá Neiva; tesoureiro, José Luciano de Sousa.

Obras realizadas: — Reparação de diversos caminhos vicinais em comparticipação com a Câmara.

Deseja esta junta: construir um bairro de renda económica para pobres, etc.

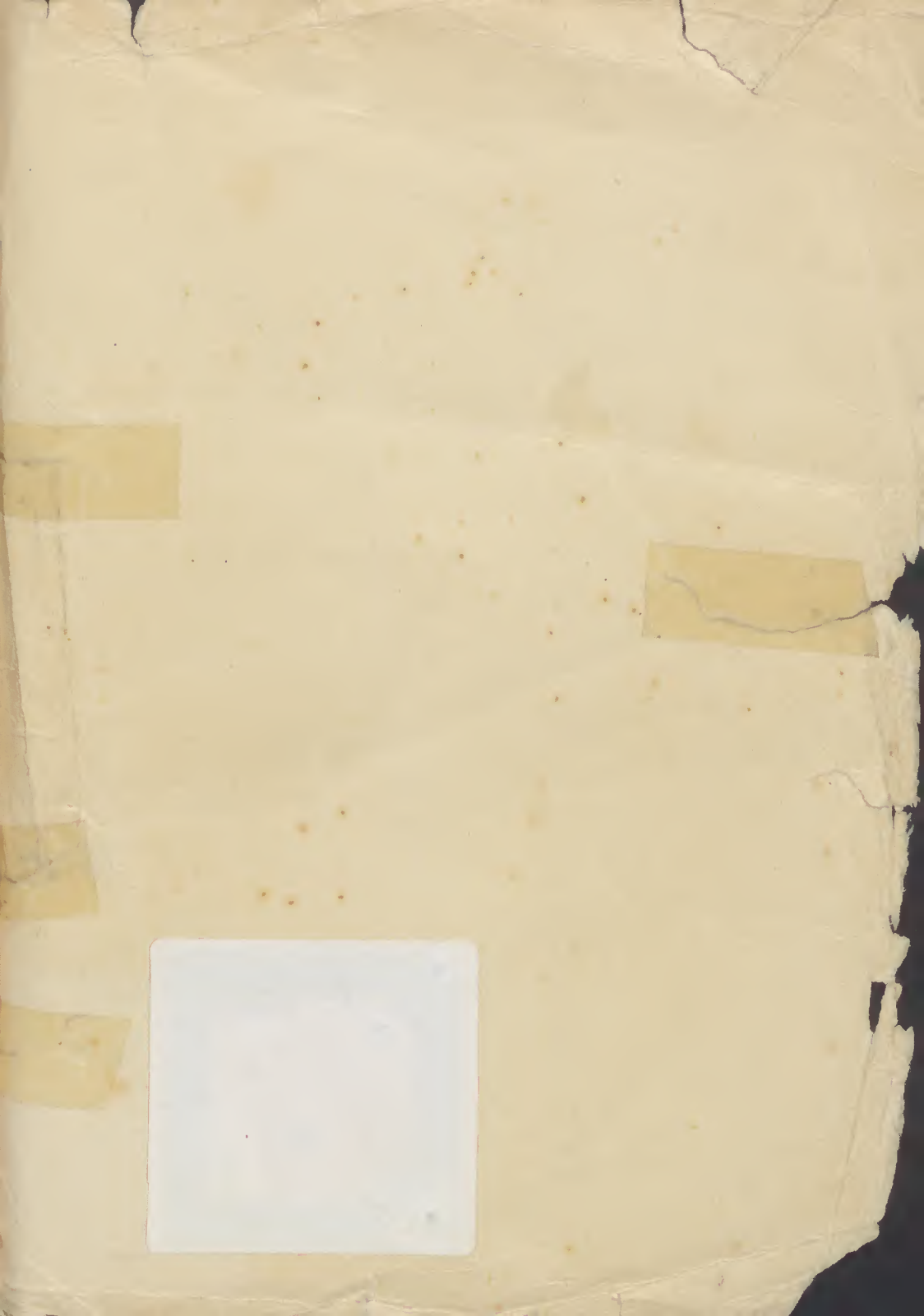


NOTA FINAL

QUANDO este livro se encontrava já quase impresso, fomos informados pelo sr. Abel Gama, que na secretaria da Câmara se encontravam os seguintes documentos antigos: «Foral manuelino de Penela», «cópia do foral de Prado de D. Manuel», «Livro de registo de privilégios de Prado e Pico de Regalados» e «Livro de actas de 1835 a 1836» do extinto concelho de Vila Chã.

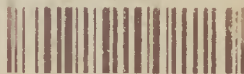
Cruzeiro de Cervães: — Mais chamou a nossa atenção para este cruzeiro, no lugar de Sobral, considerado por ofício de 31 de Março de 1956, «imóvel de interesse público», e para a Carranca de Moure, pedra sem grande valor, mas que tem o particular de ter dado o nome ao próprio lugar da Carranca.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao sr. Abel Gama, todo o apoio e melhor entendimento que lhe ficamos devendo nesta nossa passagem por Vila Verde.



Biblioteca Municipal
Professor Machado Viçela

VILA VERDE



18029